UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO

7

Primavera-Verão 1998

800$

(IVA incluído)

DIRECTOR
J. M. Carvalho Ferreira

COLECTIVO EDITORIAL
Carlos Nuno, Guadalupe Subtil, J.M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix, José Tavares, Rui Vaz de Carvalho.

COLABORADORES
Alberto Hernando, Alberto Pimenta, Alfredo Gaspar, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Dìaz, Edgar Rodrigues, Edson Passetti, Eduardo Colombo, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jaime Cubero, Júlio Henriques, Luís Chambel, Mari Oly Pey, Maria Pereira, Miguel Serras Pereira, Quin Sirera, Roberto Freire, Torcato Sepúlveda.

ILUSTRADORES
Alex Gaspar, David Saavedra, Francisco Pisco, Miguel Falcato, Teresa Câmara Pestana.

ARRANJO GRÁFICO
Confronto · Apartado 460 · 4400 V.N.Gaia

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida

Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118 640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 · Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537· 1113 LISBOA Codex · Portugal

INTERNET
http://www.geocities.com/Athens/8336

CAPA
José Tavares – «... um mundo de pura aparência que se compõe só de nomes» (pormenor)

CONTRA-CAPA
Francisco Pisco e a Firma Luso Truque

SUMÁRIO

editorial

Portugal sempre viveu um dilema histórico: o complexo de ser pequeno. Esse drama histórico ficou de tal modo enraizado nas mentes e nos valores das gentes que povoaram este país durante séculos, que por tudo e por nada, governantes e governados, vêem-se obrigados a representar um papel de grandes actores, para demonstrarem ao mundo que são de facto grandes e não pequenos. Diversas manifestações de carácter pós-moderno dão-nos conta desse fantasma nacional. Os milhões de emigrantes portugueses são os melhores a trabalhar nos países de acolhimento, mas também os melhores a suportar as vicissitudes da escravidão e da alienação. Como país de acolhimento de imigrantes, conseguiu grandes *performances* nas obras públicas, principalmente nas taxas percentuais de trabalho "negreiro", de mortes e de estropiamentos dos imigrantes que trabalharam e trabalham nos estaleiros da Expo 98, na ponte Vasco da Gama e na construção de infra-estruturas e equipamentos colectivos que envolvem as primeiras realizações.

Ao realizar a Expo 98, Portugal não faz mais do que imitar as obras faraónicas que sempre serviram para encobrir a miséria e pobreza que grassava nos países de antanho. Para quê gastar milhões de contos em obras que só servem para cobrir o país de cimento, ferro e vidro e, no fundo, para funcionar como gáudio, gula, orgulho e presunção conjuntural de meia dúzia de ministros, deputados, bispos, militares, construtores civis e banqueiros? Para quê dar trabalho de escravo a milhares de imigrantes, com salários de miséria, condições de trabalho infames, se daqui a pouco tempo vão obrigá-los a mergulhar no desemprego e a engrossar o exército dos mendigos e dos espoliados que pululam na cidade de Lisboa? Para quê fazer um espectáculo grandioso sobre os chamados Descobrimentos, quando eles personificam acima de tudo o genocídio, a pilhagem e a destruição dos povos colonizados pelos portugueses? Para quê tanta macaquice e presunção através do governo e dos *media*, quando depois, durante o evento, vão ter vergonha de mostrar aos visitantes da Expo 98 a sujidade das ruas e do rio Trancão, a pobreza franciscana instalada no funcionamento dos hospitais, das esquadras de polícia, dos transportes, etc.? Para quê demonstrar orgulho em ser o maior, ao ser-se português, quando não se tem um mínimo de dignidade, de moral e de ética para ser, enfim, gente num território que se convencionou denominar Portugal?

Entre as várias perspectivas do anarquismo, a investigação desenvolvida por Murray Bookchin no domínio da Ecologia Social constitui um contributo histórico de extrema importância para a prática e as ideias do movimento libertário internacional. A actualidade da sua crítica ao sistema capitalista revela-se pertinente. É uma crítica não só dirigida à essência das suas modalidades de opressão e exploração, como também às suas formas de destruição e de dominação da natureza. Das contradições e dos antagonismos gerados pelo capitalismo, podemos compreender as suas incongruências internas e agir de forma consequente.

Poder-se-á criticar a visão reformista de Murray Bookchin em relação às suas teses do Municipalismo Libertário. Votar no sistema democrático capitalista é delegar numa autoridade hierárquica formal, a liberdade e a soberania inalienável adstrita a cada indivíduo e a cada grupo social. Estando de acordo com esta premissa básica, podemos, no entanto, reflectir sobre se reforma e revolução são absolutamente separáveis no espaço e no tempo, ou se pelo contrário são interdependentes e complementares? A história tem-nos ensinado que não devemos dissociar a teoria da prática, e que é contraproducente prescindirmos da identidade acrata entre meios e fins. Mais do que nunca, o anarquismo só poderá afirmar-se se negar a essência do capitalismo. Para o efeito, torna-se urgente inserirmo-nos num processo de aprendizagem social, em que as relações sociais tendam para a democracia directa. Perante a crise de legitimidade institucional do Estado, dos partidos e dos sindicatos, cabe-nos construir uma alternativa revolucionária que culmine na sua extinção, já que eles personificam tipologias clássicas de dominação e alienação.

Reafirmamos o pulsar das ideias e práticas da diversidade dos anarquismos que interpretam, sentem e praticam a anarquia de forma diferenciada, sem negar os seus princípios básicos. Hoje, mais do que nunca, a crítica radical do sistema capitalista à escala mundial passa pela construção de um clima de liberdade e de afinidades, e sobretudo pela criação de laços de fraternidade e solidariedade entre os vários anarquismos, com vista a permitir que a anarquia tenha cada vez mais sentido na história da humanidade.

HIDROTEMA
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM

Partilhar a revolta

Uma mulher do Quebeque em El Salvador e no Brasil

Charles Reeve entrevista Anite de Montreal

Anite, filha de emigrantes portugueses de Montreal, empenhada no movimento estudantil e em colectivos feministas, esteve em El Salvador e no Brasil, onde encontrou homens e mulheres ex-combatentes da FMLN e camponeses do Movimento dos Sem Terra. É desta experiência que nos fala, com um olhar lúcido sem o qual a palavra solidariedade perde todo o sentido.

Anite: Em 1994 fui a El Salvador, logo a seguir aos acordos de paz. Chegámos a uma pequena comunidade camponesa, desprovida de tudo, a quem tinham sido entregues algumas terras. O nosso objectivo consistia em ajudar as pessoas de lá a construírem uma escola, mas o projecto não foi muito longe. Passado pouco tempo, entrei em contacto com pessoas, ligadas ao Partido Comunista, que tinham feito parte da guerrilha da FMLN (Frente Marxista de Libertação Nacional). Nessa altura, um dos debates na ordem do dia era sobre a formação da nova polícia nacional civil. A FMLN tinha investido muito neste projecto, pensando integrar nesta polícia uma parte dos seus guerrilheiros. Isto suscitava-me muitas dúvidas, porque criar uma polícia era o mesmo que preparar uma acção repressora. A maior parte das mulheres da guerrilha nem sequer podiam integrar-se nela, por não terem a estatura mínima prevista… Para mim, de resto, que fossem homens ou mulheres vinha a dar ao mesmo: era uma polícia! Além disso, falava-se deste corpo policial quando o direito de manifestação nem sequer fora restabelecido! Os homens e as mulheres que tinham estado na guerrilha, diziam-me: «Tens razão, mas nós estamos confiantes.» E eu respondia-lhes: «Vocês estão mesmo confiantes, ou é o partido que vos pede que estejam? Os dirigentes da FMLN apoiam políticos que negoceiam com o partido no poder, a ARENA; esta e a ONU organizam a vossa polícia civil e o povo vota na FMLN. No dia em que o povo se revolte, faça greve e seja reprimido pela nova polícia, como irá a FMLN justificá-lo? No lugar do povo, eu cá concluirei que a FMLN traiu.» Não gostaram

Sebastião Salgado

do que eu disse. Mas eu não ia ficar calada só por não ter nascido em El Salvador ou por não ter participado na guerra. Eu acho que ninguém tem o direito de me dizer que a minha opinião não é válida só por eu não ter nascido em determinado sítio. Já tive de aturar coisas dessas no Quebeque, como filha de emigrantes. Lá em El Salvador, tinha-lhes sempre dito que não era cooperante, que não tinha vindo só para estudar a situação, que partilhava a revolta deles.

Havia também a questão dos acordos de paz. A FMLN depusera as armas de acordo com a ONU. Tinham lutado por uma vida melhor, por uma reforma agrária, por menos exploração, e às tantas, de repente, não viam garantia nenhuma de reforma agrária ou de melhores salários. À noite, quando voltavam para casa, os ex-guerrilheiros continuavam a passar por atalhos. Durante as eleições, tinham sido abatidos militantes, homens e mulheres, candidatos da FMLN. Ao entregar as armas, a FMLN fora obrigada a declarar a totalidade dos seus militantes. Aliás, já não se podia falar de guerrilha clandestina, mas sim de Exército da FMLN, com um número *x* de homens, mulheres e espingardas… E todos se viam agora com um cartão da ONU no bolso, bem identificados! Aquilo enraivecia-me: «Parabéns! Agora que já sabem quem tu és e como te chamas, já te podem liquidar quando quiserem!» Nunca vivi uma situação de guerra. Mas parecia-me que nunca teria entregue as minhas armas à ONU. Mais valia fugir do país. Mais valia estar longe dali do que ver-me identificada daquela maneira.

Soube mais tarde que nem toda a gente tinha deposto as armas. A organização declarara pessoas que nunca tinham feito parte da guerrilha e que na prática cobriam quadros da organização mantidos na clandestinidade. À primeira vista, isto pareceu-me mais inteligente, mas pensando melhor vi que era uma atitude típica de organização vertical. Todos quantos voluntariamente tinham dado o nome, ficavam doravante vulneráveis perante o Estado, ao passo que os dirigentes se mantinham na sombra, protegidos. Aquilo não me agradava inteiramente…

A REVOLTA DAS MULHERES

Um ano depois, em 1995, decidi voltar para lá para trabalhar com grupos de mulheres. Em 94, as organizações que eu tinha frequentado eram muito hierarquizadas e em maioria compostas por homens. o Partido passava antes de tudo e a organização comunitária apenas servia para transmitir a ideologia do Partido. Eu queria agora ver como funcionavam as coisas do lado das mulheres. Nessa altura, as organizações femininas reivindicavam a sua independência e autonomia para com os partidos. Em 95, a FMLN estava a transformar-se em partido e formavam-se tendências. Os grupos de mulheres aproveitaram a ocasião para reclamar mais autonomia e a possibilidade de trabalharem no seio das organizações comunitárias sem estarem ligadas ao partido. O grupo de mulheres que nos recebeu estava organizado na ADEMUSA (Associação das Mulheres de El Salvador) e punha a seguinte questão: serão compatíveis o grupo de mulheres e o grupo político? Por seu intermédio, encontrámos duas militantes do Partido Comunista que eram mulheres com uma formidável experiência política. Sentiam-se algo decepcionadas com o processo de paz que permitira a desmobilização da guerrilha e do movimento social. O trabalho deste grupo consistia em sensibilizar as mulheres do meio urbano para os problemas da violência, da saúde e da educação. O nosso grupo fazia uma abordagem feminista muito antropológica, ou seja, não reivindicávamos a defesa das mulheres contra os homens mas sim a luta por

um género humano diferente, com atitudes diferentes. Com as comunidades camponesas, a ADEMUSA pusera de pé um original sistema de ajuda. As camponesas podiam pedir dinheiro emprestado a uma caixa comunitária para financiarem as suas plantações. Não era a organização de cooperativas, era uma forma de entreajuda que me parecia justa. Se uma determinada camponesa não podia devolver o dinheiro, por causa da seca ou de outra coisa, a terra era partilhada igualitariamente entre todas. Punha-se, no entanto, um problema: as mulheres recebiam o dinheiro e os homens gastavam-no. Ora, a prazo, o equilíbrio do sistema ficava assim ameaçado. Também nisso a relação de poder entre os homens e as mulheres se tornava determinante. A contragosto, a ADEMUSA viu-se obrigada a pedir aos homens que co-assinassem os empréstimos, para eles se comprometerem também.

Neste segundo ano, encarei a sociedade de modo diferente. Ao trabalhar com os grupos de mulheres e com os camponeses, homens e mulheres, apercebi-me de que nem tudo ia por bom caminho. As pessoas começavam a criticar a ideia duma polícia civil, dizendo abertamente que as tinham enganado. A esperança de 94 esfumara-se. Ao viver com as mulheres, uma pessoa sente os problemas da sobrevivência no quotidiano, ou seja, aquilo a que chamo a dupla ou tripla opressão. A revolta das mulheres é menos intelectualizada e passa por menos mediações, é mais espontânea e mais directa. Por exemplo, eu tinha encontrado uma mulher que estivera na guerrilha nos anos 70 e a quem tinham dado uma leira de terra. Esta mulher era muito crítica. Segundo dizia, a situação agravara-se após os acordos de paz. Dizia até que tinha saudades da época da guerrilha, da comunidade de luta e do funcionamento igualitário que então imperava. Não acreditava na política oficial, eleitoralista, da FMLN. «Os que dantes tinham tudo, continuam a ter tudo, e os que não tinham nada, hoje ainda menos têm!» Sentia-se também muito revoltada com a reforma agrária, porque só quem tinha algum dinheiro podia pagar as terras pretensamente distribuídas. Na realidade, isso era conforme as regiões. Onde a guerrilha fora poderosa e onde o campesinato se mostrara muito combativo, as terras haviam sido ocupadas. Tendo em conta a relação de forças nestas zonas, os membros da FMLN tinham podido negociar a distribuição das terras com o governo e os proprietários. Mas estávamos longe duma reforma agrária. Em três comunidades próximas do P.C., situadas em sítios diferentes, uma comunidade conquistara as terras, uma outra ocupava-as, esperando que lhe fossem concedidas, e a terceira comprava-as. Nesta última, as pessoas podiam escolher entre comprar as terras de modo colectivo ou individualmente. É claro, iam endividar-se, mourejar e a seguir perder novamente as terras em proveito dos bancos, porque nunca conseguiriam pagar os créditos. Nunca poderiam tornar-se competitivas. Na comunidade onde estávamos, o Partido Comunista incitava os camponeses a trabalharem a terra colectivamente. Mas ninguém queria saber. A mentalidade era muito individualista, mesmo quando a comunidade conseguia construir uma escola. Para isto, cada família dava umas tantas horas de trabalho por semana. Eram na maioria refugiados, camponeses, homens e mulheres, vindos de outras regiões. Havia também antigos combatentes de ambos os sexos, bem como pessoas da região que tinham apoiado a guerrilha e se viram obrigadas a fugir. Em 1994, a comunidade tinha acabado de se instalar e eu não tinha visto nenhumas separações entre as casas, nenhumas vedações. Um ano depois, cada família vedara o seu lar, o seu terreno, instalara portas e ferrolhos. Aquilo espantou-me. A comunicação no espaço já não existia. Os

únicos que o não tinham feito eram os homens e as mulheres que partilhavam a ideia da colectivização. Quanto aos outros, nada se passara no seu espírito. Sempre aquela ideia de que uma pessoa pode viver mais facilmente na sociedade se agir individualmente.

Havia mesmo um debate sobre os prós e os contras da colectivização, ou isso não passava duma palavra de ordem política vinda de cima? Estou a pensar naquela magnífica passagem do filme de Ken Loach, *Tierra y Libertad*, quando os camponeses e os milicianos discutem juntos sobre a opção da colectivização.

Onde eu estava, nunca assisti a tais debates. Sei que em 95 alguns camponeses, homens e mulheres, se tinham agrupado para comercializarem os seus produtos. Visto daqui, isto parece não valer grande coisa, por continuar no contexto mercantil, mas eu vejo nisso um começo de associação entre as pessoas. Como por acaso, eram pessoas que tinham participado na guerrilha. Estive também numa outra comunidade onde as terras tinham sido ocupadas pelos camponeses. Nesta, só alguns membros tinham participado na guerra, mas todos tinham vivido uma experiência de solidariedade, escondendo em suas casas pessoas da FMLN. Emanava de tudo isso um forte espírito comunitário e tinham mesmo ocorrido realizações colectivas concretas: uma creche, uma escola, um posto de saúde. Segundo percebi, as terras não eram colectivizadas, sendo-o todavia as sementes e a comercialização dos produtos.

Estas experiências deram-me muito que pensar. No primeiro ano, fui convidada a falar em público, em nome da solidariedade internacional. Pedi aos camponeses, mulheres e homens, que trabalhassem com a FMLN. Naquela altura, a direita também prometia fundos para a agricultura, fundos esses que nunca chegariam às mãos das pessoas. Com a FMLN, o dinheiro apesar de tudo chegava às mãos do povo. Mas no segundo ano disse a mim mesma que já não podia falar às pessoas daquela maneira, visto conhecer melhor a situação e ter menos ilusões. É certo que precisamos sempre de esperança, de acreditar nalguma coisa… Mas o que é que me tinha levado a mudar de opinião? Em 95, a FMLN estava a atolar-se nos compromissos do acordo de paz. O que estava em jogo, cada vez mais, eram arranjos políticos e a população continuava a viver na mais absoluta miséria. A esperança na FMLN já não existia. Continuavam a dizer às pessoas que era preciso acreditarem e terem confiança, quando os próprios dirigentes já não acreditavam. O choque veio em 95, quando vi a FMLN votar com a direita, no parlamento, a repressão duma greve! Só um deputado da FMLN, Dagoberto, um comunista, votou contra. Houve prisões, operárias e operários foram atirados para a cadeia e eu soube por amigos e amigas que nas fábricas e nas associações de bairro os trabalhadores, homens e mulheres, pediam contas à FMLN. Exactamente o que eu receara em 1994: «Um dia destes vai haver uma greve e vocês vão reprimi-la com a polícia nacional civil. O antigo combatente, agora polícia, irá prender o trabalhador, estando ambos no mesmo partido político, pretensamente oposto ao regime.» Tudo isso me perturbou imenso. Hoje, seja qual for a guerrilha, já nem sequer ponho a mim mesma a questão, sei como a coisa funciona e aonde leva: tomarem o poder para fazerem a mesma sujeira. Deixei de acreditar nisso. Hei-de mesmo bater-me contra isso!

Foste depois para o Brasil.

Fui para lá em 1996, com um grupo de Organizações Não Governamentais alternativas que trabalhavam com o Movimento dos Sem

Terra (MST). Fomos ter a uma cooperativa agrícola situada no Estado de São Paulo. A cooperativa, formada por cinco comunidades agrícolas, preparava-se para ocupar terras com vista a formarem uma sexta, chamada Comunidade Chico Mendes, do nome do militante camponês e ecologista assassinado. Para evitarem uma eventual acção policial, as camponesas e os camponeses tinham instalado as suas cabanas nas terras da cooperativa já existente. Do outro lado da estrada estava a terra que iam ocupar. Uma noite, a assembleia camponesa decidiu proceder à ocupação manhã cedo. Perguntaram-nos: «Vocês querem participar?» E nós dissemos que sim. A maneira como eles procedem à ocupação não consiste em colocar uma bandeira no terreno nem em construírem casas. Ocupar significa cultivar a terra. Era época de sementeiras e por isso impunha-se agir com presteza. Mal as pessoas tinham começado a trabalhar, chega um tipo, representante do proprietário. «Esperem aí! O processo legal ainda não foi concluído, tem de seguir seus trâmites, pode ser que vos vão ceder a terra, etc…» Deixaram-no falar, o tipo falou durante uma boa meia hora, as pessoas ouviram-no calmamente, de braços cruzados. No fim, um dos camponeses do MST retorquiu-lhe: «O processo jurídico é uma coisa. Vocês têm seus advogados, nós temos os nossos. Isso passa por onde tem de passar, seguindo seus trâmites normais. Mas nós, se queremos comer, temos de cultivar já essa terra.» Era tão simples como isto. Muito concreto.

A DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS NECESSIDADES

Fiquei desde logo impressionada com o forte sentimento de solidariedade. Em cada ocupação, os membros das diversas comunidades vinham prestar assistência à nova comunidade ocupante. Os membros da cooperativa onde nós estávamos viviam bastante bem; comiam carne, tinham leite e cereais. Além disso, forneciam víveres ao acampamento Chico Mendes. Pessoas do acampamento trabalhavam por fora, nas propriedades da aldeia mais próxima, trazendo um rendimento complementar para a colectividade. A maior parte eram camponeses pobres, homens e mulheres daquela região, mas havia também pessoas vindas das favelas de São Paulo. É o resultado da acção desencadeada pelo MST nas favelas: «Vocês são antigas camponesas e antigos camponeses. Nunca vão achar trabalho na cidade. Venham ocupar terras!» Isso faz que as pessoas que tomam essa decisão são muito decididas e motivadas. Segundo o espírito do movimento, cada família fica depois livre de participar ou não na cooperativa. Uma pessoa pode perfeitamente participar numa ocupação sem por isso ficar obrigada a fazer parte da cooperativa. Todos os militantes do MST me diziam que nunca tentam convencer as pessoas a colectivizar as terras. Após cada ocupação, havia um debate sobre esta

questão, mas as opções eram livres. Na maioria das comunidades onde estive, as terras eram colectivizadas, apesar de cada família ficar com um quintalzinho. Mas lembro-me também duma comunidade onde algumas famílias tinham recusado a colectivização e mantido as suas leiras. Convém lembrar que todas estas experiências são recentes. As primeiras ocupações datam de há uma dúzia de anos e as terras só são colectivizadas desde há três ou quatro anos. Tudo isso significa um enorme trabalho de organização. Antes da ocupação, um acampamento é a confusão. Uma cooperativa tem uma vida colectiva bem organizada: animais, plantações de árvores e de flores, colmeias. Não direi que as comunidades eram ecológicas, mas há nelas respeito pela natureza. Cada família ou indivíduo tem a sua representação no comité da cooperativa. Todos levam a peito que as pessoas se possam exprimir. Tenta-se de respeitar este princípio: a cada família o seu sustento. Uma família com quatro filhos terá com que os alimentar, mesmo no caso de apenas fornecer a mesma quantidade de trabalho que uma família com dois filhos. A distribuição faz-se segundo as necessidades de cada casa. Tudo isto em quatro anos! Disse para comigo que valia mesmo a pena fazer tais ocupações!

A ACÇÃO DIRECTA CONTRA A HIPOCRISIA POLÍTICA

Faço aqui um parêntesis para comparar a situação do Brasil com a de El Salvador. As condições são muito diferentes. Em El Salvador, a guerra civil esgotou por completo as energias. As pessoas não podiam ir ocupar terras quando a aviação andava a bombardear a montanha… De resto, o objectivo do governo consistia em destruir toda e qualquer produção agrícola, para impedir que a guerrilha se alimentasse. No Brasil, o campesinato pobre leva a cabo ocupações desde já há bastante tempo. O MST é hoje muito conhecido porque a repressão se intensificou, com o assassínio de muitos dos seus militantes, mulheres e homens, pelo exército e pela polícia, como aconteceu na comunidade Macacheira, no Estado do Pará, no Norte do Brasil. Em El Salvador, a opção era entre morrer de fome ou morrer de armas na mão. No Brasil, a opção está entre morrer de fome ou ocupar uma terra para sustento. É muito diferente! Sou jovem, mas desde que nasci, vi sempre, em Portugal, no Canadá, no Brasil, em El Salvador ou nos Estados Unidos que o ser humano muito dificilmente se deixa morrer de fome. Mesmo que seja preciso roubar ou matar, o ser humano fará isso, para poder comer. Em El Salvador, a política, os acordos de paz, os dinheiros a obter aqui e ali, tudo acabou por neutralizar as práticas de acção directa. No Brasil, a resistência dos grandes proprietários é enorme, não querem ceder terras nenhumas nem vendê-las. As pessoas estão encurraladas, só lhes resta a ocupação. É um movimento de massas muito decidido, e as pessoas hão-de prosseguir mesmo que disparem contra elas.

É certo que não devemos esquecer que por detrás do MST também há antigas forças políticas e sindicais com implantação na sociedade brasileira, o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Unida dos Trabalhadores), embora os elos entre estas três organizações pareçam estar cada vez mais soltos. Há também uma grande variedade de correntes políticas mais ou menos organizadas, dos maoístas aos católicos da Teologia da Libertação. No interior do MST exprimem-se diferentes ideologias. Aliás, a escola de formação de quadros do MST baseia-se nas ideias políticas do maoísmo, do Che e de Zumbi (o mais conhecido dos dirigentes das revoltas de escravos negros do século XVII, os Quilombos). Pessoalmente, não acho necessários os ensinamentos

maoístas ou guevaristas para as pessoas ocuparem e cultivarem uma terra… Pelo contrário, estas ideologias podem mesmo tornar-se um freio à livre vontade de as pessoas ocuparem terras e governarem as suas vidas. O passado político do socialismo demonstrou a que ponto os maoístas eram e são ainda aves de rapina, uns chefes que se aproveitam das lutas dos outros para atingirem os seus fins políticos. Hoje em dia, o representante oficial do MST, Stédile, faz o elogio de Marcos e dos zapatistas. Por mim, desconfio. A guerrilha dos tempos contemporâneos não poderá esconder durante muito tempo a sua hipocrisia política por detrás do capuz embuçado. Convém sermos claros: a maioria dos dirigentes do MST são apóstolos das ideias da esquerda reformista tradicional, remetendo para um futuro longínquo o advento da justiça social. Levam a cabo a luta em prol da reforma agrária no quadro do sistema capitalista actual, que não parecem pôr em causa. Mesmo se isso melhorar as condições de vida de muitas pessoas, as reformas continuam a ser reformas e o sistema em vigor mantém-se em vigor, bem como a propriedade privada e os proprietários. É certo que na prática as coisas não são tão simples como em teoria. Mas, por mim, digo que se militasse no dia a dia do Brasil, falaria de ocupações em prol da abolição da propriedade privada e não de reforma agrária. Por que razão continuar falando de reformar o velho mundo em vez de se inventar um mundo novo? Nunca se fala em agir em prol duma sociedade assente em bases novas. Nunca o MST vem clamar «abaixo o Estado», nem sequer «autogestão generalizada sob controle popular». Não encontrei libertários activos no seio do MST. Talvez existam. Em contrapartida, vi muitos quadros do PT com um interesse muito preciso: obter proveito eleitoralista com estas revoltas.

«PORQUÊ COMPRAR A TERRA, SE ELA NOS PERTENCE?»

Podemos fazer uma análise sociológica ou até jornalística das situações. Se formos militantes dum partido, detemo-nos nas formas de organização ou nas situações que reconfortam as nossas análises. Quanto a mim, fui sempre uma sem-partido, mas declaradamente partidária da base. Em El Salvador e no Brasil, quis ir mais longe que a simples rejeição desta ou daquela situação, pessoa ou organização, com o pretexto de que estavam enfeudadas a um partido ou a uma ideologia. Em cada acção humana há a riqueza da revolta contra as nossas condições de exploração, e isso não há partido nem ideologia que o possa completamente desviar. Ao ir ver por detrás do espelho que estas pessoas me entendiam, quis encontrar o autêntico. Enganei-me muitas vezes, mas também vi a vida verdadeira em acção.

Acontece portanto que nas cooperativas, as camponesas e os camponeses mais implicados se encontrem ligados a grupos políticos. Era o caso da dirigente duma das cooperativas onde estive. Gostei muito desta mulher e, para mim, o facto de ela ser membro dum partido não alterou em nada o meu sentimento. O que ela tinha feito da sua vida, o que tinha construído, fizera-o ela própria com os seus camaradas. Não fora o PT que o fizera por ela, mesmo tendo-lhe servido de apoio. Esta mulher vinha do Norte. O seu pai era um camponês sem terra. Ela tinha emigrado para São Paulo para trabalhar e economizar dinheiro, com a ideia de voltar para a aldeia e comprar uma terra. Era o seu sonho.

Vivia numa favela e um belo dia decidiu partir com o MST, para ocuparem terras. Dizia-nos: «Quando eu era moça, nem podia imaginar que algum dia ia voltar aqui, obtendo uma terra sem pagar!» Era uma mensagem importante: porquê comprar a terra, quando ela nos pertence? Podemos ocupá-la!

Nem todas as mulheres que encontrei eram desta têmpera. Um dia fui ouvir Erundina, a dirigente do PT que foi chefe municipal de São Paulo. Tinha uma voz forte e calorosa, falava muito bem e sabia enfeitiçar a gente. O que ela dizia parecia-me formidável. Até à altura em que disse: «Se votarem por mim, se eu ganhar o poder, farei isso, farei aquilo.» Disse então para comigo: «Mas fazer isso como? Os capitalistas vão-te financiar? Essa é mesmo boa! O país está corrompido de A até Z, toda a gente compra toda a gente, e você vai fazer isso tudo só por ser eleita, é?» E comecei a ter arrepios no corpo todo, senti-me mal perante esta demagogia. Por vezes o PT pode parecer menos mau que os outros partidos, por ser menos corrompido. Mas ele só pode fazer aquilo que os capitalistas e os financeiros permitirem. Nos municípios que controla, acontece o PT realizar projectos financiados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Não passa de um partido da esquerda tradicional que tem a ambição do poder. Estou convencida de que o PT seria o primeiro a opor-se a qualquer verdadeiro movimento de autogestão social. No MST e no movimento associativo brasileiro, há muitas mulheres. As mulheres têm uma enorme capacidade de sobrevivência e tornam-se facilmente o motor destes movimentos. Não é aliás específico a El Salvador ou ao Brasil. Desde há séculos, as mulheres foram isoladas na economia familiar, na economia local ou comunitária. Agora, as mulheres são maioritárias nas organizações e nos movimentos de base. É certo que há comportamentos políticos que tanto são adoptados pelos homens como pelas mulheres. Erundina é disso um bom exemplo. Mas convém dizer que não é porque as mulheres assumam o seu lugar que as suas pessoas e o seu empenhamento se vêem respeitados. Em El Salvador, onde as mulheres participaram maciçamente na luta, foi preciso elas fazerem pressão sobre a FMLN para que esta defendesse o direito ao aborto livre e gratuito, quando na frente de combate as mulheres podiam abortar livremente. Uma vez lançado no eleitoralismo, o partido esquecera a bela filosofia igualitária. As mulheres continuam a ser vítimas de discriminações. Não me surpreenderia que isso ocorresse no Brasil, no MST, embora em teoria a direcção diga respeitar os direitos das mulheres.

ENTRE ACÇÃO DIRECTA E LEGALIDADE

Voltemos à questão do estatuto jurídico da terra. A maior parte das terras ocupadas pertence à zona de aplicação da reforma agrária oficial; são terras que nunca foram distribuídas. Há também as terras distribuídas no início dos anos 70 e que depois os camponeses abandonaram. O Estado dera terras a famílias mas não lhes fornecera os meios necessários à sua exploração e rendibilidade. Por isso, estes camponeses e camponesas, pressionados pelo seu endividamento e debaixo da ameaça, voltaram a vender estas terras a indivíduos com dinheiro. É a evolução clássica em toda a reforma agrária capitalista, que desemboca invariavelmente na concentração da terra. O caso é que no Brasil, do ponto de vista jurídico, tanto a venda como a compra eram ilegais, visto as terras continuarem pertencendo à zona da reforma agrária administrada pelo Estado. Hoje em dia, os movimentos de ocupação são sobretudo motivados por esta situação de ilegalidade. O MST apoia-se nesta contradição e as comunidades que ocupam

acabam quase sempre por fazer reconhecer o seu direito legal às terras ocupadas. É bonito, porque as pessoas se mobilizam, mas ao mesmo tempo são ocupações legais e as pessoas vivem-nas enquanto tais. Talvez isto retire ume parte da magia e do mito da ocupação, da acção directa. Os proprietários ilegais, quanto a eles, obtêm também um pequeno lucro com esta situação, visto receberem por vezes dinheiro do governo. Mas reagem menos violentamente às ocupações do que os outros proprietários. Talvez por saberem que estão na ilegalidade. Há também ocupações que se fazem num quadro ilegal, as das grandes propriedades privadas. Trata-se neste caso de algo que não é uma simples pressão para a aplicação da lei. Quando o MST fala de vitória, refere-se em geral às ocupações legais. Porque, nos outros sítios, sobretudo no Norte e no Nordeste, as pessoas são baleadas e assassinadas. Mesmo nas ocupações legais, numa ocupação calma como aquela em que participámos, o risco está sempre presente. Basta o proprietário, em vez de chamar a polícia, contratar uns cangaceiros para liquidar a cabeça do MST local. No fim de contas, por que razão apelariam eles aos militares, visto disporem do seu próprio exército de mercenários?

Dizes «a cabeça do MST local». O MST é então muito hierarquizado?

Lá, não me dei conta disso. Localmente, há uma representação e um representante do MST. Vivíamos nas terras, tivemos pouco contacto com o aparelho da organização. Visto de fora, o MST parece muito estruturado e hierarquizado. Isso inquieta-me um pouco quanto à orientação das ocupações. Há quem pense que o actual governo de Fernando Henrique Cardoso joga numa pseudoneutralidade nesta questão das ocupações legais, por estar a pensar nas próximas eleições. Deixa andar o MST ao mesmo tempo que encoraja um pouco os proprietários a vender as terras que não cultivam. Apresenta-se assim como o salvador numa situação social muito tensa. Seja como for, nem o MST nem os latifundiários estão satisfeitos com a posição hesitante do governo. No Estado do Pará, antes do massacre de Macacheira, os proprietários tinham apresentado mais de trinta pedidos de expulsão de ocupantes de terras. O governo não deu seguimento a estas solicitações, tal como se recusou a apoiar as acções do MST. Segundo parece, a polícia militar, que assassinou dezanove pessoas, interveio com ordens das autoridades locais estipendiadas pelos latifundiários.

Não posso deixar de me interrogar. A gente desenvolve uma luta, põe nisso toda a nossa energia e fica com a impressão de ter atingido um objectivo. E depois, no fundo, não passamos de marionetas. Quando a coisa interessa ao Estado e aos grandes proprietários fundiários para reduzir as tensões sociais, cedem… Dão-nos tudo, toda a gente acredita, vai-se votar, e continuamos a ser marionetas. Se não for a direita, há-de ser a esquerda quem tira o proveito.

Vivemos num sistema que sempre pôde adaptar-se à barbárie. Há hoje uma sobrepopulação que não é necessária à reprodução do sistema capitalista. É pelo facto de as pessoas lutarem que se cria uma dada relação de forças. Depois, é claro, o

poder pode vir a integrar esta luta, tirar vantagem dela. Pensar que as pessoas são marionetas parece-me simplista. Não incomoda o poder que a gente morra por aí aos milhares, nas favelas, nos guetos ou até em países inteiros. Se as pessoas resistem, o poder tem então de correr atrás delas, tentando apanhar o movimento. É este o trabalho dos políticos. Mas entretanto as pessoas adquiriram uma experiência de luta colectiva e obtiveram resultados através da acção directa. Na nossa visão política, não te parece que isto é essencial?

Por certo. Mas eu referia-me ao jogo dos interesses políticos, ao poder de recuperação que as forças políticas têm. Obviamente, é preciso que as pessoas lutem. Também eu diria «ganhámos!», mas sabemos bem que toda a gente fica satisfeita, do governo aos proprietários. Sabemos que qualquer reforma neste tipo de contexto social é coisa efémera.

Agora uma reflexão mais geral, a propósito do Brasil. A questão da terra, as ocupações, não deve fazer-nos esquecer a gravidade do problema urbano, as favelas e a bárbara violência que nelas reina, o extermínio das pessoas e a pobreza em geral. É evidente que uma distribuição das terras reduziria a amplidão dos problemas, inclusive nas cidades. Na realidade trata-se de um problema de repartição das riquezas, ou até de acumulação de riqueza. Para uma minoria, a terra continua representando a riqueza, ao passo que para a maioria ela representa alimento e, por isso, sobrevivência.

Podes falar do trabalho que o MST faz nas favelas?

Fomos à favela de Vigário Real, no Rio de Janeiro. É uma das favelas onde reina a mais terrível violência. O presidente da associação de moradores falou-nos dos seus problemas, acabando na necessidade da reforma agrária. «Se pudéssemos obter uma reforma agrária viável, isso mudaria radicalmente o que se passa nas favelas.» Ele estabelecia mesmo um elo entre as suas condições de vida e a questão agrária. Os que partem com o MST já amanharam a terra, são camponeses de emigração recente para a cidade. Diz-se que o MST, doravante, conquista adeptos entre os que vivem nas ruas das grandes cidades e cujas condições de vida são ainda piores que as dos moradores das favelas… Muitas vezes só conhecem a monocultura (de café, de cana de açúcar, de tabaco); têm de aprender outras técnicas agrícolas para produzirem alimentos. Com os jovens é diferente. Quando uma pessoa nasce mesmo numa favela, e depois tem quinze, dezasseis anos, o seu modo de vida é muito urbano e não sai de lá para ir fazer a reforma agrária. Ser jovem numa favela, é antes de mais nada ficar confrontado com a realidade da violência, entre a polícia militar e os do narcotráfico.

Para concluir, gostaria de voltar ao MST. Estou convencida que os políticos, as direcções locais e nacional, procuram recuperar a luta destes milhares de pessoas. Deste modo, naturalmente, este movimento pode perfeitamente servir de trampolim para a eleição do político que ficar encarregado de o sufocar. A esperança está na determinação que as camponesas e os camponeses sem terra tenham adquirido na luta, na sua capacidade de auto-organização e na sua vontade de ultrapassar o simples quadro das reformas. Por ter caminhado, manhã cedo, na terra rubra do Brasil, com estes camponeses expropriadores, por ter visto brilhar-lhes nos olhos uma esperança em que tudo é permitido, desejo com toda a minha alma que a luta continue, tanto lá como aqui.

Testemunho recolhido por Charles Reeve em Paris, 13 de Maio de 1997. Texto também publicado no *Le Monde Libertaire* de 18-12-97.

cheguei, vi & caguei:
uma epopeia autárquica em dois cantos

manuel portela

Canto Primeiro:
Manifesto de uma Candidatura

"Ó Portela, vem à janela!"

1 · O Presidente da Comissão de Apoio

…Por isso a tal cidadezinha de província
— arena em que lutamos —
é grande e sublime como o Universo
de que participamos…

A cidadezinha de que fala o poema inteiro
. E todo ele se ajusta bem ao Dr.
, nesta sua candidatura

O estudante que brilhantemente fez os seus
e não menos distintamente continua prevalecendo-se
; o jovem que directamente apreendeu a mensagem
carismático leader criminosamente destruído
; o jovem político que já ocupou diversos cargos públicos
; autor e co-autor de vários projectos políticos
; participante e orador convidado
; a já consagrada voz livre e respeitada

: Esse mesmo, com notória humildade está assumindo
hoje outra importante cartada
E, como é seu timbre, entrou no processo
com muito empenho, sensibilidade e inteligência, com
civismo e civilidade indiscutíveis, e um protagonismo que
catapultou-a ao galarim da comunicação social
— e assim, indirectamente embora,

promovendo os
demais concorrentes à função municipal.
A opção pelo nosso concelho não é apenas sinal de
bom gosto e afinamento cultural, bem próprios aliás de
quem já devotadamente geriu

. O Dr. está disposto a administrar o concelho com a isenção e o
saber de quem tem dado sobejas provas em todas as
missões
. O Dr. quer pôr a Câmara ao
serviço dos munícipes. Não quer privilegiar sectores, em
detrimento de outros,
. Quer ser atento aos problemas das
pessoas, das instituições, dos lugares e das freguesias, sem
atender ao número real ou suposto de votos que venha
a alcançar, por parte de pessoas, instituições, lugares ou
freguesias.
. Quer ser atento aos problemas das
sem
atender ao número real ou suposto de

O Dr. quer fomentar, no concelho
e à volta dele, um clima de inteligente e transparente
colaboração, sem criar atritos ou entrar em conflitos
desnecessários e prejudicantes da urgente recuperação
do concelho.
Assim e por tais caminhos, o Dr.
pretende fazer regressar
E por isso vem.

2 · Testemunhos de um percurso

Nome:
Data de Nascimento:
Habilitações Literárias: Licencia-se
Cargos Académicos: foi
Carreira Profissional: foi
. Foi
Percurso Político:
é nomeado
vai
, tendo sido
ocupou
, tendo sido
, foi
, tendo assumido
, toma posse
, foi eleito
, toma posse
, foi
, foi
. É hoje

No atelier do artista plástico
Na companhia da artista plástica
Durante as filmagens
C o m
C o m
No Teatro
Na companhia das actrizes
Na companhia da actriz
A presidir ao Conselho
Em Brasília, com
Na companhia do Cardeal
A saudar
Com a Rainha
Durante um jantar
Durante a apresentação da maqueta
Este ano, à conversa com o actual
Durante uma intervenção
Na companhia do Prof.

3 · O meu compromisso

Aos Caros

*: Nas páginas anteriores outros quiseram falar de mim.
Agora falo eu do compromisso*

Proponho-vos ***um projecto de mudança verdadeira***
*. Julgo que quase
ninguém tem dúvidas de que as coisas não podem
continuar como até aqui
Só discordam desta verdade os
que têm estado no Poder, nesta terra,
Como sabem a minha candidatura tem apoios de todos
os quadrantes e exactamente porque as pessoas
sentem que o futuro deste concelho não é uma questão
partidária.
Está na hora de arrancar para um futuro diferente, um
futuro melhor.
Um novo tempo de desenvolvimento equilibrado, com
realismo mas também com ousadia. Acabou a era dos
projectos por realizar e das decisões por explicar.*

*Assumo convosco o compromisso de trabalhar por
esta terra, pelo menos, nos próximos quatro anos.*
***. Portugal já está a olhar de outro
modo para este concelho.
. Portugal já está a olhar
. Portugal já está a olhar
. Portugal já está a olhar de outro
m o d o***

. Portugal já está a olhar de outro modo

Conto com o vosso apoio. Podem contar comigo.

Ao contrário do que alguns gostam de insinuar,
. Não aceitarei qualquer cargo, qualquer tarefa,
É comovente o apoio que me têm dispensado. Por isso, fica reforçado o compromisso de honra de trabalhar por todos, especialmente por quem menos tem e mais precisa.
por quem menos tem
por quem menos tem
por quem menos tem e mais precisa.
e mais precisa.
Quem quer que tudo continue como tem sido nestes anos, que não me escolha.
O futuro começa agora. Quem quiser a MUDANÇA VERDADEIRA pode contar comigo. É para esse projecto aliciante que desafio todos,
Preciso de todos vós.

Um grande abraço

4 · Sondagem

Posso falar com o Senhor Manuel Portela?
A que horas mais ou menos é que posso voltar a
Boa tarde o meu nome é
Estamos a fazer uma sondagem para
Gostaria de saber se está disposto a responder a umas
Idade?
Habilitações?
Profissão?
Diga qual das frases seguintes se aplica ao seu caso:
Vai votar
Talvez vá votar
Não vai votar
Talvez não vá votar
Há quatro anos nas últimas eleições
Foi votar
Não foi votar
Há quatro anos nas últimas eleições os candidatos eram
Vou repetir. Diga-nos em qual deles votou
Os candidatos às próximas eleições são
Em qual dos candidatos pensa votar
Aguarde só um momento
Quem acha que vai ganhar as eleições no concelho da ?
A que horas pensa votar no domingo dia 14?
Muito obrigado pela sua

Canto Segundo:
A Vitória da Mudança

"Ó Portela, vem à janela!"

1 … a nossa equipa

50 anos, Engenheiro
36 anos, Lic. Organ. Gestão Empresas
45 anos, Engenheiro
38 anos, Advogado
27 anos, membro Dir. da
50 anos, Empresário
39 anos, Profª.
48 anos, Profª.
35 anos, Func.

Às e aos

, Dirijo-me a todos os que querem bem ao concelho
, quer tenham cá nascido, quer tenham vindo de outras paragens
É este o programa pelo qual me comprometo a lutar e a trabalhar
É este o compromisso que assumo com todos vós.

— Conto com todos, neste movimento de mudança verdadeira que levou, leva e levará o concelho a ser falado e respeitado por todo o País. A primeira condição
, é ser-se conhecido e debatido em vez de silenciado e ignorado,

— Imaginem o que seria se os mesmos continuassem no poder, ainda que com outro rosto

— Cada um tem a sua opção
. Eu estou ligado, há muitos anos, a
um partido. Mas sempre fui um homem livre que pensa e actua por si.

Tenho na minha lista pessoas que, nas últimas eleições, estiveram na lista de vários partidos: Não é uma União que esqueça ou despreze os partidos. É um Movimento que traduz a consciência de tantos e tantos de que ***chegou a hora!***

Formei um Conselho Estratégico e Consultivo composto por dezenas de personalidades que são um espelho da opinião deste concelho.

Como tenho dito por todo o lado deste Concelho, ***todos os meses reunirei, pelo menos uma vez, em todas as Freguesias, com a população,*** *num recinto onde tenha estado na pré-campanha ou campanha eleitoral. Acompanhado dos Vereadores e Técnicos da Câmara, procuraremos resolver os problemas com brevidade e em conjunto com as pessoas, no local onde os problemas existem.*
Assim acabará a burocracia

Conto com todos para esta tarefa fascinante de promover um desenvolvimento que atenda principalmente aos que menos têm.

Vamos mostrar a Portugal quanto
Um tempo novo!

Podem contar comigo.
Um grande abraço do

2 · As linhas mestras

um **atendimento humanizado, com qualidade, e dando respostas rápidas**
uma linha telefónica, — **Linha Via Rápida**, através da qual,

Proceder à revisão do Plano Director Municipal (PDM) com vista a um melhor ordenamento do território, ao serviço de um verdadeira estratégia de desenvolvimento
e colocar à disposição das famílias residentes no Concelho 1.000 novas habitações a custos acessíveis

Prosseguir, como primeira prioridade, a rede de saneamento básico,
Reclamar do poder central a rápida execução do projecto multimodal para o porto bem como a urgente execução dos eixos rodoviários de acesso

Reabrir o processo do parque industrial, numa perspectiva construtiva de desenvolvimento
Valorizar a cidade como um centro empresarial

Estimular a diversificação da oferta turística
, nomeadamente na **criação de um programa com actividades mensais que promovam a dinamização**

Ser porta-voz dos problemas e dos anseios dos munícipes que trabalham nestes sectores de actividade,
Pressionar o Governo no sentido de continuar e concluir a regularização do Rio e reivindicar a continuação do emparcelamento agrícola do Vale

Investir em novas estruturas e, principalmente recuperar e apetrechar as existentes e seus espaços envolventes com meios indispensáveis a um ensino de qualidade e redefinir

Promover a construção de um grande centro polivalente de artes e espectáculo, nomeadamente

Garantir a imediata construção de um complexo de piscinas municipais ao serviço dos munícipes e ciar instalações para
Incentivar a fixação dos jovens nas freguesias de residência

Promover e adoptar como prioritária a Educação Ambiental como meio de fomentar o respeito pelo meio ambiente
Elaborar o Plano
como projecto vocacionado para a criação de novos espaços abertos, para a protecção e recuperação das zonas verdes existentes e das áreas pedonais, como forma de contribuir para um ambiente mais seguro e uma relação optimizada entre

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde. A Câmara vai garantir um serviço de trans-

portes para os habitantes que
Pugnar pelo cumprimento da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e pela progressiva Integração das Pessoas com Deficiência, bem como,

Promover e fomentar,
, uma interligação eficaz e eficiente entre todas as entidades que concorrem em situação de emergência e diligenciar uma distribuição mais eficaz por todo o Concelho dos efectivos das Forças de Segurança.

3 · Aprendi muito

10 de Dezembro de 1997

A campanha está a chegar ao fim.
Ao longo dos últimos seis meses
, percorri
, inteirei-me
, apercebi-me
, testemunhei
Comigo estiveram aqueles que
Aprendi muito, ***e à medida que me fui apercebendo do muito que está por fazer, foi crescendo em mim o entusiasmo e a vontade firme de servir este Concelho com a dignidade, a firmeza e a responsabilidade que ele merece, mas de servir, com especial prioridade e atenção, aqueles que menos têm, aqueles que mais precisam, e as Freguesias mais esquecidas.***

Nesta fase final da campanha assistimos,
Quero deixar claro que

Por uma questão de feitio, entrego-me às causas
Assumi o compromisso de
Assim farei depois de, como todos esperamos, ser eleito
Mas para isso é preciso que toda a gente vá votar no próximo Domingo.

Nestas eleições não estão em causa os partidos.
A minha equipa é composta por pessoas que
, e a minha candidatura é apoiada por milhares de

Nestas eleições VOTAR é mais que um direito.
Votar nas nossas listas é contribuir definitivamente para que
Para isso precisamos de
, e para os conseguirmos temos que mostrar
que estamos aqui,
e que estamos dispostos a trabalhar muito para sermos
E eu prometo-vos! Juntos vamos conseguir.

Para que tudo isto seja possível, peço que vote no
seja qual for o seu partido. Daqui a um ano e meio, cada um, nas eleições para o Governo, votará no seu partido.

Agora vamos todos votar PELA MUDANÇA VERDADEIRA.
Um grande abraço do

foi-me preciso descobrir

natália correia

Foi-me preciso descobrir que:
a lógica é a ciência de gerir os rendimentos da estupidez;
os políticos não são inteiramente galinhas porque cacarejam e não põem ovos;
as pastas dos executivos levam dentro aranhas para urdirem as teias
[que nos imobilizam;
os militantes de todos os partidos têm pele de camisas enforcadas;
a família é um cardume de piranhas ao redor da carcaça de uma vaca sagrada;
a sociologia é uma completa falta de humor perante a decadência;
os gestores destilam um suor frio que nos constipa;
as nações içam as bandeiras para porem o falo a pino e masturbarem-se;
as esquerdas e as direitas resultam do pacto de não inverterem os papéis;
o socialismo é um estratagema para negar aos exploradores
[o direito ao desaparecimento;
o liberalismo é uma manha do Estado para forjar algemas com a liberdade;
os intelectuais são uma chatice com que o Criador não contava;
sendo a educação a providência dos imbecis que são em maior número,
o mundo está imbecilizado pela educação;
o sistema é a creche da debilidade mental e a vala comum da inteligência;
a economia é adquirir-se o vício do fumo porque se comprou um isqueiro;
dos vencidos não reza a história porque se renderam à razão,

para concluir que:
chegou a hora romântica dos deuses nos pedirem a desobediência.
Faço-lhes a vontade. A partir de hoje, se alguém me quiser encontrar,
[procure-me entre
o riso e a paixão.

[10 de Janeiro de 1983]

Que Liberdade?

José Luís Felix

Os poderosos começaram por se impor através da força, dessa força fizeram lei, que continuam a impor pela força (direito positivo), a qual se consubstancia no conjunto de normas obrigatórias que regem as relações da sociedade. É isto que constitui a lei. As desigualdades sociais são legitimadas através da lei, que constitui deste modo o fundamento para o exercício do poder.

A liberdade que defendo

Liberdade significa autonomia, ou seja, a faculdade dos indivíduos disporem de si próprios. Isto implica, naturalmente, a ausência de todo e qualquer constrangimento físico ou moral.

A democracia representativa, como todos os sistemas baseados na submissão do indivíduo, restringe-nos a liberdade. De facto, a relação entre o Estado e a sociedade não passa de uma forma histórica tão brutal quanto abstracta.

O homem só atinge a sua "humanização" quando ama a humanidade e a liberdade de todos.

Neste sentido, só poderei ser verdadeiramente livre quando todos os homens que me cercam forem igualmente livres.

Quanto maior for a sua liberdade, maior será a minha. Eu só posso ser verdadeiramente livre quando a minha liberdade me for reflectida pela consciência também livre de todos e me for confirmada pela aprovação de todos os indivíduos.

Através do exercício da autoridade, qualquer homem, por melhor que seja, se torna essencialmente mau. As teorias da ponderação de poderes e de fiscalização da autoridade, com que os apologistas da democracia representativa nos tentam convencer, não passam de uma mistificação engendrada pelos detentores e beneficiários do poder para nos persuadirem de que o povo é soberano e é ele quem governa.

A liberdade de qualquer indivíduo não pode ser limitada ou condicionada, tem de ser absoluta e completa. Liberdade de ir para onde desejar, de ter todas as opiniões possíveis, de ser activo ou indolente, de ser moral ou imoral. Liberdade total para dispor da sua pessoa, sem dar contas a ninguém.

Por outro lado, a liberdade não pode nem deve defender-se senão através da própria liberdade. Defender a liberdade a pretexto de a proteger não passa de um contra-senso.

É através da força colectiva da sociedade que o homem atinge a sua liberdade, completando-a com os outros indivíduos.

A liberdade não se troca, não se compra nem se vende, e não pode ser imposta ou concedida. É parte integrante de cada indivíduo e é dele que parte e se afirma, resultado da sua unidade biológica, psicológica e social. Cada indivíduo tem necessidade de afirmar a sua liberdade, a qual, socialmente, vê reflectida na liberdade dos outros. É por isso mesmo que seremos tanto mais livres quanto os outros indivíduos o forem. Também não podemos ser livres isoladamente.

Assim sendo, se algum dos outros indivíduos for um dependente, eu não poderei ser livre. A liberdade só é possível entre iguais. É impossível existirem homens e mulheres livres num mundo baseado na hierarquia e na opressão.

A liberdade de cada um de nós não é um facto individual, é um produto colectivo, por isso mesmo não pode ser livre um homem isolado, sem a contribuição da sociedade humana.

Sob o pretexto da defesa da liberdade, o Estado preocupa-se, na verdade, em manter as condições de reprodução de um sistema fundado na desigualdade e na exploração, no oposto da liberdade.

É evidente que mesmo o Estado mais democrático, respaldado na ficção da representação dos interesses da nação e de toda a gente, oprime a vontade e as acções livres dos seus membros, utilizando para isso todo o seu poder coercivo.

AS LIBERDADES EXISTENTES

As liberdades que os políticos e os meios de manipulação de massas tanto apregoam estão consignadas na lei, que nos é apresentada como o garante das liberdades que nos outorga o Estado Democrático. Mas interessa perceber o que é a lei e a sua génese.

As leis que – garantem-nos os políticos –, se destinam, entre outras coisas, a defender as liberdades, são uma imposição do Estado, ou seja, daqueles que possuem a força para as fazer respeitar.

É devido ao medo da violência exercida pelo poder que os povos obedecem, e é isso que constitui um vínculo político.

O conjunto de regras e pessoas hierarquizadas que constituem a ordem jurídica possui, no âmbito estatal, o poder coercivo suficiente para se fazerem obedecer.

Os mais fortes, aqueles que detêm o poder, impõem ao conjunto da população uma ordem jurídica que procura perpetuar as desigualdades existentes.

As desigualdades sociais são legitimadas através da lei, que constitui deste modo o fundamento para o exercício do poder.

Os poderosos começaram por se impor através da força, dessa força fizeram lei, que continuam a impor pela força (direito positivo), a qual se consubstancia no conjunto de normas obrigatórias que regem as relações da sociedade. É isto que constitui a lei.

O Estado é uma forma de organização política fundada na hierarquia, que se manifesta no estatuto diferente atribuído aos seus membros e se distingue por ser imperativo.

Segundo Kelsen, “O Estado apenas existe na medida e na maneira em que se exprime na lei, não é uma força social nem um produto histórico, é o somatório das suas próprias leis”.

Para pertencermos a uma qualquer organização, seja ela um clube desportivo, uma Igreja, uma associação ou qualquer outra, dependemos da nossa vontade, ao contrário do carácter coercivo e obrigatório de pertença ao Estado-Nação.

O Estado representa o conjunto de limitações das liberdades individuais que impõe aos

seus membros, pois eles são forçados a renunciarem a parte da sua liberdade em favor do chamado bem comum. Por isso o Estado restringe a liberdade do indivíduo da mesma forma que este, quanto mais se afirma, mais reduz a liberdade do Estado.

Segundo o princípio do contrato social, que fundamenta o Estado, os homens, incapazes de se governarem, terão de se submeter ao domínio do Estado que lhes imporia a justiça.

O Estado e o seu Direito, que constitui a negação do direito natural à vida e ao que ela encerra, fixou através da lei as desigualdades existentes limitando a liberdade dos seus membros.

Aos poderosos, aos capitalistas e aos seus apaniguados, não bastava, conseguirem, através do Estado e das suas leis, converter o seu poder, a sua força, em força de lei, em direito, e a relação de obediência dos mais fracos em dever. Conseguiram também transformar esse poder exercido sobre os mais fracos numa relação estável, que conduziu à submissão.

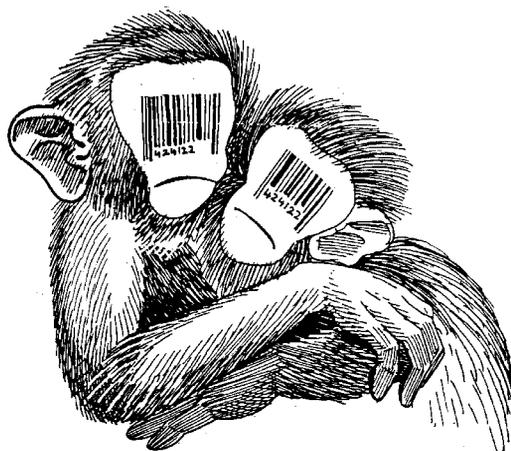
Toda a força dos poderosos começou na força, antes de se transformar nas formas mais elaboradas do Direito e das regras.

Convém relembrar que foi a miséria dos miseráveis que criou os primeiros capitalistas. Para acumular os primeiros capitais, tornou-se necessária a existência de indivíduos despossuídos de tudo, os quais, para não morrerem de fome, consentissem na venda da sua força e da sua inteligência.

Durante a Idade Média a miséria cresceu célere, na medida em que as invasões e as guerras foram destruindo os laços de entre-ajuda e apoio mútuo até então existentes nas comunidades urbanas e rurais.

Para isso também contribuiu a criação dos Estados, a imposição e crescimento da sua autoridade, bem como a acumulação de riquezas e desigualdades, devido à exploração do Oriente (a partir das reclamadas Descobertas).

Assim se foram destruindo os laços de solidariedade, enquanto se desenvolvia o Estado e se acumulava a riqueza nas mãos de uns poucos.

Aquando da Revolução Francesa estabeleceu-se a igualdade, que teve como principal consequência a abolição dos privilégios corporativos baseados nas diferenças de nascimento. Mas a desigualdade com base no estatuto económico manteve-se.

Os burgueses capitalistas, que controlaram a Revolução, opuseram-se ferozmente às alterações sociais que as grandes massas populares desejavam. Admitiam a igualdade civil, mas opuseram-se à democracia social.

Mesmo o circo eleitoral tinha então outros contornos, dados os perigos de derrota existentes. A capacidade para se ser eleito baseava-se na quantidade de bens possuídos.

Segundo eles, a liberdade era um conceito natural, ideia que já vinha sendo desenvolvida pelos teóricos ingleses desde o século XVII.

Tal liberdade tinha por fundamento uma ficção. Tratava-se da participação nacional na feitura das leis, que deviam ser a expressão da vontade de toda a nação, daí decorrendo que as leis seriam iguais para todos.

O princípio do *habeas corpus* é outra expressão da liberdade do cidadão. Foram também estabelecidas as liberdades de pensamento e de culto, garantindo que cada qual optasse pela religião que lhe aprouvesse e pudesse ter as opiniões que entendesse, sem ser incomodado.

A liberdade de pensamento pressupõe, por seu turno, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, com restrições para aquilo que o Estado considere perversão da lei.

A Constituição Francesa passou a ser o grande modelo das constituições continentais europeias.

O absolutismo do rei foi substituído pela soberania nacional, base dos nacionalismos modernos e parteira do esmagamento da soberania do indivíduo.

Ainda hoje estes continuam a ser os fundamentos das liberdades existentes, consentidas ou reduzidas conforme as relações de forças entre os vários grupos sociais e os interesses dos poderes que dominam a sociedade.

A estas liberdades juntam-se, fundamentalmente, as liberdades especificamente sindicais, as liberdades políticas e a liberdade principal nesta sociedade, a do livre mercado, da compra e venda.

A liberdade sindical sofreu as restrições de todas as restantes e algumas específicas, sujeita aos ditames dos capitalistas e do Estado, que lhe permitem uma posição colaborante.

Quanto às liberdade políticas, estas têm por base o sufrágio universal, cujo aparecimento ocorreu em simultâneo com o desenvolvimento económico e político da burguesia. Tem como base o sofisma da representatividade.

Assentou na evolução do parlamento medieval inglês, universalizando-se depois das revoluções norte-americana e francesa.

A igualdade perante a lei e o voto é a única igualdade que a burguesia e o seu poder consentem.

O sufrágio universal leva à repressão de muitos indivíduos por outros. Trata-se de uma forma sofisticada de neutralizar a actividade humana.

A igualdade perante a lei e o voto nada tem em comum com a igualdade, com a soberania popular, ou com direito de cada pessoa ser tão soberana como qualquer outro.

As propagandeadas liberdades existentes fundamentam-se no logro político, segundo o qual é suposto o "cidadão" escolher, através do voto, os "seus representantes", que não conhece, para elaborarem leis que ignora e escolherem aqueles que o governarão sem lhe prestarem contas.

O absurdo e a hipocrisia da política já foram exaustivamente demonstrados ao longo dos tempos para agora perder tempo com tão ruim defunto. Basta apenas relembrar que, perante o descalabro e a evidência deste embuste, os políticos e seus epígonos se limitam, nos dias de hoje, a gerir cinicamente, num possibilismo desapaixonado, o espectáculo da política, procurando atrair os incautos "concidadãos" com promessas, chantagens e intrigas. São eles próprios a confessar que a democracia representativa não é a solução desejável, mas sim o menor dos males. Afinal, tratam de acrescentar, a utopia é a antecâmara do inferno, como comprovaria o fracasso dos seus irmãos siameses do capitalismo burocrático da Rússia.

Perante tudo, isto os "cidadãos" são diariamente e de todas as formas inquinados com propaganda enaltecedora do Estado e das suas leis, de forma a considerarem que o Estado é a justiça e a realização da moral sobre a Terra. Daí o dever de todo o "cidadão íntegro" consistir em devotar-se, sacrificar-se e morrer, se for preciso, pelo poder e triunfo do *seu* Estado.

Em meu entender, as liberdades existentes, sempre contigentes, estão ameaçadas devido a diversos factores.

A concentração do poder económico e financeiro, o desenvolvimento das capacidades de controle por parte das instituições estatais e das grandes empresas, a aplicação de meios cada vez mais aperfeiçoados de controle social, criaram uma situação extremamente desfavorável aos assalariados e um ameaçador crescimento dos meios de domínio por parte da burguesia capitalista e dos seus aliados.

As camadas assalariadas vítimas da concorrência desenfreada entre os capitalistas, da concentração e racionalização capitalista da sociedade e da introdução de novas tecnologias que originam a desvalorização da mercadoria trabalho da maior parte da população trabalhadora, vêem-se confrontadas com uma situação que reduz as suas capacidades reivindicativas, dada a luta constante pela sobrevivência, num mundo em que a procura de trabalho se reduz, dando origem ao desemprego, ao subemprego, ao trabalho precário, ao trabalho parcial e ao crescimento das desigualdades.

A tudo isto se junta, num mundo em que a mercadoria reina em todos os escaninhos da sociedade, um desânimo generalizado, mais acentuado em muitos daqueles que tinham como referência mítica a impropriamente chamada União Soviética. Centenas de milhões de pessoas que, apesar das evidências do regime concentracionário ali instalado, queriam acreditar que a URSS era uma sociedade diferente, viram na sua queda e destruição a perda de uma referência que lhes alimentava as ilusões.

Em busca de custos de produção sempre mais baixos, as multinacionais instalam-se nos países pobres, onde destroem a agricultura e as indústrias exportadoras tradicionais, ou seja, os grandes utilizadores de mão de obra.

Estes investimentos aniquilam as sociedades nacionais e as suas economias. Também nos países de tradição industrial, a chamada deslocalização de inúmeras empresas para os países pobres, lança no desemprego, no subemprego e na miséria milhões de trabalhadores.

As sociedade pobres vêem-se desestabilizadas por via destes investimentos. Ao mesmo tempo, esta descentralização e dispersão internacional do capital reforça a concentração do capital e a centralização do controle da produção.

A redução de despesas tem levado à destruição do sistema de protecção, o chamado Estado Providência, assim como à expulsão do estabelecido ciclo produção/consumo de vastas camadas da população. O que se pretende atingir com estas medidas é aumentar a rentabilidade dos capitais, tratando os Estados de fomentar políticas nesse sentido, face à concorrência selvagem que se verifica no seio do capital e à redução da taxa de lucro em vastos sectores da economia.

Todos os processos são permitidos quando se trata de fazer economias com a redução dos custos de reprodução dos assalariados.

Já no que diz respeito ao controle das populações a táctica é diferente, as despesas necessárias à repressão são todas aquelas que a burguesia capitalista e o Estado considerem necessárias à estabilidade das relações sociais.

As fusões, alianças estratégicas entre empresas, a compra pura e simples de umas empresas por outras, as participações e outras formas de concentração do capital são acompanhadas por outras duas outras ordens de factores que conduzem ao mesmo objectivo.

Trata-se, por um lado, do desenvolvimento, difusão e aplicação de novas tecnologias nos mais variados campos da actividade, da produção, comunicação, informação e controle, que potenciam de forma colossal todas es-

sas actividades. Estas tecnologias conduzem à necessidade de enormes investimentos, facilitam a descentralização do capital e proporcionam a sua concentração.

Por outro lado, a internacionalização dos capitais, a deslocalização de inúmeras empresas para outros países, o enorme crescimento das relações económico-financeiras e toda a ordem a nível internacional, conduzem à mesma concentração.

Esta impropriamente denominada globalização é, de facto, o aproveitamento de factores de produção de mais baixo preço, em especial os custos do factor trabalho, que aproveita fundamentalmente às grandes empresas, proporcionando, por sua vez, uma mais rápida concentração. Diga-se, a propósito, que as grandes multinacionais controlam actualmente 90% do movimento de capitais.

A concentração de empresas, acelerada pelas razões atrás apontadas, leva ao aumento do poder nas mãos de uma minoria cada vez mais reduzida, que de forma cada vez mais evidente é apoiada pelo Estado e procura dirigir todos os aspectos das relações humanas.

As pequenas e minúsculas empresas não se extinguem, proliferam e desempenham dois papéis fundamentais. Um de ordem económica, na órbita e dependência das grandes empresas, fornecendo-lhes produtos e serviços a mais baixos preços. Outro de ordem ideológica, evidenciando as possibilidades do livre mercado.

Perante este panorama, os assalariados assistem à sua substituição por máquinas, ao crescimento da concorrência entre si e à redução do seu valor na sociedade. O seu desempenho é menorizado, tornando-se muitas vezes dispensável.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Além das consequências negativas inerentes à actual fase de acumulação de capital, os trabalhadores têm ainda de enfrentar uma repressão e controle cada vez mais elaborados, concebidos de forma *científica*.

A burguesia capitalista tem actualmente necessidade de um controle social cada vez mais rigoroso e dispõe, além disso, de meios e capacidades para o conseguir.

Essa necessidade provém de diversos factores. As gigantescas somas envolvidas em investimentos produtivos e especulativos "obrigam" a redobrar os cuidados com a sua protecção, uma pequena falha de previsão traduz-se em perdas gigantescas. A desregulação que os diversos Estados praticam, no sentido de proporcionar condições cada vez mais favoráveis às empresas, conduz não só a consequências negativas para os trabalhadores, como também ao aumento da competição entre os diversos extractos do capital. Além disso, em particular devido às condições proporcionadas pelas novas tecnologias, não só os sectores produtivos, como também os comerciais e financeiros, se estendem por todo o planeta, "forçando" os capitalistas e os seus Estados a um controle global, intervindo em

todos os aspectos da sociedade. Outros factores avultam na criação de um ambiente cada vez mais propício às restrições das liberdades do indivíduo e das comunidades, como sejam a descrença nas instituições representativas por parte de cada vez maior número de pessoas ou o aumento das desigualdades de toda a ordem, nacionais, regionais, sectoriais e empresariais. O mercado e o salariato são reis. A selvajaria do capital em busca permanente de lucro e segurança instalou-se em todo o mundo e em todas as actividades.

Esta situação deu origem à necessidade de um controle social a que nada escape. As liberdades sofrem naturalmente as consequências deste ambiente, restringidas e iludidas diariamente, através de mil ardis em que o Estado é fértil.

A única liberdade que tem aumentado nos últimos anos é a do chamado livre mercado, a liberdade da compra e venda.

Variadas medidas têm sido tomadas para favorecer essa liberdade, como a livre circulação de capitais, a liberdade na circulação de mercadorias, na instalação e abolição de barreiras ao crescimento e à concentração do capital, redução fiscal, apoios financeiros e de toda a ordem do Estado, parco em recursos para com os trabalhadores mas de extrema generosidade para com os capitalistas.

É esta liberdade de tudo comprar e vender, incluindo órgãos humanos e crianças, que se estendeu por todo o globo terrestre, a todas as actividades humanas sem excepção, que comanda a vida dos humanos.

A liberdade de mercadejar tem de ser acompanhada pela liberdade de eleger os representantes da democracia parlamentar. Até os políticos do "mundo livre" exigem aos seus homólogos do antigo capitalismo burocrático de Estado que procedam à instauração da democracia representativa, enquanto instalam o livre mercado, pois, segundo confessam despudoradamente, uma coisa não faz sentido sem a outra.

Neste controle global, os capitalistas ressentem-se da ausência de um Estado mundial. Na sua ausência, sob o comando dos EUA, utilizam a ONU, a NATO, a Comunidade Europeia, o FMI e outras prestimosas organizações semelhantes, como centros de informação, controle e repressão. Valerá a pena lembrar que estas instituições nem sequer resultam da democracia representativa com que os seus paladinos nos procuram evangelizar.

Sendo a prevenção do factor risco uma das principais determinantes da acção da burguesia capitalista, sempre preocupada com a segurança dos seus capitais, entendo que nos dias de hoje esse risco aumentou e as necessidades de prevenção cresceram concomitantemente. Assim sendo, as restrições às liberdades das populações e das comunidades, sempre flutuantes e relativas, estão sob a constante mira do Estado, que as procura restringir e perverter.

Dave Lester

Isso não significa a abolição das reduzidas liberdades existentes, caricatura da liberdade autêntica do indivíduo. É necessária à manutenção do sistema a existência desta

liberdade, mais ou menos condicionada. Isso resulta da necessidade de mobilidade social, do funcionamento dos mercados e da crença, ainda que mitigada, na ideologia prevalecente e nas instituições.

Mas nem só de repressão e restrições da liberdade se alimenta o actual estado de coisas.

A sociedade actual e seus componentes são objecto de aturados estudos e acções para que tudo corra em conformidade com os interesses do capital.

Planeia-se e tenta-se pôr em prática toda a espécie de medidas que condicionem a nossa vida e o futuro da sociedade. Do número de médicos ao de soldados, da implantação de escolas e do seu conteúdo, de estações de TV e sua programação, tudo é regulado e previsto. As intervenções do Estado e dos capitalistas estendem-se muito para além deste tipo de intervenções, condicionam o próprio desejo, o gosto, os hábitos e as vontades da sociedade e dos seus membros.

Qual a margem de liberdade que nos resta perante este tipo de "tratamento" de que somos vítimas ?

A burguesia capitalista não esqueceu o ensinamento de Rosseau: «Ainda o mais poderoso dos os homens não seria suficientemente poderoso, se não soubesse converter o seu poder em direito e a obediência em dever».

Na actualidade, esse dever é conseguido de formas mais elaboradas que nesses tempos. Para além da tradicional repressão, cada dia mais sofisticada, o Estado tem hoje ao seu dispor mecanismos e técnicas que possibilitam a apresentação de um espectáculo permanente a dois níveis, a sedução e o terror.

Seduzem-nos, particularmente através do audiovisual, com imagens de uma realidade que não é a nossa, convencendo-nos a vivê-la como se o fosse.

Numa sociedade em que os afectos são reprimidos e as paixões asfixiadas, os amores e desamores são reactivos, em conformidade com as imagens e preconceitos que os meios de desinformação de massas nos impingem.

Entram-nos por casa adentro, sem licença nem convite expresso, toda a espécie de alegorias exemplares e formosas figuras de príncipes e princesas, capitalistas de sucesso, políticos, artistas, desportistas, "comunicadores" e outros figurões da mesma casta, gente contente consigo própria e acéfala, nossos ídolos e padrões.

Isolado e submetido à propaganda dos meios de incomunicação de massas, socializado através da TV, o cidadão comum assiste impotente à destruição das comunidades e da sua individualidade. Anula-se perante o Estado e os diversos poderes, que se lhe apresentam dominadores e inacessíveis, tal qual os fiéis simbolizam os deuses de todos os calibres.

A propaganda e a fúria consumista não se esquecem de nós e tratam de nos seduzir.

Os poderes que controlam a sociedade em que (sobre)vivemos tratam de nos subjugar através de métodos que chegam a ser delirantes, chegando à desfaçatez de nos proporem a liberdade em troca da compra de um carro ("seja livre, compre o automóvel Cagalhoto"), ou da escolha de novos amos ("em nome da Liberdade vote Cagalhoto").

Como tudo está transformado em mercadoria, tudo se compra, tudo se vende, o poder apodera-se de conceitos que são caros à nossa condição humana, adapta-os e perverte-os conforme os seus interesses. Resta assim a busca infrene de dinheiro, não importa como, que nos permita o refúgio na ambição consumista.

É o que fazem os nosso ídolos. Toda essa gente tão reclamada pelos meios de desinformação de massas leva uma vida de prazer, de luxo e de aventura, que gostaríamos de imitar. Isto quando não estão absorvidos em complexas operações mais ou menos cabalísticas que, garantem-nos os especialistas, se destinam

a salvar o comum dos mortais da fome, da pobreza, da ignorância e de outras coisas más.

Isolado e sem vínculos comunitários, o cidadão comum, sente cair sobre si todas as tragédias da Terra que os meios de desinformação de massas sobre si fazem desaguar.

Somos permanentemente alertados para respeitar as normas reinantes, caso contrário arriscamo-nos a não conseguir emprego, a perder aquele que temos ou a não subirmos na hierarquia, a cairmos na miséria. Temos de estar permanentemente vigilantes, perante os perigos que nos cercam: os ladrões, os drogados, a sida, os vigaristas e tantos mais que o Estado combate e que temos por dever apoiar. Somos constantemente assaltados por aterradoras imagens e descrições daqueles que se vêem postos à margem do grande festim consumista.

Os vagabundos, os marginalizados, os excluídos, os miseráveis dos países pobres e os novos pobres do países ricos, os desempregados, as crianças e os velhos maltratados, as vítimas da doença e da guerra e tantos outros, são-nos expostos a toda a hora sob as cores mais cruas.

Apontados como resultado inevitável de insondáveis leis do mercado, de uma sociedade que não entendemos e cujos contornos são "explicados" e defendidos por encartados especialistas, jamais preocupados em aprofundar as causas da exploração e miséria reinantes.

Perante este panorama, o cidadão normalizado é invadido pelo medo permanente. Medo de perder o emprego, medo de não arranjar emprego, medo da falência da "sua" empresa, medo de não passar o ano, medo de não parecer bem, medo dos drogados, medo dos ladrões, medo dos polícias, medo da sida, medo da guerra, medo de emagrecer, medo de engordar… Em síntese, medo da vida, que lhe é apresentada com as cores mais fúnebres e catastróficas pelo terrorismo subtil dos órgãos da propaganda.

Uma vez chegado a este grau de cagaço, fica disponível para trocar a ténue liberdade por uma quimérica segurança que lhe garanta a continuidade do seu quotidiano mesquinho. Aterrorizado, submete-se sem protesto às normas impostas pelo Estado, reduz-se à impotência e receia a liberdade, que o obrigaria a confrontar-se com as certezas em que alicerça a sua existência.

Não admira, por isso, que quando pretendo encontrar, naqueles que me cercam, o reflexo da liberdade, apenas encontre a submissão do servo, vergado à luta pela sobrevivência e arruinado pelos ditames da fúria consumista e do bem-parecer, grotescos substitutos da liberdade que nos humaniza.

O Senhor Hoo e Camões

Charles Reeve & Hsi Hsuan-wou

Hsi Hsuan-wou e o nosso colaborador Charles Reeve [*] empreenderam em 1996-97 um longo périplo pela China, de que resultou uma preciosa documentação editada em francês,* Bureaucratie, bagnes et business *(L'insomniaque). Nesta obra recolheram muitos testemunhos de trabalhadores e activistas que evocam o essencial da catástrofe chinesa: a irrupção do capitalismo selvagem, a proletarização forçada de centenas de milhões de homens e mulheres, a destruição da sociedade tradicional. O texto que aqui publicamos, sobre Macau, vem a propósito dos mais recentes negócios da China portugueses.

Macau é o porto vizinho de Hong Kong, a uma hora de barco. Escondida por detrás duma muralha de betão (prédios, casinos, hotéis, centros comerciais), a cidade antiga já não é visível do mar. A antiga fortaleza portuguesa, que em meados do século XVI protegia o porto, as ilhas e a costa, vê-se também ela agora ultrapassada por torres de habitação…

Mesmo assim, o centro, com o seu velho mercado e as suas ruas de comércio, lembra uma qualquer vila do Portugal profundo. As lojas têm os mesmos balcões de madeira, os mesmos cheiros a naftalina, e a atitude apática dos comerciantes é igualzinha. É quase necessário uma pessoa firmar a vista para se lembrar de que os vendedores são chineses. Como se houvesse uma assimilação perfeita entre os dois povos. Na cidade antiga, os transeuntes têm o ar calmo de quem vai de passeio. Estamos longe do frenesi das ruas de Hong Kong. Será isto influência da colonização portuguesa ou uma sobrevivência da milenar cultura da China do Sul? Depois de Hong Kong, Macau dá-nos mais uma prova da capacidade que os chineses possuem para adoptarem os valores estrangeiros que lhe convêm: cadências capitalistas ou lentidão meridional. Charles Reeve procura encontrar alguém que fale português, mas as pessoas a quem se dirige olham-no com espanto.

* Ambos estes autores se interessam pela análise da sociedade chinesa desde há muitos anos. Charles Reeve é nomeadamente autor de *O Tigre de Papel. Sobre o desenvolvimento do capitalismo na China (1949-1971)*, 1972 (ed. port. Spartacus, Lisboa, 1975); Hsi Hsuan-wou é co-autor de *Révo. cul. dans la Chine pop.*, 10/18, Paris, 1974.

Só alguns velhos, que outrora trabalharam na administração colonial, se aventuram a pronunciar umas quantas palavras, o estrito necessário para lhe darem a entender que anda a perder tempo. O que faz o encanto de Macau é o falhanço da colonização. Os portugueses dissolveram-se entre os chineses. Quem terá colonizado quem?

Nas vielas que sobem até ao forte, procuramos um tasco onde comer. O sítio é uma cópia chapada dos bairros populares de Lisboa ou do Porto. Acabamos por nos instalar num restaurantezinho ao lado da esquadra da polícia. Entre a clientela chinesa encontra-se um jovem europeu, de braço ao peito, comendo com dificuldade massa salteada com sardinhas, contribuição original da cultura portuguesa para a gastronomia chinesa…

Os nossos comentários irónicos a respeito da figura dos polícias, envergando uniformes portugueses, despertam a atenção do jovem. E após umas hesitações, entabula conversa connosco. Chama-se Paulo e veio duma periferia pobre de Lisboa. Aos vinte anos, sentiu-se farto da vida triste e monótona de Portugal e do peso das relações familiares. Cúmulo do azar para um jovem português, não gostava da praia… E um belo dia, ao ver-se no desemprego, fez das tripas coração e decidiu dar o fora pra bem longe. Depois de alguns meses de viagem pela Ásia, arribou a Macau, onde encontrou um modesto emprego de amanuense na Câmara Municipal; precisavam, para registar o serviço de limpeza das ruas, de alguém que pudesse ler e escrever português. Passaram oito anos e o Paulo lá continua.

Aprendeu chinês, fez alguns amigos, conhece a cidade de fio a pavio, os bares, os templos, os sítios bons e os ruins, as pessoas simpáticas e as infames. Inquieta-o um pouco que o número destas últimas aumente sem parar. Para matar o tempo, joga futebol e, de vez em quando, dá um salto até à China. Gosta de Macau porque aqui tudo lhe parece longe. E no entanto, com o passar do tempo, vai descobrindo por cá um provincianismo que o remete para a periferia lisboeta de onde desertou…

Segundo ele, a prostituição tornou-se um terrível flagelo. É verdade que a prática deste ofício data de há muito na história na cidade. Mas hoje a prostituição tornou-se uma próspera indústria. Dantes, os bares, os casinos e os bordéis empregavam raparigas da Tailândia, de Singapura e das Filipinas. Agora, a maior parte das recrutas são jovens chinesas oriundas das Zonas Económicas Especiais. Porque, como Hong Kong, Macau encontra-se submersa por uma vaga enorme de imigrados da China Popular, mulheres, homens e crianças (treze mil por ano em Hong Kong), cuja maioria acaba

nos circuitos do trabalho clandestino e nas redes de prostituição. Segundo Paulo, a amplidão da indústria do sexo alterou grandemente os comportamentos tradicionais, que davam uma aparência de sossego à vida local. Os assassínios, as violações, os roubos e as agressões de toda a espécie tornaram-se o pão nosso de cada dia duma cidade onde a velha fachada provinciana se vai atolando sob o peso da muralha de betão.

Qual será o papel desempenhado pela China? O poder dito comunista manteve ligações diferentes com Macau e com a colónia britânica. Em Hong Kong coabitavam dois poderes, na perspectiva que foi a da integração de 1997: a administração colonial mantinha-se presente ao mesmo tempo que Pequim, neste xadrez, ia colocando os seus peões para a substituição de poderes. Os estalinistas chineses extraíram durante muito tempo dividendos duma cidade que era a sua porta de acesso aos mercados exteriores. Hoje, Hong Kong continua sendo a plataforma financeira da classe dirigente chinesa, passagem obrigatória dos capitais que escapam para o mundo exterior ou que se reciclam, no interior, sob a forma de investimentos «estrangeiros». Além disso, a existência antiga do capitalismo privado, fortemente ligado ao mercado mundial, leva a que a burguesia local, com os seus interesses próprios, queira ter a sua palavra a dizer no processo de integração.

Em Macau, o quadro ficou bem estabelecido desde o século XVI: a cidade é um território chinês sob administração portuguesa. A actividade do jogo permitia lavar o dinheiro dos negócios e dos tráficos clandestinos, rendendo importantes dividendos ao poder burocrático, exigindo a sua perpetuação um Estado colonial mínimo. Uns quantos padres e freiras, um pequeno número de funcionários e polícias decorativos, a tanto se resumia a presença civilizadora de Portugal no Oriente. Após a segunda guerra mundial, a administração fantoche adquiriu o hábito de não fazer fosse o que fosse sem consultar um sinistro personagem, o Senhor Hoo, rei dos casinos, cidadão português e deputado comunista na Assembleia Nacional Popular em Pequim. Em 1966, por exemplo, quando das agitadas jornadas da «revolução cultural», um pequeno burocrata português julgou poder reprimir as manifestações. E só a intervenção de Salazar junto do Senhor Hoo conseguiu que se salvasse a mobília... Que tinham os portugueses que meter o bedelho?

Depois de 1975, mas sempre em vão, os sucessivos governos portugueses suplicaram constantemente às autoridades de Pequim para acabarem com aquela comédia. Paulo conta--nos que a mais insignificante decisão — escolher as flores para o jardim de Camões, por exemplo — depende das autoridades da província de Kuang-tong. Ao passo que Hong Kong, capital do capitalismo financeiro, excitava a cobiça de Pequim, os casinos de Macau eram já território chinês. O padrinho, patriota comunista e mafioso multinacional, lá estava sorridente, pronto a convencer os que pudessem ter dúvidas. Quanto a substituir o trapo verde e vermelho que flutua sobre a velha fortaleza de canhões enferrujados, Pequim não liga a isso. Há-de ver-se em 1999, de momento não há pressas. A China tem todo o interesse em preservar o estatuto actual, que permite continuar a utilizar a cidade como plataforma giratória de todos os tráficos e como lugar de branqueamento dos lucros pouco confessáveis. Ao fazê-lo, a nomenklatura pode exercer um controle sobre os meios mafiosos da diáspora, tecer ligações com eles e, de passagem, sacar uma parte dos benefícios.

Como era de esperar, a perpetuação de semelhante situação não podia deixar de chamar outros predadores. Foi assim que chegaram os russos. Se é certo que a alma

russa podia sentir-se seduzida pela nostalgia portuguesa, aqui o encontro foi sobretudo mercantil. Desde há pouco, com efeito, a máfia russa instalou-se em Macau, passando a dominar certos sectores da indústria do sexo. A manobra não foi feita sem certos empecilhos. Tiroteios em bares, desaparecimentos e até alguns cadáveres atestam as dificuldades encontradas.

Os chuis locais fecham os olhos ou põem-se ao lado do mais forte. Os raros espiões portugueses, de fato completo e bigode regulamentar, mostram-se discretos, desejosos de virem ainda a aproveitar uma pré-reforma bem merecida. Na sua maioria antigos membros da polícia política fascista, depressa se conluiaram com a nova máfia pós-stalinista. O Paulo, que não aprecia uniformes nem caixões, optou por uma certa abstinência e reduziu consideravelmente as saídas nocturnas. O Oriente do sonho mágico raramente corresponde à realidade…

A bordo do barco que nos leva de Macau para Hong Kong, vemo-nos sentados ao lado de duas brasileiras, mãe e filha.

«Ah! Você fala português!» Mamãe e filhinha vêm de São Paulo, onde são as felizes proprietárias duma cadeia de lojas de pronto a vestir. Uma vez por ano, deslocam-se à Índia para recepcionarem e controlarem as mercadorias lá fabricadas por proletas pagos a preço ainda mais barato que os do Brasil, aproveitando para fazer umas compras em Hong Kong. E após as compras, claro, a cultura: uma visitinha a Macau impõe-se mesmo, nessa ocasião única de meditar sobre as raízes lusitanas. Nestas paragens, os abutres desta espécie são legião. Pródigas em confidências — a comunhão linguística desperta às vezes cumplicidades inesperadas —, narram-nos estas damas, admirativas, a aventura de um dos seus colegas francês instalado em Hong Kong.

Este empresário de vanguarda pôs de pé na região uma rede complicada, a fim de explorar a mão-de-obra do têxtil. O tecido é fabricado na Índia para depois ser talhado no Bangladesh, e em Hong Kong limitam-se a coser os emblemas de marca sobre as mercadorias. Este trabalho de acabamento, porém, é executado por uma dezena de imigrados, franceses de gema transformados em quase chineses por força das circunstâncias: doze horas de trabalho por dia, sete dias por semana. As brasileiras nem querem acreditar! Mas pelo menos, acrescentam logo, são mãos francesas que põem um toque final, de classe, nas mercadorias!

Na sala de espera do aeroporto de Pequim, um jovem francês aborda Charles Reeve.
– Você entende alguma coisa deste país? Estou cá há uma semana e continuo a não perceber como isto funciona. Sabe, tenho uma loja em Nantes e vim comprar gravatas de seda. Fiquei chocado ao deparar com crianças que trabalham nas oficinas, de dia e de noite. Eu julgava que isto aqui era um país comunista!… Seja como for, estou-me nas tintas, eu trato de negócios. Volto com uma mala atestada e vou poder viver uns meses bons. Mas pergunto-me no que é que tudo isto irá dar.

Respondo-lhe que com um pouco de sorte os chineses farão uma outra revolução. A ideia não parece agradar-lhe e o homem some-se. Em Roissy, cruzo-me uma última vez com o negociante de gravatas de seda. Está pior que estragado porque a mala cheiinha ficou algures num qualquer depósito do aeroporto de Pequim. Fabricadas por crianças chinesas, compradas por um francês de passagem, as gravatas hão-de sem dúvida ser vendidas a russos, no mercado do Parque da Colina do Sol. Aqui temos como funciona a China.

Tradução de Júlio Henriques

Ecologia Social

Sociedade e Ecologia

Murray Bookchin

A humanidade tem sido difamada pelos próprios seres humanos, ironicamente como uma forma de vida amaldiçoada que acima de tudo destrói o mundo vivo e ameaça a sua integridade. À confusão que já temos acerca do nosso próprio tempo e identidade pessoais, junta-se agora a confusão de que a condição humana é vista como uma espécie de caos produzido pela nossa tendência para a destruição, e a nossa capacidade para o exercício dessa tendência é tanto maior precisamente porque possuímos razão, ciência e tecnologia. É até este ponto absurdo que certos anti-humanistas, biocentristas e misantropos podem levar a lógica das suas premissas.

Os problemas que muita gente enfrenta hoje em dia para «definir-se» a si própria, para conhecer «quem é» — problemas que alimentam a vasta indústria das psicoterapias — não são problemas apenas pessoais. Estes problemas existem não apenas ao nível dos indivíduos mas na própria sociedade moderna, entendida como um todo. Socialmente, vivemos numa desesperada incerteza sobre o modo como as pessoas se relacionam entre si. Não é só como indivíduos que sofremos de alienação e confusão acerca das nossas identidades e objectivos; toda a nossa sociedade, concebida como entidade, parece confusa quanto à sua natureza e direcção. Se sociedades mais antigas tentaram fomentar a crença nas virtudes da cooperação e do apoio, desse modo atribuindo um sentido ético à vida social, a sociedade moderna fomenta a crença nas virtudes da competição e do egoísmo, assim despojando a associação humana de todo o seu significado — excepto, talvez, enquanto instrumento de ganho e de consumo sem sentido.

Somos tentados a acreditar que os homens e as mulheres de outros tempos eram guiados por convicções e esperanças — valores que os definiam precisamente como seres humanos e que davam sentido às suas vidas. Referimo-nos à Idade Média como uma «idade de fé», ou ao Iluminismo como uma «idade da razão». Mesmo na época anterior à Segunda Grande Guerra e nos anos que se lhe seguiram parecia haver um tempo fascinante de inocência e esperança, apesar do período

da Grande Depressão e dos terríveis conflitos que a mancharam. É como se durante esses anos da guerra se fosse perdendo a inocência da juventude, e com isso a sua «limpidez» — o sentido das intenções e do idealismo que guiavam os comportamentos.

Essa «limpidez», hoje em dia, desapareceu. Foi substituída pela ambiguidade. A confiança em que a tecnologia e a ciência iriam melhorar a condição humana foi escarnecida pela proliferação das armas nucleares, das fomes maciças no terceiro mundo e da pobreza no primeiro. A ardente crença em que a liberdade triunfaria sobre a tirania foi desmentida pelo crescimento da centralização estatal um pouco por todo o lado e pelo enfraquecimento dos povos pelas burocracias, pelas forças policiais e pelas sofisticadas técnicas de vigilância — não menos nas nossas «democracias» do que nos países mais ostensivamente autoritários. A esperança em que viríamos a constituir «um único mundo», uma vasta comunidade de variados povos que partilhariam os seus recursos para melhorar a vida de todos, foi despedaçada por uma crescente maré de nacionalismo, racismo e um insensível paroquialismo que alimenta a indiferença perante a miséria de milhões.

Pensamos que os nossos valores são piores do que aqueles que tinham as pessoas apenas duas ou três gerações atrás. A geração actual parece mais autocentrada, isolada e conformada em comparação com as anteriores. Perdeu os sistemas de apoio que eram assegurados pelas redes familiares, pela comunidade, pelo empenho na ajuda mútua. O encontro do indivíduo com a sociedade parece ocorrer mais por frios procedimentos burocráticos do que por calorosos contactos pessoais.

Esta falta de sentido e de identidade social é a maior desolação, face aos crescentes problemas com que nos confrontamos. A guerra é uma condição crónica nos dias de hoje; a incerteza económica, uma presença constante; a solidariedade humana, um mito rarefeito. O menor dos problemas que enfrentamos não é certamente o pesadelo de um apocalipse ecológico — uma ruptura catastrófica dos sistemas que mantêm a estabilidade do planeta. Vivemos debaixo da constante ameaça de que o mundo vivo esteja irrevogavelmente minado por uma sociedade enlouquecida pela sua necessidade de crescimento, substituindo o orgânico pelo inorgânico, o solo pelo cimento, as florestas por terrenos estéreis e a diversidade das formas de vida por ecossistemas despojados; em resumo, um andar para trás do relógio evolucionário, para um mundo mais antigo, mais inorgânico, mineralizado, incapaz de suportar quaisquer formas complexas de vida, incluindo a espécie humana.

A ambiguidade sobre o nosso destino, o nosso sentido, o nosso propósito, faz levantar uma questão assustadora: a sociedade é, em si própria, uma maldição, uma praga para a vida em geral? Temos alguma solução para este novo fenómeno chamado «civilização» que parece estar num ponto de destruição de todo o mundo natural, que foi o resultado de milhões de anos de evolução orgânica?

Uma imensa literatura sobre estas questões emergiu, ganhando a atenção de milhões de leitores: uma literatura que fomenta um novo pessimismo em relação à civilização, enquanto tal. Esta literatura cava um fosso de antagonismos entre a tecnologia e uma natureza orgânica presumidamente «virginal», a cidade e o rural, o rural e o «selvagem», a ciência e uma «reverência» pela vida, a razão e a «inocência» da intuição, em suma, a humanidade contra a biosfera inteira.

Mostramos os sinais da perda de fé na nossa ímpar capacidade humana — a capacidade de viver em paz uns com os outros, a nossa capacidade de atender aos outros seres humanos e às outras formas de vida. Este pessimismo é alimentado diariamente pelos sociobiologistas, que pretendem localizar as nossas falhas nos nossos genes, pelos anti-humanistas que lamentam a nossa sensibilidade «antinatural», e pelos biocentristas que desdizem as nossas qualidades racionais com noções de que não somos, em «valor intrínseco», muito diferentes das formigas. Em resumo, testemunhamos o alastrar do assalto contra as capacidades da razão, da ciência e da tecnologia em contribuírem para a melhoria do mundo, para nós próprios e para a vida em geral.

A ideia histórica de que a civilização é, inevitavelmente, oposta à natureza, e que portanto corrompe a «natureza humana», emerge entre nós ressurgindo da época de Rousseau, ou seja, precisamente no momento em que a nossa necessidade de uma civilização verdadeiramente humana e ecológica é maior que nunca, se quisermos salvar o planeta e a nós próprios. A civilização, com todas as suas marcas da razão e da tecnologia, é cada vez mais vista como uma nova praga. Mais ainda, a sociedade enquanto tal vem sendo tão posta em causa quanto o seu papel na formação da humanidade é entendido como algo verdadeiramente «não-natural» e intrinsecamente destrutivo.

A humanidade, com efeito, tem sido difamada pelos próprios seres humanos, ironicamente como uma forma de vida amaldiçoada que acima de tudo destrói o mundo vivo e ameaça a sua integridade. À confusão que já temos acerca do nosso próprio tempo e identidade pessoais, junta-se agora a confusão de que a condição humana é vista como uma espécie de caos produzido pela nossa tendência para a destruição, e a nossa capacidade para o exercício dessa tendência é tanto maior precisamente porque possuímos razão, ciência e tecnologia.

É até este ponto absurdo que certos anti-humanistas, biocentristas e misantropos podem levar a lógica das suas premissas. O que é vital nesta mistura de resmungos e meias ideias é que, afinal, as várias formas de instituições e de relações que compõem aquilo a que chamamos sociedade são largamente ignoradas. De facto, o uso de expressões genéricas como «humanidade» ou de termos zoológicos como *homo sapiens* oculta vastas diferenças ou mesmo amargos antagonismos, como os que existem entre brancos e pretos, homens e mulheres, ricos e pobres, opressores e oprimidos; do mesmo modo, vagas expressões como «sociedade» e «civilização» escondem as diferenças entre sociedades livres, não hierárquicas, sem Estado e sem clas-

ses, por um lado, e sociedades que são, mesmo que em graus diferentes, hierárquicas, estatistas, autoritárias ou dirigidas por interesses de classe, por outro. A zoologia, com efeito, substitui aqui uma ecologia socialmente comprometida; o radicalismo das «leis naturais» baseadas nas curvas populacionais entre os animais substitui os conflitos económicos e os interesses sociais entre os homens.

Simplesmente, opor a «sociedade» à «natureza», a «humanidade» à «biosfera» e a «razão», a «tecnologia» e a «ciência» a modos menos desenvolvidos, até mesmo primitivos, de interacção com o mundo natural, impede-nos de examinar as diferenças e divisões altamente complexas existentes dentro da sociedade, o que é absolutamente necessário para a definição dos nossos problemas e das suas soluções.

O antigo Egipto, por exemplo, tinha uma atitude em relação à natureza significativamente diferente da da antiga Babilónia. O Egipto assumia uma atitude de reverência para com uma multidão de divindades essencialmente animistas, muitas das quais eram fisicamente meio humanas meio animais, enquanto os babilónios criavam um panteão de divindades políticas bastante humanas. Mas o Egipto nem por isso era menos hierárquico do que a Babilónia no modo como tratava o seu povo e igualmente, se não mais, opressor em relação à individualidade do homem. Alguns povos caçadores podem ser tão destrutivos da vida selvagem, apesar das suas fortes crenças animistas, como as culturas urbanas que se apoiam na exaltação do racionalismo. Quando estas inúmeras diferenças são simplesmente engolidas conjuntamente com a grande variedade de formas sociais por uma palavra chamada «sociedade», estamos tão só a violentar o raciocínio, ou a própria inteligência. A sociedade *em si* torna-se qualquer coisa de *não-natural*. A razão, a ciência, a tecnologia tornam-se coisas destrutivas, sem qualquer relação com os factores sociais que condicionam o seu uso. As acções humanas sobre o ambiente natural são entendidas como ameaças — enquanto a nossa *espécie* pouco ou nada pode fazer para melhorar o planeta ou a vida, em geral.

É claro, não somos menos animais do que os outros mamíferos, mas somos algo mais do que rebanhos nas planícies africanas. O modo como somos este *algo mais* — nomeadamente pelos tipos de sociedade que formamos e como nos dividimos uns contra os outros em hierarquias e classes — é que afecta profundamente os nossos comportamentos e os efeitos que podemos provocar no mundo natural.

Afinal, ao separar tão radicalmente da natureza humanidade e sociedade, ou ao reduzi-las ingenuamente a meras entidades zoológicas, não se entende como é que a natureza humana *deriva* de uma natureza inumana, e a evolução social de uma evolução natural. A humanidade torna-se estranha e alienada não apenas de si mesma, nesta nossa *idade da alienação*, mas do próprio mundo natural, no qual sempre teve as suas raízes enquanto força viva complexa e pensante.

Assim, somos alimentados por uma dieta de recriminações, por ambientalistas liberais e misantrópicos, acerca de como a nossa espécie tem sido responsável pelas rupturas ambientais. Não é preciso irmos aos terreiros de gurus e místicos em São Francisco para encontrar esta visão associal dos problemas ecológicos e das suas causas; podemos fazê-lo facilmente em Nova Iorque. Não me esquecerei facilmente de uma exposição

«ambiental» no Museu de História Natural, nos anos 70, em que o público era colocado perante uma longa série de quadros apresentando exemplos de poluição e ruptura ecológica. A exposição culminava com uma assustadora chamada ao «Mais Perigoso Animal sobre a Terra», que consistia, tão simplesmente, num espelho que reflectia o observador humano plantado em frente a ele. Recordo claramente uma criança negra de pé em frente ao espelho, enquanto um professor branco lhe tentava explicar a mensagem que esta arrogante exposição procurava transmitir. Não estavam lá expostos os conselhos de administração a planear a desflorestação de uma colina, nem os governantes a actuar como seus cúmplices. A exposição transmitia uma mensagem basicamente misantrópica: as pessoas, *enquanto tais*, não uma sociedade rapace nem os seus poderosos beneficiários, são os responsáveis pelas alterações ambientais: os pobres não menos do que os ricos, as pessoas de cor do que os privilegiados brancos, as mulheres do que os homens, os oprimidos do que os opressores. Uma mítica *espécie* humana surge no lugar das classes, o indivíduo substitui as hierarquias, os gostos e valores pessoais (muitos dos quais são o resultado dos predadores meios de comunicação de massas) em vez das relações sociais e os despossuídos, com as suas vidas estéreis e isoladas, estão no lugar das gigantescas corporações, das burocracias que se auto-alimentam, da violenta parafernália do Estado.

A RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM A NATUREZA

Deixando de lado estas ultrajantes exposições «ambientais», que pretendem colocar os privilegiados e os desprivilegiados dentro da mesma moldura, parece apropriado neste momento trazer à tona uma necessidade altamente relevante: a necessidade de recolocar a sociedade dentro de um quadro ecológico. Mais do que nunca, a ênfase deve ser posta no facto de que praticamente *todos os problemas ecológicos são problemas sociais*, e não só a resultante de ideologias religiosas, espirituais ou políticas. Que estas ideologias possam promover uma atitude anti-ecológica em pessoas de todos os estratos não deixa de ser importante, mas mais do que tomar simplesmente as ideologias pelo seu valor aparente é para nós crucial questionar de onde é que elas surgiram e como se desenvolveram.

Com bastante frequência as necessidades económicas podem forçar as pessoas a agir contra os seus melhores impulsos, mesmo que sejam fortes valores naturais. Os lenhadores que são contratados para cortar uma magnífica floresta normalmente não têm nenhuma aversão às árvores; eles têm pouca ou nenhuma escolha em relação a cortar as árvores, assim como os trabalhadores dos matadouros pouca ou nenhuma têm em relação ao abate dos animais. Qualquer comunidade ou profissão terá a sua quota-parte de sádicos ou de indivíduos com tendências destrutivas, e bem podemos aqui incluir os ambientalistas misantropos que gostariam de ver a humanidade exterminada, mas para a grande maioria das pessoas este tipo de tarefas, bem assim como outras particularmente penosas, como os mineiros, não são o resultado de uma livre escolha. Elas são motivadas pela necessidade e, sobretudo, resultam de contingências sociais

sobre as quais as pessoas comuns nenhum controle conseguem ter.

Para compreender os problemas actuais, os ecológicos da mesma maneira que os económicos e os políticos, há que examinar as suas causas sociais e procurar as suas soluções através de processos também sociais. A ecologia profunda, espiritual e misantrópica, desvia-nos gravemente destas questões quando nos chama a atenção mais para os sintomas do que para as causas. Se a nossa obrigação é ver as mudanças nas relações sociais de modo a compreender as mudanças ecológicas mais significativas, este tipo de ecologia, pelo contrário, afasta-se da sociedade e dirige-se para o «espiritual», o «cultural» ou para aquilo que vagamente designa como raízes «tradicionais». Não foi a Bíblia que criou um antinaturalismo europeu, ela apenas serviu para justificar um antinaturalismo já existente desde os tempos pagãos, apesar da feição animista das religiões pré-cristãs. A influência antinaturalista cristã tornou-se especialmente marcada com a emergência do capitalismo. A sociedade não tem apenas que ser trazida a um quadro ecológico para perceber porque é que as pessoas tendem a optar por sensibilidades competitivas — algumas fortemente naturalistas, outras fortemente antinaturalistas — mas temos que pesquisar mais fundo dentro da própria sociedade. Temos de procurar o relacionamento da sociedade com a natureza, as razões por que pode destruir o mundo natural e, em alternativa, as razões por que conseguiu, e ainda pode, alimentar e fortemente contribuir para a evolução natural.

Enquanto até agora podemos falar de «sociedade» num sentido geral e abstracto — e recordemos que cada sociedade é absolutamente única e diferente das outras numa perspectiva histórica — é necessário examinar o que melhor chamaríamos *socialização*, e não apenas a sociedade. A sociedade é um dado conjunto de relações que tendemos a considerar como definidas e estáticas. Para muita gente, é como se a sociedade de mercado, baseada na competição e na compra e venda, sempre tivesse existido, embora tenhamos uma vaga ideia da existência de sociedades pré-mercantis, baseadas na troca de dádivas e na cooperação. A socialização, por outro lado, é um processo, no mesmo sentido em que um indivíduo vivo o é também. Historicamente, o processo de socialização pode ser visto como uma espécie de infância social, que implica uma dolorosa construção da maturidade social da humanidade.

Mas quando consideramos a socialização mais atentamente, o que acaba por nos impressionar é que a própria sociedade, na sua forma mais básica, radica *na* natureza. Qualquer evolução social, de facto, é virtualmente uma extensão da evolução natural, no domínio específico da humanidade. Como já dizia Cícero, orador e filósofo romano, há dois mil anos atrás : «…pelo uso das nossas mãos construímos, dentro do reino da Natureza, uma segunda natureza para nós próprios.» Na verdade, a frase de Cícero até é bastante incompleta: o primitivo e presumidamente intocado «estado de natureza», ou «primeira natureza», é reconstruído numa «segunda natureza» não só pelo uso das nossas mãos; o pensamento, a linguagem e as complexas e importantes mudanças biológicas desempenham igualmente um papel crucial e muitas vezes decisivo no desenvolvimento dessa «segunda natureza».

Uso o termo *reconstruir* deliberadamente para focar o facto de essa segunda natureza não ser um fenómeno que se desenvolva à parte da «primeira natureza» — e daí o especial

valor que apresenta a expressão de Cícero «dentro do reino da Natureza». Para sublinhar que a segunda natureza, ou mais precisamente a sociedade, para usar esta palavra no seu sentido mais geral, emerge de dentro da primitiva «primeira natureza», está o facto de a vida social ter sempre uma dimensão naturalista, por muito que a sociedade seja oposta à natureza no nosso modo de pensar. A ecologia *social* claramente expressa o facto de a sociedade não ser uma irrupção súbita no mundo; a vida social não tem necessariamente que enfrentar a natureza como um combatente numa guerra inevitável. A emergência da sociedade é um dado *natural* que tem a sua origem na biologia da socialização humana.

Este processo de socialização humana de que emerge a sociedade — seja sob a forma de famílias, bandos, tribos ou outros tipos mais complexos de inter-relacionamento — tem a sua origem na relação parental, particularmente na vinculação mãe-filho. A mãe biológica, para sermos precisos, pode ser substituída por outros, incluindo o pai, outros familiares ou, para o que aqui interessa, pelos membros da comunidade. É quando os pais *sociais* e a «linhagem» *social*, isto é, a comunidade humana que está à volta do jovem, começam a participar num sistema de protecção e cuidados, o que é habitualmente desempenhado pelos pais biológicos, que a sociedade começa verdadeiramente a revelar-se.

A sociedade ultrapassa, então, e muito o mero grupo reprodutivo; mas fá-lo a partir das relações humanas institucionalizadas ou de uma comunidade animal relativamente informe rumo a a uma *ordem* social claramente estruturada. Mas no início mesmo da sociedade, parece que os seres humanos são socializados na sua «segunda natureza» através de laços de sangue profundos, especificamente os laços maternos. Podemos ver que ao longo do tempo as estruturas ou instituições que marcaram o avanço da humanidade, da mera comunidade animal a uma autêntica sociedade, começam por sofrer mudanças de longo alcance, e estas mudanças tornam-se questões de suprema importância para a ecologia social. Para o melhor e para o pior, as sociedades desenvolvem-se à volta de grupos de *status*, hierarquias, classes, formações estatais. Mas a reprodução e os cuidados familiares continuam a ser a permanente base biológica para qualquer forma de vida social, assim como o factor original da socialização dos jovens e da formação da sociedade. Como observou R. Briffault na primeira metade deste século, «um factor conhecido que estabelece uma profunda distinção entre a constituição dos grupos humanos mais rudimentares e todos os outros grupos animais [é a] associação das mães e das crias, que é a única forma verdadeira de solidariedade social entre os animais. Em toda a classe dos mamíferos há uma crescente duração desta associação, que é a consequência do prolongamento da dependência infantil», um prolongamento que Briffault relaciona com o aumento do período de gestação fetal e com os avanços na inteligência da espécie.

A dimensão biológica que Briffault acrescenta àquilo que chamámos sociedade e socialização não pode ser acentuada em demasia. É uma presença decisiva, não apenas nas origens da sociedade ao longo dos tempos da evolução animal mas também nas nossas vivências quotidianas. O aparecimento de uma nova criança e a extensão dos cuidados e aten-

ções que ela recebe, por muitos anos, recordam-nos que não se trata apenas de um ser humano que se reproduziu, mas da própria sociedade. Em comparação com os elementos juvenis de outras espécies, as crianças desenvolvem-se lentamente e durante muito tempo. Ao viverem em estreita associação com os pais, com os seus antecessores, com o seu grupo de parentesco e com uma alargada comunidade de gente, elas mantêm uma plasticidade mental que faz a criatividade individual e a capacidade de formar grupos sociais. Ainda que outros animais se possam aproximar das formas humanas de associação em vários aspectos, eles não criam uma «segunda natureza» que incorpore as tradições culturais, nem possuem uma linguagem complexa, nem elaboram poderes conceptuais ou uma impressiva capacidade de reestruturar o seu ambiente de acordo com as suas necessidades.

Os chimpanzés, por exemplo, apenas permanecem crianças durante três anos, e a sua fase juvenil é de sete anos; aos dez anos já são adultos completos. As crianças humanas, em contraste, são consideradas infantis durante seis anos e jovens durante catorze. Ou seja, um chimpanzé cresce mental e fisicamente em mais ou menos metade do tempo que é necessário a um humano, e a sua capacidade para aprender está já estabelecida por comparação com o ser humano, cujas capacidades mentais podem continuar a expandir-se durante décadas. Do mesmo modo, as associações nos chimpanzés são geralmente muito particulares e razoavelmente limitadas. As associações humanas, pelo contrário, são basicamente estáveis, fortemente institucionalizadas e caracterizadas por um grau de solidariedade e de criatividade sem igual noutras espécies, tanto quanto sabemos.

Este prolongado grau de plasticidade mental humana, de dependência e criatividade social produzem dois resultados de importância decisiva. Em primeiro lugar, as associações humanas primitivas terão alimentado uma forte predisposição para a *interdependência* entre os membros do grupo, e não o «rude individualismo» a que associamos a independência. A enorme massa de dados antropológicos sugere que a participação, a ajuda mútua, a solidariedade e a empatia seriam os valores sociais que os primeiros humanos sublinhavam dentro das suas comunidades. A ideia de que as pessoas são interdependentes para que a sua vida seja melhor, senão mesmo para a sua própria sobrevivência, é uma sequência da prolongada dependência dos jovens em relação aos adultos. A independência, para não dizer já a competição, teria parecido completamente estranha, senão mesmo bizarra, a uma criatura mantida durante largos anos em condição de dependência. A protecção dos outros seria vista como um resultado perfeitamente normal para um ser altamente aculturado e que era, por sua vez, claramente necessitado de cuidados prolongados. A nossa versão moderna de individualismo, ou mais precisamente de egoísmo, terá cortado rente a semente da primitiva solidariedade e da ajuda mútua — características, devo acrescentar, sem as quais um animal tão frágil fisicamente como o ser humano dificilmente conseguiria sobreviver como adulto, quanto mais como criança.

Em segundo lugar, a interdependência humana teria assumido uma forma bastante estruturada. Não há nenhuma evidência de que os seres humanos normalmente se relacionem entre si através do tipo de vagos laços que encontramos nos nossos primos chegados, os primatas. Que os laços sociais humanos podem ser dissolvidos ou desinstitucionalizados em momentos de mudança radical ou de ruptura cultural é demasiado óbvio para ser dis-

cutido; mas em condições relativamente estáveis, a sociedade humana nunca foi a «horda» que os antropólogos do século passado supunham como base rudimentar da vida social. Pelo contrário, as provas que possuímos apontam precisamente para o facto de que todos os humanos, talvez até incluindo os nossos longínquos antepassados hominídios, viveram num certo tipo de grupos familiares estruturados e, posteriormente, em bandos, tribos, aldeias. Resumindo, interligaram-se (como ainda fazem) não apenas emocional e moralmente mas também estruturalmente, em planeadas, claramente definíveis e razoavelmente permanentes instituições.

Outros animais podem constituir vagas comunidades, ou mesmo tomar disposições colectivas para proteger os seus jovens dos predadores, mas dificilmente tais comunidades podem ser consideradas estruturadas, a não ser num largo e efémero sentido. Os humanos, pelo contrário, criam comunidades altamente formalizadas que se vão estruturando cada vez mais ao longo do tempo. Com efeito, eles não formam somente comunidades; formam esse novo fenómeno chamado *sociedade*.

Se não formos capazes de distinguir as comunidades animais das sociedades humanas, arriscamo-nos a ignorar o único facto que distingue a vida social humana das comunidades animais — especialmente a capacidade da sociedade de mudar, melhor ou pior, e os factores que produzem essas mudanças. Reduzindo uma sociedade complexa a uma simples comunidade, facilmente podemos esquecer quanto as sociedades têm sido diferentes umas das outras ao longo da História. Podemos igualmente falhar na compreensão de como elas vão construindo simples diferenças de *status* em hierarquias estabelecidas, ou hierarquias em classes económicas. Na verdade, corremos o risco de uma total incompreensão do verdadeiro sentido de vocábulos como «hierarquia», enquanto sistema altamente organizado de comando e obediência — e nisso se distinguindo das diferenças de *status*, pessoais, individuais e tantas vezes de curto alcance e que não envolvem actos compulsivos. Temos tendência, de facto, a confundir as criações estritamente institucionais da vontade humana, propósitos, interesses conflituais e tradições, com a vida da comunidade nas suas mais definidas formas, ainda que lidemos com características inerentes e aparentemente inalteráveis da sociedade, mais do que com estruturas fabricadas que possam ser modificadas, melhoradas, pioradas ou simplesmente abandonadas. A manha de todas as elites dirigentes, do princípio da História até aos tempos modernos, tem sido a de conseguir fazer identificar os seus próprios sistemas de dominação, socialmente construídos, com a própria sociedade, disso resultando o facto de instituições feitas pelo homem adquirirem assim uma intocabilidade divina ou biológica.

Uma dada sociedade e as suas instituições, deste modo, tendem a tornar-se entidades permanentes e imutáveis que adquirem uma misteriosa vida própria, fora da natureza — nomeadamente, os produtos de uma

aparentemente definida natureza humana que é o resultado da programação genética do início da vida social. Em alternativa, noutra visão, uma dada sociedade e as suas instituições podem dissolver-se na natureza, como outra mera forma de comunidade animal, com os seus machos dominantes, guardiões, líderes e rebanho. Quando temas desagradáveis como a guerra ou os conflitos sociais se colocaram, foram atribuídos à actividade de «genes» que presumivelmente desencadeiam a guerra, ou até a «ganância».

Em qualquer dos casos, é esta a noção de uma sociedade abstracta que existe para lá da natureza, ou de uma comunidade natural que é indistinguível da natureza, um dualismo que aparece e que friamente separa a sociedade *da* natureza, ou um tosco reducionismo que surge e dissolve a sociedade *na* natureza. Estas noções aparentemente contrastantes mas na verdade intimamente relacionadas são tanto mais sedutoras quanto são simplistas. Apesar de serem muitas vezes apresentadas pelos seus apoiantes mais sofisticados de uma forma razoavelmente matizada, tais noções são facilmente reduzidas a slogans grandiloquentes que cristalizam como dogmas fáceis e poderosos.

A ECOLOGIA SOCIAL

A abordagem da sociedade e da natureza que é feita pela ecologia social pode parecer mais exigente intelectualmente, mas assim evita o simplismo do dualismo e a rudeza do reducionismo. A ecologia social tenta mostrar de que modo a natureza lentamente se introduz na sociedade, sem ignorar as diferenças entre uma e outra, por um lado, nem a extensão pela qual se fundem, por outro. A socialização diária dos jovens pela família não radica menos na biologia do que os cuidados diários aos velhos pela instituição médica radicam nos duros factos sociais. Do mesmo modo, nunca deixamos de ser mamíferos que ainda mantêm os mesmos impulsos primários naturais, mas institucionalizamos esses impulsos e a sua satisfação numa ampla variedade de formas sociais. Assim, o social e o natural continuamente se interpenetram nas actividades mais comuns do dia a dia, sem perda da sua identidade, num processo partilhado de interacção e interactividade.

A ecologia social levanta questões importantes quanto aos diferentes modos como a natureza e o social têm interagido ao longo dos tempos e que problemas essa interacção tem originado. Como é que emergiu uma relação entre a humanidade e a natureza de tipo divisionista, mesmo conflitual? Quais foram as formas institucionais e as ideologias que o tornaram possível? Considerando o crescimento das necessidades humanas e da tecnologia, era tal conflito inevitável? E poderá ele ser ultrapassado no futuro, numa sociedade ecologicamente empenhada?

De que modo é que uma sociedade racional e ecologicamente orientada se adequa ao processo da evolução natural? Indo ainda mais longe: existe alguma razão para crer que a mente humana, ela própria um produto da evolução, assim como a cultura, representa um cume decisivo de desenvolvimento natural — nomeadamente no longo desenvolvimento das formas de vida simples até à notável intelectualidade e autoconsciência das mais complexas?

Ao colocar estas questões altamente provocatórias não pretendo justificar nenhuma pomposa arrogância em relação à vida não-humana. Claramente, devemos trazer a particularidade da humanidade como espécie, caracterizada por atributos sociais, imaginativos e construtivos preciosos, à sincronicidade

com a fecundidade, diversidade e criatividade da natureza. Defendo que esta sincronicidade não deve ser conseguida à custa da oposição entre natureza e cultura, vida humana e não-humana, fecundidade natural e tecnologia ou uma subjectividade natural oposta à mente humana. De facto, um importante resultado que emerge da discussão do inter-relacionamento da natureza com a sociedade é o facto do pensamento humano ter também uma base natural. O nosso cérebro e o nosso sistema nervoso não surgiram repentinamente, têm uma longa história natural. Aquilo que mais prezamos como integral para a nossa humanidade — a nossa extraordinária capacidade de pensar em níveis conceptuais complexos — pode ser pesquisado desde a rede nervosa dos invertebrados primitivos, os gânglios dos moluscos, a medula dos peixes, o cérebro dos anfíbios, até ao córtex dos primatas.

Mesmo aqui, no mais íntimo dos nossos atributos humanos, não somos menos produto da evolução natural do que da evolução social. Enquanto seres humanos incorporamos eras de diferenciação e elaboração orgânicas. Como as outras formas de vida complexas, não somos apenas parte da evolução natural, somos igualmente seus herdeiros e produto da fecundidade natural.

Ao tentar mostrar como a sociedade lentamente vai crescendo a partir da natureza, no entanto, a ecologia social também se vê obrigada a mostrar como a sociedade também sofre diferenciação e elaboração internas. Ao fazê-lo, a ecologia social deve examinar aquelas costuras na evolução social em que as rupturas ocorrem, empurrando lentamente a sociedade para uma oposição ao mundo natural, e explicar a emergência desta oposição desde as suas origens pré-históricas até aos nossos dias. De facto, se a espécie humana é uma forma de vida que pode conscientemente enriquecer o mundo natural, em vez de apenas lhe causar prejuízo, é importante para a ecologia social revelar os factores que tornaram muitos seres humanos parasitas de um mundo vivo, e não parceiros activos da evolução orgânica. Este projecto deve ser assumido não de um modo ocasional mas como uma séria tentativa de dar coerência à evolução natural e social, e como relevante para os nossos tempos e para a construção de uma sociedade ecológica.

Talvez que um dos contributos mais importantes da ecologia social para as discussões actuais no seio da ecologia seja o ponto de vista de que os problemas básicos que colocam a sociedade contra a natureza estão situados *dentro* do próprio desenvolvimento social, e não *entre* a sociedade e a natureza. Que é o mesmo que dizer que as divisões entre sociedade e natureza têm as suas raízes profundas nas divisões internas no domínio do social, nomeadamente nos conflitos entre humanos, que tantas vezes ignoramos pelo uso generalizado da palavra «humanidade».

Esta visão fundamental corta com as raízes de quase todo o pensamento ecológico contemporâneo, e mesmo das teorizações sociais. Uma das mais arreigadas noções que o pensamento ecológico actual partilha com o liberalismo, o marxismo e o conservadorismo é a da crença histórica de que o domínio da natureza exige o domínio do homem pelo homem. Isto é igualmente óbvio nas teorias sociais; quase todas as nossas ideologias sociais contemporâneas colocaram a noção de dominação humana no centro das suas teorizações. Tal continua a ser uma das noções mais largamente aceites, dos pensadores clássicos aos contemporâneos, de que a libertação do «homem da dominação pela natureza» arrasta a dominação do homem pelo homem, como nos primeiros modos de produção e o uso de seres humanos como instrumentos de sujeição do mundo natural. Por isso, no sentido de domar o mundo natural, foi defendido durante muito tempo que era necessário sujeitar os seres humanos enquanto tal, sob forma de escravos, servos e trabalhadores.

Que esta noção instrumental penetre a ideologia de quase todas as elites dirigentes e que tenha fornecido quer aos movimentos liberais quer conservadores argumentos para a sua conformação com o *status quo*, não exige grande reflexão. O mito de uma natureza «mesquinha» sempre foi usado para justificar a «prodigalidade» dos exploradores no seu severo tratamento dos explorados — e forneceu a desculpa para o oportunismo político liberal, tanto quanto o dos conservadores. Trabalhar «por dentro do sistema» sempre implicou uma aceitação da dominação como forma de «organização» da vida social e, quanto muito, um modo de libertação dos humanos da sua presumida dominação pela natureza.

O que talvez seja menos conhecido, no entanto, é que também Marx justificava o surgimento da sociedade de classes e do Estado como etapas para o domínio da natureza e, presumivelmente, a libertação da humanidade. Foi na força desta visão histórica que Marx formulou a sua concepção materialista da história e baseou a sua crença na necessidade da sociedade de classes como ponto de apoio na marcha histórica para o comunismo.

Ironicamente, muito do que actualmente passa por ecologia anti-humanística e mística envolve exactamente o mesmo tipo de pensamentos, mas na sua forma invertida. Assim como os seus oponentes instrumentais, estes ecologistas assumem que a humanidade é dominada pela natureza, seja sob a forma de «leis naturais» ou de uma inefável «sabedoria da terra» que guiam o comportamento humano. Mas enquanto os seus adversários defendem a necessidade de conseguir uma «rendição» da natureza a uma humanidade activa-agressiva e «conquistadora», os ecologistas anti-humanistas e místicos defendem a «rendição» de uma humanidade passiva-receptiva a uma natureza «conquistadora». Por muito que estes dois pontos de vista se diferenciem no seu paleio e nas suas lamentações, a *dominação* permanece a noção subjacente em ambos: um mundo natural concebido como dirigente, seja para ser controlado ou obedecido.

A ecologia social confronta esta armadilha dramaticamente, reexaminando o próprio conceito de dominação, seja na natureza ou na sociedade ou sob a forma de lei natural ou social. Aquilo a que habitualmente chamamos dominação na natureza é uma projecção humana dos sistemas altamente organizados de comando e obediência «social» para altamente idiossincráticas, individuais e assimétricas formas de comportamento, frequentemente subtis, de coerção em comunidades animais. Simplificando, os animais não «dominam»

outros animais do mesmo modo que a elite humana domina e explora um grupo social oprimido. Nem «governam» através de formas sistemáticas de violência, como o fazem as elites sociais. Entre os macacos, por exemplo, existe pouca ou nenhuma coerção, mas tão só esporádicas formas de comportamento dominante. Os gibões e os orangotangos são notáveis pelo seu comportamento pacífico para os membros da sua própria espécie. Os gorilas são frequentemente também pacíficos, apesar de poderem assumir um «alto *status*», como o dos machos maduros e fisicamente mais fortes em relação ao «baixo *status*» dos mais jovens e fracos. Os «machos dominantes» entre os chimpanzés não ocupam posições de «*status*» muito definidas naquilo que são os seus grupos flutuantes; o «*status*» que adquirem acaba por dever-se a uma variedade de causas.

Pode-se saltar de uma espécie animal para outra, acabando por encontrar várias situações de diferenciação e assimetria que levam a procurar «altos» e «baixos *status*» individuais. Esta pesquisa vai-se tornando sem sentido, no entanto, quando termos como «*status*» são usados tão flexivelmente que permitem a inclusão de meras diferenças de comportamento e de funções dentro do grupo, em vez de acções coercivas.

O mesmo se pode dizer em relação ao termo «hierarquia». Seja na sua origem seja no seu sentido estrito, este termo é fortemente social, não zoológico. Termo grego, originalmente usado para designar diferentes níveis de divindades e, mais tarde, do próprio clero (caracteristicamente, Hierapolis era uma antiga cidade frígia, na Ásia Menor, que foi o centro do culto da deusa-mãe), a palavra foi-se expandindo para recobrir tudo, desde as colmeias até ao efeito da erosão de uma corrente de água sobre o leito de pedras, entendido como um esgotamento e um «domínio» desse leito. As cuidadosas mães elefantes foram consideradas «matriarcas» e os atentos macacos machos, que mostram uma grande dose de coragem na defesa da sua comunidade, adquirindo com isso alguns «privilégios», são geralmente designados como «patriarcas». A ausência de um sistema organizado de governação nestas comunidades animais — tão comum nas comunidades humanas hierarquizadas e sujeito a mudanças institucionais radicais, incluindo revoluções populares — é largamente ignorado.

Mais uma vez, as diferentes funções que as presumíveis hierarquias animais desempenhariam, isto é, as causas assimétricas que colocam um indivíduo num «estatuto alfa» e os outros em estatutos inferiores, são entendidas onde, simplesmente, as notamos. Poder-se-ia, pelo mesmo princípio, colocar as maiores sequóias gigantes num «*status*» superior em relação às mais pequenas, ou então encará-las como a elite da floresta, hierarquicamente dominantes em relação aos «submissos» carvalhos, os quais, só para complicar, até são mais avançados nas escalas evolutivas. A tendência para mecanicamente projectarmos categorias sociais no mundo natural é tão irracional como a tentativa de projectarmos conceitos biológicos na geologia. Os minerais não se «reproduzem» como o fazem os seres vivos. As estalactites e as estalagmites, nas cavernas, vão crescendo ao longo dos tempos mas nenhum sentido do seu crescimento pode mesmo remotamente corresponder ao crescimento dos seres vivos. Considerar algumas semelhanças superficiais, por vezes obtidas por estranhas maneiras, e agrupá-las em identidades partilhadas, é como falar no «metabolismo» das rochas ou na «moralidade» dos genes.

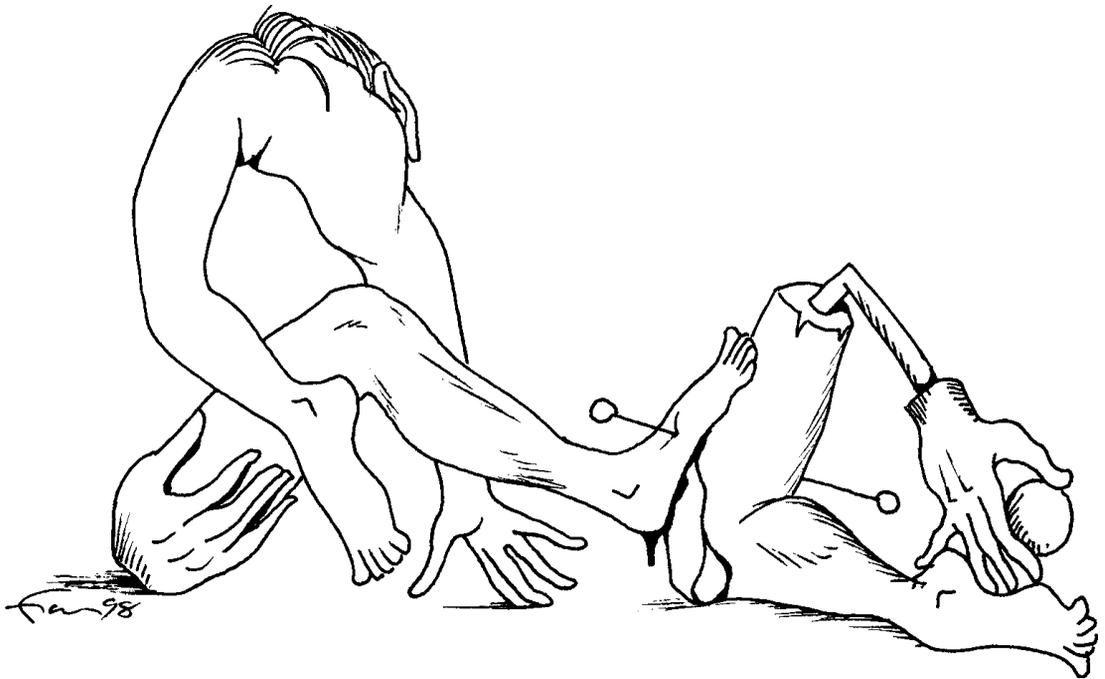
Isto põe a questão das repetidas tentativas de encontrar traços éticos e sociais no mundo

natural, que será apenas *potencialmente* ético tanto quanto pode constituir uma base para uma ética social objectiva. Sim, certamente que a coerção existe na natureza, mas nesta também existem a dor e o sofrimento. No entanto, a *crueldade* não existe. As intenções e as vontades dos animais são demasiado limitadas para produzir uma ética de bem e de mal, de bondade e crueldade. A evidência de pensamento conceptual e inferente é muito limitada entre os animais, excepto nos primatas, nos cetáceos, nos elefantes e talvez nuns quantos outros mamíferos. Mesmo entre os mais inteligentes animais os limites do seu pensamento são imensos comparativamente às extraordinárias capacidades dos seres humanos socializados. Podemos mesmo admitir que somos ainda pouco humanos actualmente, em função do nosso ainda desconhecido potencial para sermos mais criativos, atenciosos e racionais. A nossa sociedade dominante serve mais para inibir do que para realizar o nosso potencial humano. Ainda nos falta imaginação para saber até onde as nossas melhores características se podem expandir, com uma administração dos nossos assuntos mais ética, ecológica e racional.

Em contraste, o mundo não-humano conhecido parece ter atingido limites visíveis para a sua capacidade de sobrevivência às mudanças ambientais. Se a mera *adaptação* às alterações no ambiente é entendida como o critério para o êxito evolutivo (como muitos biólogos entendem), então os insectos devem ser colocados num lugar mais elevado de desenvolvimento do que qualquer mamífero. No entanto, eles não seriam capazes de produzir uma avaliação intelectual de si próprios tão imponente como a «abelha rainha» poderia ter-se, mesmo remotamente, tivesse consciência do seu «real» estatuto — devo acrescentar, um estatuto que apenas os humanos (que sofreram a dominação social de estúpidos, cruéis e ineptos reis e rainhas) seriam capazes de atribuir a um insecto inconsciente.

Nenhuma destas questões pretendem metafisicamente opor a natureza à sociedade, ou a sociedade à natureza. Pelo contrário, a sua intenção é defender que o que une a sociedade à natureza numa contínua e gradativa evolução é a notável extensão pela qual os seres humanos, vivendo numa sociedade racional e ecologicamente orientada, poderiam *envolver* a *criatividade* da natureza — distinguindo-se isto de um critério de êxito evolutivo puramente *adaptativo*. As grandes realizações do pensamento humano, a arte, a ciência e tecnologia, não servem apenas para monumentalizar a cultura, servem igualmente *para monumentalizar a própria evolução natural*. Fornecem-nos provas heróicas de que a espécie humana é uma forma de vida de sangue quente, excitantemente versátil e agudamente inteligente — e não um insecto de sangue frio, geneticamente programado e destituído de mente —, o que demonstra os grandes poderes da criatividade *natural*.

As formas de vida que criam e conscientemente alteram o seu meio ambiente, desejavelmente no sentido de o tornar mais racional e ecológico, representam uma vasta e indefinida extensão da natureza para um fascinante, e talvez ilimitado, campo de evolução, no qual nenhuma espécie de insectos alguma vez terá lugar — a evolução de uma natureza totalmente autoconsciente. Se isto é humanismo, ou mais precisamente humanismo ecológico, a corrente produção de anti-humanistas e de misantropos é bem-vinda para fazer parte dele.

A natureza, por sua vez, não é apenas um cenário que admiremos através duma janela — uma vista congelada numa paisagem ou

num panorama estáticos. Tal paisagem de imagens da natureza poderá ser espiritualmente estimulante, mas é ecologicamente enganadora. Parada no tempo e no espaço, esta imagem faz com que nos seja mais fácil esquecer que a natureza não é uma visão estática do mundo natural mas uma longa e cumulativa *história* do desenvolvimento natural. Esta história envolve a evolução inorgânica tanto quanto a evolução orgânica. Onde quer que estejamos, num campo, numa floresta ou no topo de uma montanha, os nossos pés assentam em eras de desenvolvimento, sejam os estratos geológicos, fósseis de vidas há muito extintas, a decomposição das recentemente mortas ou a calma excitação de novas vidas a emergir. A natureza não é uma «pessoa», uma «mãe carinhosa» nem, na crua linguagem materialista do século passado, «matéria e movimento». Nem sequer é um mero *processo,* que envolve ciclos repetitivos como a mudança das estações ou as subidas e descidas das actividades metabólicas. Melhor, a história natural é uma evolução *cumulativa* em direcção a sempre mais variadas, diferenciadas e complexas formas e relações.

Este desenvolvimento *evolucionário* de crescente variedade de seres é também um desenvolvimento que contém possibilidades latentes excitantes. Através da variedade, diferenciação e complexidade, a natureza, no decurso do seu próprio desenvolvimento, abre novas direcções para ainda mais ousadas e alternativas linhas de evolução natural. No grau em que os animais se tornam complexos, autoconscientes e crescentemente inteligentes, começam a fazer escolhas elementares que influenciam a sua própria evolução. São cada vez menos passivos objectos de selecção natural e cada vez mais activos sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

A lebre castanha que muda para branca e que vê um terreno coberto onde se pode camuflar está *activa* na procura da sua sobrevi-

vência, não apenas a adaptar-se para sobreviver. Não se limita apenas de se ser *seleccionado* pelo ambiente: é seleccionando o seu próprio ambiente e fazendo *escolhas* que expressam, em alguma medida, subjectividade e arbítrio.

Quanto maior for a variedade dos habitats que forem surgindo ao longo do processo evolucionário, mais serão as formas de vida. Particularizando com o complexo neurológico, é como desempenhar um papel activo e arbitral na sua própria preservação. Entendendo que a evolução natural segue este caminho do desenvolvimento neurológico, origina vidas que exercem uma ampla latitude de escolha e uma nascente forma de liberdade no seu autodesenvolvimento.

Considerando este conceito de natureza enquanto história cumulativa de níveis cada vez mais diferenciados de organização de materiais (especialmente formas de vida) e de crescente subjectividade, a ecologia social estabelece a base para uma total compreensão do lugar da humanidade e da sociedade na evolução natural. A história natural não é uma história de vale-tudo e de salve-se quem puder. É assinalada por tendências, direcções e, pelo menos no que aos humanos diz respeito, propósitos conscientes. Os seres humanos e os mundos sociais que criaram, podem abrir um notável horizonte ao desenvolvimento do mundo natural — um horizonte marcado pela consciência, pela reflexão e por uma liberdade de escolha e de capacidade criativa sem precedentes. Os factores que têm reduzido muitas formas de vida a papéis fundamentalmente adaptativos na mudança ambiental estão a ser substituídos por uma capacidade de adaptação consciente dos ambientes às formas de vida existentes e emergentes.

A adaptação, na verdade, aumenta os caminhos para a criatividade, e a aparentemente cruel acção das leis naturais, os de uma maior liberdade. Aquilo a que anteriores gerações chamavam «natureza cega», para significar a ausência de qualquer sentido moral na natureza, transformou-se numa «natureza livre», uma natureza que lentamente vai encontrando uma voz e um sentido para aliviar as inúteis atribulações da vida, em todas as espécies, numa humanidade altamente consciente e numa sociedade ecológica. O «princípio de Noé» de preservação de todas as formas de vida existentes, como um objectivo em si mesmo, um princípio avançado pelo autor anti-humanista D. Ehrenfeld, pouco significa sem o pressuposto, em última instância, da existência de um «Noé» — ou seja, de uma vida consciente chamada humanidade que possa salvar outras vidas que a própria natureza extinguiria, nas glaciações, secagem da terra, ou em colisões cósmicas com asteróides. Os grandes ursos, os lobos, os pumas e tantos outros não estão a salvo da extinção apenas porque se encontram ao cuidado de uma putativa «Mãe Natureza». Se for verdadeira a teoria de que os grandes répteis do Mesozóico se extinguiram por causa das mudanças climáticas originadas pela colisão de um asteróide com a Terra, a sobrevivência dos mamíferos actuais pode bem não ser mais do que precária, face a uma outra qualquer catástrofe natural desprovida de sentido, a menos que exista uma consciência, ecologicamente orientada, que desenvolva os meios tecnológicos que os salvem.

A questão, portanto, não é a de que de qualquer modo a evolução social se firma por oposição à evolução natural. É *como* é que a evolução social pode situar-se *na* evolução natural e *porque* é que tem sido arremessada — escusadamente, como argumentei — contra a

evolução natural, em detrimento da vida como um todo. A capacidade de ser racional e livre não basta para assegurar que essa capacidade se concretize. Se a evolução social é vista como a potencialidade para a expansão dos horizontes da evolução natural até linhas criativas sem precedentes, e os seres humanos como a potencialidade de a natureza se tornar autoconsciente e livre, então a questão é *porque* é que estas potencialidades têm sido desviadas e *como* é que podem vir a concretizar-se.

As rupturas entre a evolução natural e a evolução social, a vida humana e a não humana, uma natureza parcimoniosa e uma humanidade devoradora, são sempre perversas e mal intencionadas quando são vistas como inevitabilidades. Não o é menos a tentativa reducionista de dissolver o social no natural, caindo a cultura dentro da natureza numa orgia de irracionalidade, teísmo, misticismo, para equiparar o humano a qualquer mera animalidade, ou para impor uma constrangedora «lei natural» a uma obediente sociedade humana.

Por muito que tenham tornado o homem um estranho na natureza, as mudanças sociais fizeram muito mais o homem um estranho dentro do seu próprio mundo social, com a dominação dos jovens pelos mais velhos, das mulheres pelos homens, dos homens por outros homens. Hoje, como durante tantos séculos, continua a existir opressão, existem opressores que literalmente possuem a sociedade e outros que são por eles possuídos. Até que a sociedade possa ser reivindicada por uma humanidade unida, que queira usar a sua sabedoria colectiva, as suas realizações culturais, as inovações tecnológicas, o conhecimento científico e a sua inata criatividade em seu próprio benefício e para o do mundo natural, todos os problemas ecológicos continuarão a ter as suas raízes nos problemas sociais.

Clifford Harper

As Cidades Não São Boas Para Uma Vida Humana

Encontro com a Comunidad del Sur

A Comunidad del Sur, fundada no Uruguai em Agosto de 1955, recriada na Suécia e de novo na América Latina, é uma das mais conhecidas experiências modernas de vida alternativa e autogestionária. Em Julho do ano passado, José Maria, da UTOPIA, visitou a Comunidad e ali conversou com três dos companheiros presentes, Marcos, Ruben e Silvana; dessa conversa e desse testemunho se extraiu a entrevista que aqui se apresenta.

Como começou este projecto da Comunidad?

Tudo começou nos anos 50, num momento, soubemo-lo depois, em que no Uruguai se iniciava uma grande crise. Face ao desaparecimento de muitas formas tradicionais de organização social começaram a surgir muitas iniciativas autogestionárias, nas artes plásticas, no teatro, nas organizações de bairro; a Comunidad surgiu como uma tentativa de sair de muitos condicionalismos e passar a criar uma forma de vida alternativa, tanto no trabalho como na educação, no consumo, um cooperativismo integral. Isso significou, numa altura em que eram quase todos jovens estudantes, aprender a gerir uma empresa em termos económicos e a organizar os vários aspectos da vida numa perspectiva libertária, que tinha em conta algumas experiências anteriores; a experiência das colectividades em Espanha era para nós uma referência mas também muitas outras experiências no mundo, como a da Comunidade Cristiana, muito próxima de nós, que foi bastante marcada por valores libertários na sua organização interna e na sua forma de encarar a vida.

Quantas pessoas havia inicialmente?

Esta era uma etapa um pouco confusa. Éramos bastantes. A comunidade surgia-nos como uma necessidade numa altura em que militávamos sobretudo no movimento estudantil, éramos jovens. Eram muitos os que questionavam um tipo de aprendizagem *profissional*, o profissionalismo a apoderar-se do conhecimento, para explorar o conhecimento, a apropriação privada dos saberes; nas diversas áreas que se reuniam começava uma

crítica, para quê ser médico, para quê ser economista ou arquitecto, se todos estavam destinados a servir uma sociedade que era a negação daquilo que queriam. Isso foi um momento importante.

Conforme íamos tentando levar tudo isto à prática, o grupo foi-se reduzindo. Ainda que houvesse uma consciência intelectual, nem toda a gente estava disposta a imaginar-se sem o privilégio de ser estudante, sobretudo em termos profissionais.

Mais tarde a Comunidad viria a mudar-se para a Suécia; quando foi isso e como aconteceu?

O que aconteceu foi que o processo que originou a Comunidad foi significando um questionamento de todo o sistema, e também uma certa articulação de todos os movimentos alternativos que surgiram no Uruguai; era uma espécie de condensação de tudo isso porque eram mais ou menos as mesmas pessoas, mas era um movimento complexo, polivalente. Por exemplo, estávamos na Comunidad mas também em grupos de teatro, em associações de moradores, de artistas plásticos, em organizações sindicais, e nessa época houve uma criatividade muito grande em todos estes aspectos, a qual foi ganhando peso em toda a sociedade.

Penso que isso culminou numa confrontação muito forte, a nível ideológico mas também prático, terminou numa ditadura militar. Fazer parar todos esses processos implicou uma acção autoritária militar, e é isso que explica o exílio. Isto começa nos finais dos anos 60 e culmina em 1973, com a implantação da ditadura, mas a repressão já vinha de antes. É uma luta entre a criatividade autogestionária e as estruturas autoritárias capitalistas.

Primeiro fomos para o Peru. Entendíamos que devíamos continuar na América Latina, numa responsabilidade com os «pobres do mundo», mas não podíamos ficar aí, a repressão era igual, os exércitos e as polícias estavam coordenados. Em Lima começámos a ter dificuldades crescentes e restou-nos, como última hipótese, procurar um país que nos recebesse, e nesse momento a ajuda veio da Suécia.

Nós não tínhamos decidido ir para lá, mas também não foi o «destino» que o determinou: a Suécia precisava de emigrantes para o seu crescimento interno e por isso mostrava mais receptividade.

Na Suécia reconstituíram a Comunidad com outras pessoas do Uruguai?

Fomos para lá como uma comunidade, o exílio nunca foi individual, embora aconte-

cessem muitas mudanças em todo este processo. Ao sairmos daqui muitas pessoas se separaram, ainda durante a repressão uns optaram pela luta armada, outros por se afastar, também por medo; uma ditadura é feita para te reprimir e consegue-o também pelo medo. O exílio foi uma consequência da repressão, e em cada etapa se perdiam companheiros.

Mas na Suécia, quando reconstituíram a Comunidad, com que actividades o fizeram?

As mesmas de antes, o que sabíamos fazer era trabalhar em comum, organizar a vida em comum, fazíamos algumas das actividades típicas da Comunidad nessa época: artes gráficas, actividades sociais. Como alguns de nós tinham estudado psicologia social, psicodrama, etc., ou tinham prática de trabalho de grupos, encontrávamos um terreno fértil em todos os emigrantes latino-americanos, que eram milhares. Realizávamos muitas actividades, encontros, seminários, cursos.

Tivemos também bastante apoio das organizações suecas, sobretudo da SAC, anarcosindicalista, que nos ajudou permitindo-nos a utilização de uma pequena impressora, e depois tivemos a sorte de uma doação, de um professor sueco que tinha feito a sua tese no Uruguai e que nos doou uma máquina de imprimir, e isso mudou tudo.

A revista *Comunidad*, por exemplo, começou porque tínhamos muitas relações internacionais e dava-nos muito trabalho escrever cartas a cada um, por isso pensámos fazer uma «carta geral». Com essa pequena máquina da SAC fizemos o primeiro número, uma folhita com um gráfico, um desenho, não era uma carta muito ortodoxa mas era o que sabíamos fazer. Tivemos tantas respostas que no mês seguinte já fizemos oito páginas, e quando reparámos tínhamos uma revista, não foi coisa que decidíssemos, fez-se sozinha e lentamente foi ganhando importância.

Depois acabaram por voltar ao Uruguai. Porquê? Por ter acabado a ditadura?

Bom, uma das razões foi, de facto, o fim da ditadura mas outra foi aquilo que definimos como uma responsabilidade política. Devíamos estar onde houvesse maior fertilidade para as nossas ideias, e pensamos que era na América Latina.

Na Suécia há um individualismo exacerbado. O sistema social-democrata dá-te tanta segurança que a alternativa de criar formas de trabalho autogestionárias não aparece como muito entusiasmante, não é uma necessidade generalizada.

Embora houvesse, em Estocolmo, companheiros da Colômbia, do Peru, da Argentina, as raízes históricas da Comunidad eram no Uruguai, o que nos abria mais perspectivas. Fomos para Montevideu, mas fizémo-lo como um pé selvagem à procura das raízes onde nos enxertarmos, a perspectiva era de uma comunidade em meio rural, pois parece-nos que as cidades não são os ecossistemas adequados para uma vida humana rica e ainda menos participativa e libertária. Uma cidade grande só pode ser gerida autoritariamente, por um exército que nela ponha ordem, ou então por uma organização entre bairros.

Pensámos que uma experiência enriquecedora tinha de ser feita num meio novo, que era preciso criar o que chamámos ecocomunidades.

Isto começou em 1985, cumpriam-se trinta anos da Comunidad e com esse pretexto realizámos aqui as primeiras actividades abertas, conversas e debates, geralmente na universidade, sobre vários temas, autogestão, ecologia, feminismo, e assim começou-se a formar um novo núcleo de gente que funcionou também como apoio para os que voltavam da Suécia.

Portanto em 1985 reconstitui-se a Comunidad, com as pessoas que voltaram do

exílio mais algumas de Montevideu; realizaram novas actividades ou continuaram com as mesmas?

O processo não foi assim tão radical. Entre 85 e 87 foi-se formando o grupo e finalmente trouxemos as máquinas que estavam na Suécia e instalámos de novo a gráfica, num local a que chamamos *casencontro*, uma palavra que inventámos. Nesta *casencontro* funcionam também oficinas de cerâmica, de música, etc. Algum tempo depois comprámos então uma quinta e passámos a ter uma actividade editorial e uma actividade produtiva.

Este grupo inicial assumiu a importante tarefa de conseguir reproduzir tudo o que ganhava e recebia, para poder dar origem à nova Comunidad. E a actividade editorial nem sempre era rentável, era mantida mais por razões de difusão, de propaganda, do que por razões económicas.

Com a compra da quinta, onde tiveram que construir tudo, das casas às infra-estruturas, dedicaram-se também à agricultura, não foi? Como se organizaram para coordenar todas as actividades, a gráfica, as oficinas autogestionárias, a actividade agrícola?

O ponto de partida é o federalismo, por isso qualquer actividade tem ao mesmo tempo um sentido autónomo e uma integração geral solidária. Toda a parte de serviços, de produção agrícola, de produção industrial e intelectual forma uma unidade administrada pela totalidade da assembleia da comunidade, mas cada sector define autonomamente os seus procedimentos, incluindo os seus investimentos, ainda que tenha de atender à estrutura comum, onde são definidas as prioridades e os orçamentos.

Ao nível das pessoas, a ideia é que todos se preparem para uma rotação de tarefas, evitando o estabelecimento de especializações profissionais, seja em termos políticos seja impedindo a criação de dependências, do trabalho manual em relação aos intelectuais, das mulheres em relação aos homens, dos serviços à produção, o que não é fácil de conseguir, há que criar estas raízes, não são comportamentos que surjam espontaneamente.

Por outro lado, há também que conseguir um funcionamento sustentável e há que conseguir criar uma espécie de *consciência urbano-rural*, não sermos 100% camponeses nem 100% metropolitanos, sendo, isso sim, a uma fusão de uma cultura urbano-rural.

Portanto não existe uma divisão do trabalho, há rotatividade de funções e uma organização autogestionária e federada, uma integração das diferentes actividades, as decisões são tomadas em assembleia. Quais sãos as áreas actualmente em funcionamento?

Temos a gráfica, os serviços comuns, de educação e outros, a editora, as actividades produtivas, a quinta. É preciso ver que uma coisa é a autonomia e outra a independência,

temos estruturas integradas em que cada sector é autónomo mas não independente, a responsabilidade social é partilhada por todos.

Isto decorre dum conceito básico, o de que a comunidade gira à volta de uma ideia central que é a da *paternidade partilhada*. Nós somos responsáveis pela reprodução cultural que se dá à volta dos nossos filhos; a ideia de paternidade partilhada não se refere só aos planos biológicos ou interpessoais, também somos *pais*, ou criadores, desta concepção de vida, das actividades desenvolvidas nos vários sectores, etc. Daí a força da participação: cada um participa porque *faz parte*, e faz parte como criador, não apenas como actor numa obra. É a isto que chamamos paternidade partilhada.

As pessoas, quando entram ou saem de um projecto destes, como colocam, por exemplo, o problema do dinheiro? E como se põe a questão das relações com o meio envolvente, com as contingências negativas do Estado, do mercado… Que problemas podem ser estes?

Pensamos que podemos criar uma relação em que jovens, mulheres e homens estejam mais ligados à produção agrícola ou à industrial e, tendo todos eles as diferentes necessidades e exigências que tiverem, aprendam a resolver essas diferenças em comum; isso é entendido como uma forma de enriquecimento, não uma limitação.

Este é um primeiro nível de enfrentamento desses problemas, que são universais e eternos.

Em relação às entradas e saídas, isso também origina dificuldades, porque o processo de integração não consiste apenas em integrar no funcionamento comunitário, porque as pessoas que chegam vêm carregadas com a sua história, os seus modelos, os seus preconceitos, modificando permanentemente a totalidade que encontram, visto sermos um grupo aberto. Isto também nunca está totalmente resolvido, porque ou há uma grande invasão ou temos tendência para nos mostrarmos muito defensivos. Sobretudo tão perto da cidade a contaminação é enorme, porque há tendência para ir e vir, ir e vir, é só apanhar um autocarro e já está.

Não é como na Revolução Espanhola, em que tinha que se combater, por isso quem decidia juntar-se a uma milícia tomava uma decisão muito importante e passava por uma provação, que era viver numa situação totalmente diferente, aqui pode ficar numa «meia-água», ter uma atitude reformista em relação à sua própria vida.

Quanto ao dinheiro, ao princípio não havia qualquer problema. Agora, quem nasce ou começa a viver na comunidade recebe já uma «herança», que é a acumulação que a própria comunidade tornou possível, por isso a consciência comum também se enfraqueceu. As pessoas são socializadas para valorizar apenas aquilo que é propriedade sua — como defende o liberalismo — mas nós pensamos que isso não faz parte da condição humana, é uma construção historicamente condicionada, portanto a nossa intenção é modificar essa relação com a natureza, com as coisas, pensar no seu valor sem ser só em termos económicos.

Mas como actuam quando uma actividade não é rentável, quando dá prejuízo?

O modelo de desenvolvimento dominante, com o Mercosul e tudo isso, também se faz sentir nas nossas actividades, como a crescente tecnologia em tarefas que dantes ocupavam muita gente ou a baixa dos preços agrícolas, por exemplo, o que requer muita criatividade e formas de comercialização diferentes, caso contrário acabas por morrer.

Estamos numa crise sem conseguirmos ter respostas claras para ela. Não sabemos, mesmo, se existem essas respostas claras, já que

este é um sistema perverso. A sociedade uruguaia era tradicionalmente bastante equilibrada, sem grandes diferenças de classes, agora está bastante polarizada, e muita gente está condenada a viver mal, e também aí estaremos se não reagirmos.

Na actividade agrícola o que fazem, e quantas pessoas estão aí ligadas?

Nessa parte estão basicamente três pessoas, trabalhamos 14 hectares, e a ideia é garantir principalmente o sustento interno do grupo, mas também uma componente de estudo e experimentação de uma agricultura orgânica e alternativa, com recurso à energia solar, etc.

Temos ligações com escolas agrícolas, que vêm passar dias connosco, também como alternativa à educação convencional em relação à chamada «revolução verde», dos químicos, dos tóxicos, que se tornou dominante a seguir à Segunda Guerra Mundial, eles não sabiam o que fazer àquelas fábricas todas, não era? Aqui há uma agricultura mais de acordo com o meio ambiente e a saúde mental e pessoal.

E como funcionam os serviços internos comuns, a comida, a roupa, o acompanhamento das crianças?

Os serviços vão-se organizando de formas diferentes, geralmente conforme o número de pessoas. Agora somos 14 adultos e 6 crianças. Temos uma cozinha comum e grupos que se encarregam das diversas tarefas.

A educação é uma área específica, há pessoas que acompanham as crianças, na escola, na saúde, na higiene, mas a responsabilidade de educação é comum, temos uma matriz social como meio adequado para que todos tenham aquilo de que necessitam, física e intelectualmente.

Uma das questões fundamentais é a aprendizagem da autogestão, as crianças têm um local que é delas, a *guarida*, como têm os animais para se abrigar, achamos que é mais poético do que *guardaria*, e é aí, na passagem do pré-escolar para o escolar, que as crianças têm o seu próprio local e a sua vida, convivem na sua própria casa, não na dos seus pais, embora estes estejam mais próximos do que na maior parte das casas da cidade, e têm tudo em comum. Depois, a partir da adolescência, passam a ter o seu próprio quarto, mas com autonomia e co-responsabilidades crescentes.

E quanto à parte da gráfica e do trabalho editorial?

A gráfica, as actividades editoriais e culturais estão todas na *casencontro*, onde há um salão comum, um café onde também se realizam encontros, etc., e cada actividade tem o seu grupo.

Na actividade editorial cada publicação é autónoma, algumas são de grupos em que alguns de nós participam, assim como outras pessoas participam nas nossas actividades, como por exemplo a Redes, que é uma organização de ecologia social que trabalha na análise da problemática ambiental mas também na organização de campanhas e na procura de soluções para os problemas; alguns de nós participam nessa organização, que por sua vez está ligada a outras, regionais e mundiais.

É muito válida a ideia de pensar globalmente e agir localmente, mas também o é a de agir globalmente, ou regionalmente, ou seja lá no diâmetro que for necessário, e isso tanto pode exigir organizações de bairro ou de comunidade como outras de âmbito internacional.

Quais são as vossas próximas iniciativas, e que dificuldades terão de enfrentar?

Queremos fazer da quinta um centro de estudo e difusão, ainda não estão aproveitadas todas as suas potencialidades, por exemplo para o ecoturismo, um turismo mais responsável, não tradicional.

Estamos a tratar da comercialização de produtos orgânicos, ecológicos, em conjunto com outros produtores, já se começou a tratar disto, mas implica a criação de infra-estruturas, de um posto de venda que também funcione como local de encontro, com café, biblioteca…

Há também o trabalho militante, numa pequena organização, o *ecobairro*, organizando formas autogestionárias de luta numa zona como esta em que estamos, pobre, marginal, com problemas de todo o género, desemprego. Estamos a trabalhar em vários bairros, hoje de manhã, por exemplo, estive num local onde se está a construir um salão comunal, pelos próprios habitantes, para encontros, apoio às crianças, refeitório, uma pequena policlínica, e nisso trabalhamos como qualquer outro vizinho.

Estamos a tentar uma espécie de federação, um grupo específico no âmbito do municipalismo libertário participativo, para actuar em áreas como a saúde, a educação, a habitação, os tempos livres. Temos a impressão de que nestas circunstâncias muito críticas as soluções autogestionárias começam a ser uma necessidade, ainda mesmo quando, e paradoxalmente, as pessoas não estejam preparadas para isso e sejam muito individualistas, incluindo os mais pobres.

No entanto, ou aparecem soluções participadas, autogestionárias, de tipo cooperativo, ou a crise vai ser muito mais dura.

Em todas estas actividades têm uma relação teórica com a ecologia social, é a vossa teoria de base?

A ecologia social recolheu as ideias mais importantes do anarquismo e colocou-as num quadro ecológico que lhes dá ainda mais sentido. Kropotkin, em *Campos, Fábricas e Oficinas*, é um antecedente desta visão. No movimento ecologista há outras correntes mais integradoras, mais estritamente ambientalistas.

Ainda em Estocolmo visitou-nos o Murray Bookchin, e também tivemos já a visita de outros companheiros do Instituto de Ecologia Social, com quem organizámos conferências sobre estes temas.

O que aqui fazemos é fundamentalmente produzir autogestão, produzir relações sociais diferentes, desafiamos outros companheiros a realizar experiências como estas. Apesar de erros e desvios, há uma experiência feita e que se pode discutir e analisar.

Aspectos do Anarquismo

POLÍTICAS VERDES

Pode argumentar-se que a consequência lógica do pensamento comunista libertário sempre foi a criação de uma sociedade «verde» ao pressupor a necessidade da destruição do capitalismo, o sistema que, como sabemos, tem de expandir-se ou morrer e que tem gerado ideologias de consumismo e produtivismo.

Pensadores anarquistas e comunistas libertários, nos primeiros dias do revolucionário movimento da classe trabalhadora, ao criticarem o sistema industrial «moderno» e a sua tendência para transformar o trabalhador numa componente da máquina, podem ser encarados como *proto-verdes*. Contudo, seria um exagero dizer que o movimento anarquista inicial foi qualquer coisa como um movimento conscientemente «verde», apesar de contribuições críticas como as de Elisée Reclus, William Morris, Edward Carpenter e Peter Kropotkin. Embora todos os escritores anteriores tivessem feito trabalhos que contêm implicações «verdes», ou pelo menos um sentimento «verde», no entanto, nenhum pode ser rigorosamente considerado como pensador sistematicamente «verde». O que pode ser dito é que a visão comunista de pessoas como Morris ou Kropotkin, de uma sociedade descentralizada do trabalho integrado em ambientes humanizados, mantém um contraste rígido com muitos «socialistas» (começando com alguns socialistas «utópicos» mas cientificados por Marx) que consideravam (e ainda consideram) o «*Factory*» como um modelo da nova sociedade.

PRODUTIVISMO SOCIALISTA

O pensamento anterior consubstancia-se na rápida industrialização sob o capitalismo de Estado na União Soviética, que, embora justifique as suas acções pela necessidade de competir nos mercados mundiais, encontra um suporte ideológico perfeito na (geralmente indiscutível) crença entre socialistas de que a industrialização do mundo foi uma «necessidade histórica». Não é coincidência o facto de que algumas das destruições ambientais mais profundas tenham sido feitas sob a bandeira do socialismo! Infelizmente, os anarquistas não ficam isentos de terem tomado uma atitude pouco exigente face à «civilização» industrial.

Embora fosse pouco usual encontrar alguma glorificação absoluta da fábrica moderna entre anarquistas, inclusivamente da leitura de literatura anarco-sindicalista, a impressão que fica é a de que a tecnologia não está acima de críticas e é, de forma perturbadora que pequenas vidas têm lugar fora da fábrica. Os comunistas anarquistas não fizeram muito melhor nesta matéria. Porquê? Obviamente, anarquistas e comunistas libertários são produtos do seu tempo e o nível de destruição ambiental, na época dos primeiros movimentos anarquistas, não era tão explícito como tem sido no período pós II Guerra Mundial. Enquanto que os revolucionários argumentavam que o capi-

talismo vinha destruindo o trabalhador e o camponês, corpo e alma, não é tão óbvio que o capital estivesse no processo de destruição da terra na qual se inseriam trabalhadores e camponeses. Também não era previsível que o capital pudesse desenvolver a capacidade de aniquilar toda a vida no planeta no espaço de poucas semanas, ou ainda menos, com a ajuda da cisão nuclear.

Os movimentos conscientemente «verdes» que correspondiam aos grandes movimentos de trabalhadores eram, em geral, místicos, muitas vezes, movimentos tipo «classe média» reaccionários, por vezes fortemente malthusianos e racistas, raramente se identificando com os existentes movimentos sociais «progressistas».

A «REVOLUÇÃO» VERDE

Ainda hoje, o movimento verde reivindica ter muito em comum com o «anarquismo». De igual modo, alguns dos elementos mais reformistas no movimento verde, de quando em quando, sentem-se obrigados a fazer barulho em relação à organização não hierárquica, à tomada de decisão «delegada» e sobre outros temas historicamente identificados com as políticas anarquistas. Entre muitos dos activistas verdes orientados para a acção directa, o sentimento «anarquista» é forte, se bem que, com alguma frequência, esteja desfocado, havendo algum menosprezo pelas formas tradicionais de política. Verifica-se também a alienação do foco tradicional do anarquismo - a luta de classes. Identifica-se muitas vezes a classe trabalhadora com a «cultura da indústria» e, compreensivelmente, a noção de solidariedade de classe cai facilmente no esquecimento, por exemplo, pelos que protestam nas estradas (com frequência desempregados) cujo contacto regular com os seus irmãos e irmãs de classe se processa na forma de 25 libras à hora de aluguer como guardas de segurança!

ECOLOGIA SOCIAL

O próprio movimento anarquista tem sido forçado a tomar explicitamente políticas verdes para confrontar a tese do produtivismo e para discutir seriamente a natureza da tecnologia. Talvez o primeiro escritor comunista libertário a levantar a questão da crise ecológica e a sua solução tenha sido Murray Bookchin. De facto, Bookchin pode ser considerado como estando entre os primeiros teóricos do moderno movimento ecológico, com livros como «O nosso ambiente sintético» (1962) e «Crises nas nossas sociedades» (1965), constituindo o que mais tarde viria a ser designado Ecologia Social**,** embora utilizasse a crítica anarquista do poder hierárquico e as relações entre meios e fins como ponto de partida.

Bookchin desenvolveu uma perspectiva política que teve um impacto considerável, particularmente, no movimento verde norte americano. A sua popularidade entre os verdes do Canadá e Estado Unidos tem sido reforçada pelo seu argumento de que o foco «tradicional» da atenção revolucionária (quer marxista, quer anarco-sindicalista ou comunista anarquista), a luta de classe dos trabalhadores, não é assim tão central para o projecto revolucionário. A sua crença de que a chave da revolução social permanece no desenvolvimento de estilos de vida opostos e nos «novos» movimentos sociais (feministas, anti-nuclear, anti-racismo, etc.) foi, recentemente, objecto de revisão profunda.

O pensamento social ecológico, que vê o potencial numa tecnologia libertadora (liberta dos seus proprietários actuais) numa sociedade ecológico-libertária futura, entrou em conflito com outra corrente verde que diz ser anarquista mas que é «anarco-primitivista». A posição anarco-primitivista defende, basicamente, que uma sociedade não hierárquica é impossí-

vel enquanto outra forma de civilização industrial permanecer e por conseguinte, falar de uma tecnologia libertadora não tem sentido.

Muitos dos escritos do «movimento» anarco-primitivista (está longe de ser uma entidade homogénea) são um excelente contrapeso a argumentos de perfil técnico vindos de várias fontes (incluindo a «revolucionária») que esvaziam a sua perspectiva global de qualquer dinâmica revolucionária, denunciando mesmo, muitas vezes, um confuso fanatismo idealista misantrópico que está em completo desacordo com o autêntico anarquismo.

PARA UM COMUNISMO LIBERTÁRIO VERDE

Hoje, qualquer movimento revolucionário não pode ignorar a necessidade de desenvolver uma perspectiva «verde». Mas isto não significa apenas citar algumas ideias verdes amigáveis para uma concreta política verde contrária. Implica um envolvimento activo entre forças anti-capitalistas no movimento verde. Significa apresentar uma série de análises anarquistas das actuais lutas que se efectuam contra a destruição do ambiente. As lutas contra as estradas, para dar um exemplo, são implicitamente lutas de classes como desafios não propriamente à política governamental actual, mas antes à própria lógica capitalista, a lógica (e necessidade!) de expansão. De igual forma, quando os verdes falam sobre o «crescimento» zero, anarquistas e comunistas libertários devem apontar explicitamente a natureza comunista desta ideia. Igualmente, estes últimos devem tentar perceber quais são as implicações das suas políticas para o ambiente (em sentido lato).

Na verdade, uma dinâmica surge quer das limitações da política tradicional (limitações que de forma crescente se expõem cada vez mais) quer do mundo e seus habitantes face à escolha de uma nova sociedade ou a sua lenta aniquilação.

Se a escolha histórica, no passado, era entre socialismo ou barbárie, agora, é entre comunismo libertário verde ou uma morte bárbara nas nuvens de fumos tóxicos.

Tradução de artigo do *ORGANISE!* (Verão de 1996, n.º 43), por Guadalupe Subtil

DE PARTE NENHUMA

José Tavares

6.

Despedi-me do Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador diante da entrada de sua casa. Eram 1.45. Estávamos ambos cansados mas eu não conseguia dormir. A cama só serviria para dar voltas e mais voltas a pensar na proliferação de máscaras e para rever as que tinha observado e que, nessa noite, em cada minuto que passava vinham como flechas à memória. Cinco carros de patrulha estacionavam na *Praça do Cio*. O brilho dos seus holofotes banhavam intermitentemente o local com uma luz néon violeta. Uma jovem funcionária da patrulha *D.C.* fez-me parar.

«É morador na área?», «Sou o Uno Libero, corrector bolsista e estou fixado na Avenida Beija a Flor nº7, piso 13, porta 31».

Deixou-me passar e acenando para um colega, disse-me:

«Na terceira transversal vire à esquerda». Segui pacientemente até lá e fui em frente. Sabia perfeitamente que espécie de zona era o *Cio*, cheio de prostituição, de drogados, de empresários, de turistas de ocasião. Notava-se sempre um cheiro quente, húmido, fétido. Um cheiro animal, morno e escuro. Ali, dir-se-ia estarmos num quarto fechado sem aragem. Haviam implantado câmaras de filmar, um computador e um centro de *electrofisiologia* para controlar a situação.

Fui em frente ao acaso. Era raro passear àquela hora e os meus passos conduziram-me para a beira do lago minúsculo do *Jardim do Pincel*. Fumei pelo cachimbo *Tarahumara* até acabar com o tabaco da caixa de *Pandora* que, para o conseguir, abri por sete vezes. Aumentou o poder de observação e provocou total desorientação na sensação do tempo transcorrido. Eram 5.55. Entrei em casa e fiquei sentado na sala do *holómetro* olhando as projecções da programação *telemática*.

A Saza tinha deixado uma mensagem no *holo-mail* , aparecendo a andar de um lado para o outro no quarto dela com o nascer do Sol entrando pela janela. Com ele, o céu a tornar-se cor-de-rosa sobre a neblina castanha provocada pelo fumo da *Megaloma D.C.* . E a perguntar a razão por que não estava com ela. Escutei a mensagem porém, já só olhava para lá da janela do quarto dela onde da cidade imensa continuava a cair o pó dos anos.

Entro no quarto de banho. A água quente do chuveiro caiu na minha pele como uma bênção. Descontraí-me, iniciei o *pranayama* e fechei os olhos.

E um prodígio maravilhoso se deu.

Vi uma avalancha – milhares de toneladas de terra, rochas e pedregulhos – precipitando-se por um declive de uma montanha e arrancar a raiz de grandes árvores e desfigurar tudo o que encontrou à sua frente. Começou pelo desabamento de um punhado de terra que se encontrava por debaixo de uma pedra situada no cimo da montanha e delicadamente equilibrada. O suficiente para o seu peso mudar de lugar desprendendo ainda mais a terra mole que estava debaixo.

Porque se teria desligado esse punhado de terra?

Com os olhos fechados a respirar o vapor da água quente que caía no meu corpo, as imagens esvoaçavam dentro do cérebro. Parecendo abrirem-se diante de mim os portões que dão para o ventre da Terra.

Um leve escorrimento de água a derramar-se durante muitos anos sobre o solo, até já não poder mais suster o mais ligeiro peso. Umas poucas de gotas de água a caírem da pedra, suficientes para completar o que as chuvas tinham iniciado. Por isso a avalancha foi provocada por uma só gota de água que caiu sobre aquela porção de terra.

Todas as grandes coisas têm por origem coisas pequenas.

A força de uma avalancha, a corrente de um rio, ou o peso de um qualquer indivíduo só podem ser medidos, considerados como uma unidade. Todavia, para descobrir o que os faz moverem-se, é preciso olhá-los como formados de um amplo número de partículas extremamente pequenas: de terra, de água, ou da indivisibilidade, segundo cada caso.

Na realidade, temos que ir mais além. As gotas de água e as partículas de poeira são facilmente avaliadas à vista desarmada mas, para se saber da razão profunda pela qual a água leva consigo a poeira e as rochas, temos que recorrer ao microscópio. Através dele, podemos observar as moléculas de água da camada superior fazendo escala nas moléculas superficiais das partículas de poeira. Aqui se realiza um acto importante, onde as forças de adesão e de empurrão, de absorção e repulsão, operam.

Fechei o chuveiro e saí da banheira com uma toalha enrolada à minha volta. Desembaciei o espelho da casa de banho e desfiz a barba. O duche tinha-me retemperado da fadiga. Já não dormia há, pelo menos, 23 horas e não estava com sintomas da falta de sono. O *pranayama* e a sensação de que agora compreendia os pequenos fenómenos que se encontram por trás dos grandes eventos incutiram-me energia. O espelho embaciou-se outra vez. Abri a porta

para deixar entrar ar fresco e enxuguei de novo o espelho com a mão. A que horas é a minha entrevista com o Dr. Engenheiro Cagatacus? Era hoje? E que dia é hoje? Ah!, já sei, é quinta-feira.

7.

Ia começar a vestir-me quando ouvi a *vídeo-campaínha* da porta. Liguei o visor da *vídeo-campaínha* e à entrada da porta surgiu o secretário do Dr. Engenheiro Cagatacus.

O secretário apresentava-se bem vestido, com casaco e gravata, mas uma peruca preta encaracolada fazia com que ele parecesse um cómico piroso. Os olhos não mostravam coisa alguma. Dir-se-ia que se encontravam apagados. Eram sem dúvida os olhos de um homem que, trucidado pela submissão, desaparecera.

Respirei fundo, vesti a camisa e liguei a câmara verificando a distância focal da objectiva. Queria que a câmara não captasse o meu corpo da cintura para baixo. Não tinha vestido as calças.

«Sim, bom dia!. Passa-se alguma coisa?» «O Dr. Engenheiro Cagatacus mandou vir buscá-lo» e sorriu parcimoniosamente. «Tem um sorriso muito agradável!» disse-lhe para o encorajar. Ele olhou para as roupas dele à procura de ajuda. Se tivesse vestido um par de bóias de salvação sentir-se-ia muito mais seguro, pensei. « Oh!, muito obrigado», disse ele a olhar para os sapatos. «Está sozinho?» «Sim, estou.» «Desculpe-me dez minutos» pedi, «vou comer e vou ter consigo à rua».

O secretário acenou com a cabeça e desapareceu no corredor. Desliguei a *vídeocâmara-campaínha.* Abri o roupeiro, tirei umas calças ao acaso e vesti-as. Depois olhei o espelho para ver o aspecto. Claro! Nada de simulação. Encaminhei-me para a cozinha e comi um prato de arroz integral com cerejas e bebi sumo de maçã.

Desci para a rua. O secretário do Dr. Engenheiro Cagatacus abriu-me a porta do carro, sentou-se ao volante e acelerou prudentemente. Por fim, ligou dois receptores a cores da programação telemática. Nos écrans as imagens rodavam em três dimensões a uma velocidade estrondosa, emitindo coordenadas concretas, geradas pelo computador *D.C.,* ao subconsciente humano. Aquele programa estava em franca decadência, sensação que aumentava à medida que a programação prosseguia. Pedi ao secretário que desligasse os receptores. Olhei para o sol da manhã através da janela do automóvel. Já não estava cor-de-rosa e já não se descortinava a nuvem de fumo; havia a luz quente e abundante da manhã. Esfreguei os olhos a pensar quando é que poderia dormir. Talvez outro dia. O *holo-phone* tocou. Era o Dr. Engenheiro Cagatacus.

«Explique-me lá o que é que a engenharia tem a ver com a Igreja?». Olhei perplexo o Dr. Cagatacus. «Bom, acabei agora de...» disse, a iniciar uma resposta quando fui interrompido. «Nada, ab-

solutamente nada. A primeira provém da devoção e a segunda da fria gestão da credulidade». Abri um pouco a janela e observei um veículo pesado desrespeitar as regras de trânsito, ultrapassando-nos a 150 à hora. Imediatamente o secretário fez o possível por o ultrapassar e depois, colocámo-nos à sua frente, a meio da estrada, reduzindo a nossa velocidade para 160 à hora. O Dr. Engenheiro Cagatacus permaneceu no écran do *holo-phone* da viatura. «Observou os gráficos?» perguntou e logo no écran apareceram pontos, traços, rectas e curvas que se deslocavam com grande rapidez em fundo vermelho. «Sim, todos eles». «Não compreendo», disse ele sentando-se à consola do computador, «esta projecção dos gráficos deveria estar a três dimensões. Se calhar seria melhor traçar imediatamente novas linhas». Carregou nas teclas. «Ora bolas, é óbvio que o computador está errado!» exclamou o Dr. Engenheiro Cagatacus. «São quase 8.30. Seria melhor tomar o pequeno-almoço. O bar deve estar a abrir. Quer tomar o pequeno-almoço?» perguntou. «Já tomei. Obrigado. Mas, beberia café.» «Boa ideia. Eu fico aqui no escritório à sua espera», e desligou o *holo-phone*.

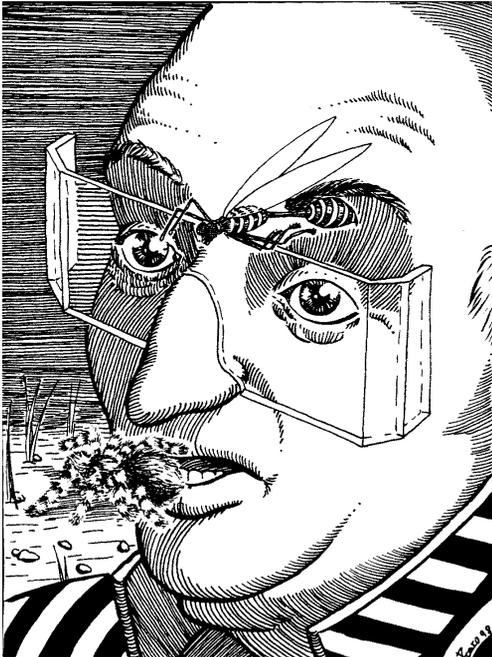
A estrada tinha muito movimento. Olhei para a retaguarda dos carros, que se estendiam a perder de vista à minha frente. Pareciam uma jibóia enfurecida. Não conseguiam sobreviver sem automóvel?

Quando chegámos, batiam as 9.30 no relógio do edifício 99 de engenharia *D.C.* . No átrio estava o Dr. Engenheiro Cagatacus. Tinha pernas, era herdeiro de tristes capitalistas, possuía estilo, tom, um criador de moda e duas máscaras num só rosto. A *máscara de cinco mil e cinco contos* e a de *gema-crata*. Era visível que não poupava esforços para conquistar o primeiro posto. O engenheiro Cagatacus abriu um sobrescrito e dirigiu-se ao bar convidando-me a segui-lo. Observei a ausência do secretário quando o pequeno-almoço começou a ser servido.

«Está de perfeita saúde esta manhã, Dr. Cagatacus?» «Abstêm-se de me fazerem essa pergunta aqueles que me conhecem intimamente», respondeu ele rindo, depois de ter fechado o sobrescrito. O seu riso parecia como uma peste na cidade, foi o meu pensamento. Estava ciente de que quanto mais depressa ele sorrisse mais a peste alastrava. «Sinto-me indisposto e não estou de boa

saúde», disse ele. «Ah!, nisso somos da mesma opinião», repliquei, desviando por segundos o olhar em direcção a uma mulher executiva que passou a baloiçar um chapéu pelas abas. «É um bom observador.» «Provavelmente tanto como o Dr.Cagatacus.» «Presumo que sim».

De seguida ao pequeno-almoço, entregámo-nos a um estudo aturado em conjunto durante um par de horas, alternado com uma história do Dr. Engenheiro Cagatacus sobre aranhas e vespas.

«As *Corsárias*» explicava, «são donas dos grandes espaços; não conhecem limites nos seus domínios. Têm o corpo grosso, são muito peludas, quase negras, patas curtas com anéis castanhos e claros. Pertencem ao grupo das *aranhas lobo*. Oito olhos, dois grandes, dois médios e quatro mais pequenos, mas pese a abundância de olhos, são extremamente míopes. E se fizermos o balanço dos serviços que prestam na destruição de muitos insectos nocivos, devem ser consideradas como espécies úteis. E, a *Corsária* ou *aranha lobo*, parece que nada tem a temer, todos receiam as suas *quelíceras*, os terríveis punhais envenenados. Pois bem, este audaz caçador vive num perpétuo terror do *Pompílio*, uma vespa que, semelhante a um falcão, cai de surpresa sobre ela e a fere com o seu ferrão. A única defesa que opõe ao seu inimigo é a fuga. Mal ouve o zumbido das asas do *Pompílio*, a *aranha lobo* perde a cabeça e foge, como louca, com toda a velocidade das suas oito patas, enquanto a vespa a persegue, terminando por cair sobre ela num voo picado. E não se pode dizer que a vespa esteja mais bem armada do que a *aranha lobo*. Uma vez que a vespa tem a fina adaga do ferrão, a aranha possui os dois afiados punhais cujo veneno é mortal para os insectos, e é, além disso, maior do que o seu caçador. Se a *aranha lobo* em lugar de fugir, esperasse o inimigo e lhe fizesse frente, este ficaria embaraçado com semelhante atitude. Mas a *Corsária*, como única defesa ao ataque do inimigo, opõe a fuga. Numa corrida entre as ervas, raras vezes consegue fazer perder a pista ao seu perseguidor. A vespa caça pelo olfacto, como faria qualquer cão de caça, e é capaz de perceber as emanações da aranha a mais de sessenta centímetros de distância. Num salto está sobre ela. Num rápido movimento de patas vira-as de ventre para cima e aplica-lhe o ferrão, primeiro na boca, imobilizando-lhe imediatamente as *quelíceras* e outros órgãos bocais, e depois na articulação próxima da cabeça. A aranha fica imóvel, paralisada, mas não morta. Os *Pompílios* ferem as *Corsárias*, inoculam-lhes umas gotas de um veneno que vai actuar sobre os centros nervosos, paralisando-lhes

os movimentos mas conservando-lhes a vida. Tem por finalidade esta imobilidade evitar que, com os seus movimentos desordenados, a aranha esmague o ovo ou o arranque depois da vespa o ter colocado. Antes de pôr o ovo, vai dar o caçador um abrigo à sua vítima. Agarra-a por uma pata e reboca-a através do solo. Deixa a vítima a uma dezena de metros num local onde a vespa abre em poucos minutos uma galeria de cinco centímetros de profundidade, que conduz a uma sala mais espaçosa. Com as mandíbulas cava, com as patas afasta a terra extraída. De tempos a tempos, pára e voa para o sítio onde deixou a *aranha lobo,* apalpa-a com as antenas, mordisca-a e, satisfeita com a inspecção, volta com novo ardor para o trabalho. Não tarda que a escavação esteja pronta, capaz de receber a aranha. Então é depositada no fundo da galeria, de costas, e sobre o abdómen é colocado um pequeno ovo. Feita a postura, a vespa fecha a entrada e vai-se embora. Poucos dias depois, nasce a larva, que começa a devorar o ventre da aranha com extraordinário talento de anatomista, vai devorando as entranhas da aranha, pouco a pouco, de modo a não lhe causar imediatamente a morte. Condenando a *Corsária* ao atroz suplício de ser comida viva, a larva tem durante a sua evolução víveres frescos e cresce rapidamente. Se por acaso a aranha morresse, a larva seria intoxicada pela putrefacção a que não pode resistir, ao contrário do que sucede a tantas outras larvas que prosperam na podridão.

Coisa singular. Não lhe parece?»

«Sim, muito ilustrativo, mas banalíssimo» ripostei.

O escritório estava calmo. Tinham quase todos ido almoçar. O engenheiro tinha mandado vir um prato de carne de peru para ele e um prato de brócolos com soja e laranja para mim. E continuou a descrever a história natural de diferentes espécies para concluir: «Tudo isto é muito interessante aplicado à sociedade humana».

Porra, exclamei dentro de mim, aí vem a crença mística do mais forte, pensei. E acertei. O Dr. Engenheiro Cagatacus estava numa de aplicar às sociedades humanas os princípios da luta pela existência entre os insectos, as vespas, as aranhas, e dar-lhes um desenvolvimento. «Nos tempos pré-históricos», começou ele, «o vencedor devorava o vencido. Hoje ocupa-o a trabalhar para a sociedade *D.C.* e em aumentar as mercadorias que ela pode fornecer. É um progresso.»

Acendi o cachimbo *Tarahumara*. «É preciso que haja alguém que consinta em privações e, ou acredite no poder mágico das mercadorias», afirmei. « É natural que a satisfação integral das necessidades esteja reservada a um pequeno número de eleitos. Certamente os mais aptos e os melhores dotados», disse ele. «Pois, obviamente que por via disso lamentará o desaparecimento de tantas vítimas e claro, não irá negar a necessidade de reformas na sociedade, mas estas só podem ser o resultado do tempo e o da

evolução humana. Certo?» «Certo!» cruzei as pernas «Honremos, portanto os que são bastante fortes ou inteligentes para abrirem caminho na multidão e se imporem à sociedade. Certo!» «Certo!» confirmou mais uma vez o Dr. Engenheiro Cagatacus e acrescentou: «Isso é o que sempre foi e continua a ser uma das causas do progresso humano».

«Não concordo!», fiz uma ligeira pausa e dei uma cachimbada. O Dr. Engenheiro Cagatacus quedou-se em suspenso. Era educado, mas educara-se extasiado em falsos princípios tantas vezes citados. Inclinou-se ligeiramente para trás e piscou os olhos.

«Um indivíduo que nasça no mundo sem nada de seu, sem família com meios para o sustentar, se a sociedade *D.C.* prescindir do seu trabalho não tem qualquer hipótese de participar na *festa do progresso natural* das sociedades humanas. A sociedade *D.C.* ordena-lhe que desapareça, logo ignora-o. Desamparado, fica imóvel e desaparece sem nunca ter contribuído para usufruir do *banquete.* Isto, não do resultado desse *processo natural*, como no caso da *Corsária* e do *Pompílio*, mas pelas preferências pessoais inspiradas por interesses particulares de poucos. Estes eleitos não são os mais fortes e, ou os mais inteligentes, são simplesmente os que possuem menos escrúpulos e os mais gananciosos». Dei umas baforadas no cachimbo, acabava de citar Buchner. «O Dr. Engenheiro Cagatacus esqueceu-se de referir que o *Pompílio* persegue exclusivamente a *Corsária* deixando em paz as *Salticus,* as *Folcus,* as *Tomísias,* as *Migalas*, as *Agelenas* e tantos outros grupos de aranhas e aranhiços. As espécies lutam entre si e por vezes, como no caso da vespa *Pombílio*, *cirurgicamente* . No entanto, poucas e raras vezes indivíduos da mesma espécie se guerreiam. Há espécies que, em lugar de lutarem preferem separar-se e emigrar para outras paragens». O cachimbo apagou-se, o que me obrigou a acendê-lo novamente; depois prossegui:

«Se percorrer um tratado de história natural, verificará que a luta entre indivíduos da mesma espécie é reduzida, enquanto a associação para a defesa ou o ataque, o auxílio mútuo e a solidariedade, são regra geral. E sabe uma coisa? Estou a falar demasiado. A coisa já me está a parecer muito teórica. Carago!»

Guiando a uma velocidade de 130 Km/hora, o secretário do Dr. Engenheiro Cagatacus atravessou as 9 filas de trânsito e no *Pig Shopping* saiu da auto-estrada. Conduzia rápida e prudentemente, mesmo nas curvas, o que levava os pneus a chiar. O trânsito continuava abundante, ainda levaria algum tempo a alcançar a casa dissidente. Eram 13.45. Encostei-me ao banco do automóvel e adormeci cansado mas satisfeito por ter cumprido a minha actividade. Corrigi a bolsa do Dr. Engenheiro Cagatacus no valor de trinta e sete mil euros.

dossier
EXPO 98

O que a Expo expõe

Júlio Henriques

«O primeiro dever do Estado tornou-se o de promover, exaltar e cobrir todos os seus gastos, outrora cruéis ou antipáticos, com o manto sublime do cultural. No momento em que parece ter desistido de querer fazer a nossa felicidade social, o poder empreende a cruzada mais bem sucedida de nos instalar do nascimento à morte num parque de atracções planetário.»
Eduardo Lourenço, O Esplendor do Caos, Gradiva,1998

Por força dos enormes capitais envolvidos, da megalomania que a impôs e do consenso que a aplaude, a Expo 98 constitui uma sacralização. Mas de quê? Oficialmente, do «Estado democrático». Veridicamente, da integração plena de Portugal na sociedade do espectáculo. A visibilidade logística desta integração começou por darse com a implantação, em todo o território, duma teia de super e hipermercados, os templos verdadeiros onde se oficia a fé do nosso tempo, a neo-religião económica que impregna as massas cantando loas e clamando ámen ao grande lema sacerdotal da presente estação: «comprar é ganhar». A feição *cerimonial* da Expo 98 coroa, em plena extensibilidade do caos, essa irresistível ascensão do espectáculo. Anunciada internacionalmente como a emblemática «última exposição universal do século XX», que ninguém pode perder, a Expo *é* a campanha publicitária de um capitalismo local entretanto mundializado, a sua montra interna e externa. O seu *leit-motiv* propagandístico («uma obra dos portugueses») corresponde à normal inversão da linguagem publicitária; porque de facto ela é, na sequência da Expo 92 de Sevilha, uma iniciativa político-financeira da integração europeia.

◆

As chamadas exposições universais correspondem invariavelmente a momentos de euforia no desenvolvimento económico-estatal. Sem aqui as passarmos em revista, o que seria longo e fastidioso, refira-se que em 1865 a Exposição Internacional do Porto já manifestava o ideal, para a burguesia da época, da sua integração no capitalismo europeu, ideal esse decorrente do fontismo, então no seu auge, graças à modernização dos transportes e das vias de comunicação, tão essenciais para a indústria e o comércio da época como hoje

as auto-estradas de asfalto ou informáticas o são para a chamada Nova Ordem Mundial, liderada em absoluto pelos Estados Unidos. E a velocidade, imposta pela rapidez sempre crescente da circulação de mercadorias e capitais, impregna hoje, já de forma demente, os comportamentos sociais, numa perpétua corrida *contra o tempo*, de antemão perdida.

O início de tais exposições, resultantes do voluntarismo burguês duma produtividade crescente e na sua qualidade de feiras de atracções da dinâmica económica, remonta à época subsequente à Revolução Francesa, mas até 1850 serão fenómenos de âmbito nacional. A alteração dá-se com a primeira exposição internacional de Londres, ocorrida em Maio de 1851 e intitulada Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações, na qual Portugal já participou, mas praticamente só com matérias-primas, dado não ter então indústria que se visse.

Enquanto retórica afirmativa do discurso modernizador económico e estatal, o modelo de todas estas exposições terá sido porventura o da Exposição de Paris, em 1900, pelo facto de nela se congregarem dois elementos-chave: o simbolismo da inauguração de um novo século e o extraordinário incremento das realizações técnicas, associado à crença de que as máquinas vinham trazer para a espécie humana uma libertação incomensurável. Mas o carácter eufórico da Exposição de 1900, baseada também ela no conceito fundador das demais, o chamado comércio livre, já se via toldado por nuvens negras, pelo facto de então este «comércio livre» estar a ser gradualmente substituído pelo proteccionismo estatal, fenómeno que catorze anos depois, ao estoirar, irá produzir um dos feitos mais notáveis do progresso tecnológico: a Primeira Carnificina Mundial (dezanove milhões de mortos). A Exposição de Paris de 1900, realizada na então capital das artes & da civilização, propunha-se, como agora a Expo 98, fazer um balanço do século, com base nos desmedidos avanços que o capitalismo alcançara nas ciências e na indústria. O que convém notarmos é que desde 1851 estas exposições internacionais irão suceder-se com muita frequência, até ao ano, quão simbólico, de 1992, o da Exposição de Sevilha, e que o Estado português nelas participa amiúde.

◆

Em Portugal as iniciativas deste tipo só começam a adquirir grande dimensão em finais dos anos 30, com a participação portuguesa na Exposição Internacional de Paris, em 1937, e na Exposição Internacional de Nova Iorque, em 1939. Em ambos estes certames Portugal irá ter uma representação importante, sob a batuta de António Ferro, director do Secretariado de Propaganda Nacional, que via nestes eventos excelentes oportunidades de legitimação do regime fascista e dos seus empreendimentos coloniais. Sob fiscalização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estes certames contam com a colaboração, como hoje, de muitos dos notáveis da época, entre arquitectos, pintores, escultores, decoradores, escribas e outros artistas. Os grandes temas que ilustram estes certames são nessa época invariavelmente dois: o Corporativismo e a sua concepção de fraternidade entre patrões e trabalhadores, e a omnipresente temática «Portugal, Pátria de Descobridores».

Estas duas experiências, mobilizadoras de meios e gente, irão permitir, em 1940, a realização em Lisboa da Exposição do Mundo Português, uma ainda mais clara iniciativa de propaganda estatal, celebrando o nacionalismo, o expansionismo colonial e a acção ultramarina dos portugueses.

A Expo 98 não é, por conseguinte, uma iniciativa inédita em Portugal, tendo como

modelo inaugural a Exposição do Mundo Português em 1940. É aliás curioso constatarmos a relação geográfica destes dois empreendimentos, separados por cinquenta e oito anos, ao constituírem uma espécie de balança no urbanismo da capital. A Exposição do Mundo Português foi realizada na zona ribeirinha ocidental de Lisboa; um dos argumentos dos seus organizadores foi a reabilitação daquela zona, então votada ao abandono. A Expo 98, edificada na zona ribeirinha oriental, foi igualmente defendida pelos seus promotores com o argumento da reabilitação daquela área de cinco quilómetros, muito degradada pelas instalações industriais que entretanto se tinham tornado obsoletas.

Os promotores da Expo e os comentadores ou jornalistas com poleiro nos meios de formação de massas, quando referem, por razões históricas, a Exposição do Mundo Português, sublinham gravemente que o cu nada tem a ver com as calças, pelo facto, óbvio, de esta última ter sido uma manifestação do regime fascista. Aparentemente assim é. Mas só aparentemente. A Expo 98, num contexto nacional e internacional muito diferente, de facto dá continuidade a algo que no plano interno começou em 1940. Este algo é a necessidade de legitimação estatal que ambas as exposições exprimem. A de 1940, de modo declarado e segundo a lógica política em que o Estado português assentava, promovendo o colonialismo e o regime corporativista, louvando a paz social interna no contexto da segunda guerra mundial e difundindo uma visão ainda rural do desenvolvimento económico; a de 1998, a pretexto duma «grande celebração do regime democrático», promovendo o mundo transnacional dos negócios, a integração da economia portuguesa num contexto mundializado, as chamadas novas tecnologias, a realidade virtual, um ainda maior incremento do turismo. Entretanto, as evidentes diferenças de contexto histórico não eliminam, de modo nenhum, aquilo que estruturalmente associa as exposições de 1940 e de 1998: primeiro, o facto de ambas serem empreendimentos estatais — de modo óbvio, num caso, e mais difuso, no outro (mais difuso como exigem estes nossos tempos da pós-modernidade e dos poderes ocultos); segundo, o facto de ambas se basearem na defesa e ilustração do expansionismo português — de modo primário, num caso, e muito mais manhoso neste outro. Sublinhe-se, de resto, que toda a moderna propaganda estatal portuguesa recorre sistematicamente à história colonial (com outros nomes, bem entendido), e que o fenómeno não é acidental.

◆

É isto que separa as pessoas que aceitam semelhantes iniciativas e as aplaudem com ambas as mãos e as que, como nós, as rejeitam e criticam. A realização da Expo 98, que é uma manifestação caríssima de prestígio novo-rico, conta com um consenso absolutamente favorável no seio da população portuguesa (segundo uma sondagem referida pelos jornais, será da ordem dos 70% a população que quer ir à Expo). Ora isto passa-se num país que tem hoje, segundo dados recentes, 20% dos seus membros, ou seja, dois milhões de pessoas, a viver na miséria oficialmente reconhecida. Dada a inexistência de facto duma opinião pública, os promotores da Expo 98 têm o trabalho muito facilitado, contando de mão beijada com esse tal consenso. Exactamente como a Exposição do Mundo Português contava em 1940 com o assentimento, activo ou passivo, da maioria da população portuguesa.

Ambas as realizações, com efeito, em contextos muito diferentes, dispõem de meios propagandísticos capazes de fazer cócegas eficazes no ego nacional. Porque o nacio-

nalismo, convém não esquecer, continua a ser em Portugal um dos essenciais aglutinadores interclassistas, uma das peças principais da mistificação operativa, provavelmente à frente do futebol como espectáculo de massas ou da mistificação religiosa ligada à empresa fatimista. A Expo 98, por outro lado, com adeptos entusiastas nas camadas mais jovens, tem atractivos suplementares cuja relação com o elogio da saga colonial nem sempre é óbvia, batendo ruidosamente na tecla da cultura e dos espectáculos, na tecla das inovações tecnológicas (dizem que o Pavilhão da Realidade Virtual é o primeiro a funcionar em todo o mundo), na tecla do «humanismo» relacionado com a fauna marítima e com a protecção ecológica dos mares, na tecla, ainda, do «universalismo», ao sustentar que os portugueses descobriram o mundo e que agora se trata de pôr o mundo a descobrir Portugal…

O que parece interessante sublinhar é a permanência do expansionismo europeu, e antes de mais português, como elemento de propaganda, não só aceitável pelo público, mas que lhe cai no goto. Este facto revela duas coisas: que o discurso colonial assumido pelas instituições estatais e económicas continua a mostrar uma grande eficácia ideológica e que, apesar de hoje ser menos básico ou primário do que durante o salazarismo, a interpretação da história oficial ou oficiosa do expansionismo europeu continua a mostrar-se incontestável. Ora, como escreve Noam Chomsky, *a conquista continua:* «A 11 de Outubro de 1992 encerra-se o quingentésimo ano da Antiga Ordem Mundial, por vezes denominada época colombiana da história mundial ou época de Vasco da Gama, conforme os aventureiros ansiosos de pilhagens que lá chegaram primeiro. Ou ainda “Reich dos 500 anos”, segundo o título de um volume comemorativo que compara os métodos e a ideologia dos nazis com os dos invasores europeus que submeteram a maior parte do mundo. A questão principal desta Antiga Ordem Mundial era uma confrontação entre os conquistadores e os conquistados à escala mundial. Adoptou várias formas e foram-lhe dados diferentes nomes: imperialismo, neocolonialismo, conflito Norte-Sul, o núcleo contra a periferia, G-7 […] e os seus satélites contra o resto. Ou, mais simplesmente, conquista do mundo pela Europa.» (Noam Chomsky, *Ano 501,* 1992.)

É esta conquista do mundo pela Europa e aquilo que dela resultou como sistema de exploração e colonização mental que iniciativas empresariais e estatais como a Expo 98 ou anteriormente a Expo 92 em Sevilha pretendem absolutamente cobrir, continuando a pôr-lhe por cima grandes camadas de verniz civilizador. No respeitante à história colonial, podemos ver nestas iniciativas ibéricas, para além do papel directamente económico e propagandístico que desempenham, verda-

deiras máquinas de guerra ideológica assestadas contra uma visão crítica da história europeia e colonial. Percebe-se, de resto, que estas iniciativas comemorativistas não são meramente nacionais, decorrendo duma organização internacional mais ampla em que Portugal e a Espanha se encontram integrados. E, sobretudo, deveremos ter presente que o mundo criado em finais do século XV pela imparável ambição europeia, é este que vemos prolongado na decomposição actual alastrada ao mundo inteiro; na economia e no progresso sinónimos de desastre.

◆

Recorrendo a algumas passagens do atrás citado livro de Chomsky, escrito para combater a euforia imperial da «descoberta da América», registo aqui alguns tópicos úteis. O insuspeito economista Adam Smith, pela simples razão de escrever num século em que os factos ainda não tinham sido submetidos à presente *transfiguração* ideológica, não deixa de registar, em 1776, depois de dizer que «o descobrimento da América e a passagem para as Índias através do Cabo das Boa Esperança são os dois mais notáveis e importantes acontecimentos da história da humanidade», que «a brutal injustiça dos europeus fez que um acontecimento que deveria ter sido benéfico para todos se mostrou ruinoso e destruidor para vários destes desgraçados países», ([1]) assinalando com grande clarividência que o êxito europeu das conquistas ultramarinas constituía um louvor do domínio que os europeus exerciam nos meios materiais de que se dotavam (tais como as armas) e da sua imersão numa cultura da violência.

E de facto, do ponto de vista europeu, as conquistas mundiais foram realizadas com relativamente pouca gente. Aquilo que o pode explicar é o facto de na Europa a guerra se ter tornado uma verdadeira ciência; era esta a superioridade europeia, resultante dum crescente poder estatal. Hernán Cortés conquistou o México com uns quinhentos espanhóis; Pizarro derrocou o império inca com menos de duzentos; o império português na sua totalidade, desde o Japão até ao Sul de África, era administrado e defendido por menos de dez mil europeus; e quantos portugueses terão bastado para dizimarem em poucos anos as populações nativas da orla costeira do Brasil? Os europeus lutavam para matar e possuíam os meios capazes de satisfazer a sua sede de sangue. Nas colónias americanas, os nativos ficavam atónitos perante a brutalidade de portugueses, espanhóis ou britânicos. Esta sanha destruidora é o que caracteriza a civilização europeia, foi dela que resultou a conquista do mundo, foi ela que introduziu uma substancial alteração nos contextos culturais ao invadir e ocupar militarmente vastas regiões do globo.

De início, os europeus terão feito as suas viagens ditas de descobrimento com vista a comerciar, mas uma vez chegados ao destino que a ambição económica e religiosa neles determinava, ficavam para a conquista. Numa síntese admirável, um conquistador holandês das Índias Orientais escrevia em 1614: «O comércio não se pode manter sem a guerra, nem a guerra se pode manter sem o comércio.» O eco que estas palavras têm nos nossos dias talvez nos ajude a perceber melhor a relação existente entre as conquistas coloniais e o mundo de hoje como prolongamento delas.

O domínio europeu do mundo baseou-se de forma determinante no emprego permanente da força. Como escreve o historiador inglês Geoffrey Parker, «Foi graças à sua superioridade militar, mais do que a qualquer vantagem social, moral ou natural, que os povos brancos conseguiram criar e controlar […] a primeira hegemonia mundial da História.» ([2])

Um outro historiador, James Tracy, especialista dos impérios mercantis, faz a seguinte observação: «Os historiadores do século XX são concordantes quanto ao facto de em geral terem sido os europeus que irromperam violentamente nos sistemas comerciais asiáticos, os quais, antes da sua chegada, haviam sido relativamente pacíficos». ([3]) Os europeus levaram o comércio estatal a uma região de mercados relativamente livres, aberta a todos os que chegavam em paz e em conformidade com princípios conhecidos e aceites. A irrupção violenta dos europeus neste mundo asiático levou com eles, segundo Tracey, «uma combinação, característica ou mesmo exclusivamente europeia, de poder estatal e interesse comercial, quer no sentido de um sector do Estado que realiza a actividade comercial ou de uma companhia comercial que se comporta como um Estado». ([4]) A principal característica que diferencia as empresas europeias das redes comerciais indígenas em várias partes do globo, baseia-se no facto de os europeus organizarem as suas principais entidades comerciais como uma extensão do Estado ou como empresas autónomas de comércio dotadas de muitas das características de um Estado, contando com o apoio do poder centralizado do país de origem.

Portugal preparou o caminho impondo um tributo ao comércio asiático, criando, segundo M.N. Pearson, «pela primeira vez uma ameaça de violência à navegação asiática» e vendendo depois a sua protecção à ameaça que representava. «Em termos modernos», escreve este historiador, «isto era exactamente uma organização criminosa de protecção», ([5]) ou seja, uma máfia. Na sequência dos portugueses, os seus adversários mais poderosos levaram mais adiante o emprego eficaz da violência, com mais sofisticadas medidas de gestão e controle. As companhias inglesas e holandesas «empregavam a força de maneira muito mais selectiva e racional» do que os seus predecessores portugueses, empregando-a sempre com objectivos comerciais, vendo sempre na extremidade da operação militar o balancete contabilístico. Por outro lado, as forças de que dispunham e a sua base nacional eram bastante superiores.

Seja como for, o papel dominante do poder e da violência estatais é uma característica notável da contribuição *essencial,* como escreve Adam Smith, das colónias para a economia da Europa e para o seu desenvolvimento interno.

◆

São estas características da eficácia destruidora europeia que Jack D. Forbes, poeta e ensaísta norte-americano de origem índia e professor de Estudos Nativos Americanos na Universidade da Califórnia, aborda no seu livro *Colombo e Outros Canibais,* editado em Nova Iorque em 1992. Forbes não se limita a constatar a amplitude da destruição ocasionada nas Américas, tenta compreender os sentimentos que levavam os europeus a destruir os povos com que deparavam. Na concepção de Forbes, os indivíduos propulsionados por uma tão grande concentração de ódio são geralmente pessoas doentes. Trata-se de uma patologia por assim dizer moral, a que ele chama *uética,* palavra duma língua nativa da América do Norte, e que significa canibal não apenas no sentido de antropofagia mas também na acepção mais ampla de exploração do trabalho e da vida de outrem. Segundo Forbes, foi esta concepção canibal que os europeus introduziram no mundo ao disseminarem o capitalismo como única relação social possível, tornando-o dominante em todos os actos da existência.

Na Expo 98, a doença uética é aquilo que lá há-de estar mais presente. O *simbolismo* do emprego de trabalhadores «ilegais» de origem africana nem sequer é simbolismo; é uma li-

gação efectiva com o passado colonial e com a escravatura. Mão-de-obra barata no passado, mão-de-obra barata no presente. Tudo ali é feito sob o signo da celeridade, das prosaicas ambições pessoais, dos chorudos negócios que constituem os empregos dos gestores, assessores e companhia, das mortes nas obras que segundo directivas mais recentes já não podem ser transmitidas pelos meios de massas, de toda a grotesca artificialidade que rodeia este moderno *panem et circenses*, do facto de a Expo 98 ser antes de tudo uma vasta empresa com vista a uma necessária maximização de lucros e a uma manipulação não menos necessária das ideias.

Em Sevilha, em 92, houve contestação, por vezes dura, que obrigou a várias intervenções policiais. Os da Expo 98 aprenderam com isso e o programa deles é menos manifestamente um hino à aventura colonial. Mas, sobretudo, contam aqui com a aprovação da passividade. No contexto português, onde tanto tem medrado o complexo dos atrasadinhos da Europa, estas obras faraónicas fazem brilhar de orgulho muitos olhos, julgando assim confirmar-se que estão a entrar com o pé direito na modernidade do betão e do espectáculo. Entram nela, sem dúvida, e com ambos os pés; mas sem quererem entender, estes olhos, a que ponto a dita modernidade está contaminada por dentro e constitui já, ela mesma, o processo de decomposição de um mundo onde cada qual se reduz cada vez mais declaradamente à simples expressão de mercadoria *elástica*.

[1] Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, 1776.

[2] Geoffrey Parker, in James Tracy (ed.), *Merchant Empires.*

[3] James Tracy , in *Merchant Empires.*

[4] *Idem, ibidem.*

[5] M.N. Pearson, in Tracy, *ibidem.*

O Dr. Eng. Mula de Mello chegando à inauguração oficial da *Explo 98*

Um Grande Empreendimento

Luís Chambel / *A Fysga*

É a última exposição mundial do século, ouvimo-lo dizer todos os dias, num oportuno esquecimento de que o século começa em 2001 e que antes, haverá a exposição de Hannover no ano 2000. Mas isso que interessa? A ideia de que é "a última do século" vende bem e isso é que importa, num grande empreendimento. E além disso, esclareçamo-lo, não temos nada contra ela, esta exposição tão grandiosa.

1

Como poderia alguém pensar que nos move alguma coisa contra a EXPO´98?

Encostados ao vastíssimo estuário do Tejo, os cinco magníficos pavilhões temáticos — o Pavilhão do Conhecimento dos Mares, o Pavilhão do Futuro, o Pavilhão dos Oceanos, o Pavilhão de Portugal e o Pavilhão da Utopia – ganham forma cada vez mais definitiva e ostentam ali grandiosamente, ou virão a ostentar, o matrimónio entre a vanguarda, a tecnologia de ponta, o ainda desconhecido, e um passado glorioso de arrojo do ser humano, de desbravamento, de audácia sem fim, que nos trouxe até aqui. É certo que na geografia da Expo alguns pavilhões há cujos nomes não sugerem assim esta atmosfera sonhadora e ostentam designações bem mais prosaicas, embora igualmente expressivas e reveladoras, tais como Pavilhão Portugal Telecom, Praça Sony, Pavilhão da Swatch ou Pavilhão da Unicer.

Obras de conceituadíssimos arquitectos, cobrir-nos-íamos certamente de ridículo se ousássemos pôr-lhes em dúvida o engenho das formas e materiais, o recriamento de espaços e volumes, criações que, como certas catedrais, ficarão certamente para a posteridade.

E como poderíamos, também, questionar as iniciativas de cultura ligadas à EXPO, abrangendo um largo espectro de artes e de saberes, com a realização de dezenas de concertos de música clássica, mas também de jazz e música popular, os espectáculos de dança, as mostras de cinema, teatro e fotografia, e muitas, muitas outras iniciativas — algumas até para a área infanto-juvenil —, trazendo até nós a arte e a cultura de numerosos povos, num grande abraço por sobre os oceanos?

Como poderíamos pôr em dúvida as virtudes de tão esplendoroso empreendimento?

Mas cépticos como o Tomé da lenda cristã, que precisava de escarafunchar bem na ferida, aqui estamos nós, raivosos, insatisfeitos como sempre, inconsistentes, a fazer as per-

guntas do costume, aquelas que já não se esperaria após ter sido decretado o fim da História. Aquelas que só a demência justifica, pois não há lugar a dissidência no Ocidente, fora do quadro da patologia mental, como antes sucedia além da Cortina de Ferro. Que o digam todos os artistas que se vêm sentindo frustrados e excluídos por não terem sido, eles também, integrados no quadro oficial das comemorações culturais desta exposição — universal —, como se não houvesse vida fora do patrocínio do Estado… Que tivessem pois, em vez das lamentações, seguido o exemplo daqueles que orientaram as suas produções culturais (na música, no teatro, fosse no que fosse) para o quadro do consumo previsível na EXPO´98, ganhando assim um lugar na corte oficial da Cultura e, não menos importante, arrecadando os apoios monetários a isso destinados — e longe de nós insinuar que se tivessem simplesmente vendido; por certo comungariam profundamente dos objectivos e da filosofia desta exposição universal.

2

E repare-se bem que repetimos universal, para que não se pense tratar-se apenas da reedição de uma Exposição do Mundo Português, como a que o Estado Novo promoveu, não! Esta conta com a presença de mais de cento e trinta países, vindos de todos os cantos do globo, se é que aceitam a nossa paradoxal expressão.

E é verdade que não se tem abordado insistentemente, como foi apanágio e referência essencial dessa grande exposição colonial, o papel civilizador dos portugueses, mas também, caso tal fosse feito, corria-se o perigo de ficar o largo às moscas…

Mas, coincidência ou não, certamente coincidência, Espanha teve a sua Expo, em Sevilha, mais ou menos nos 500 anos da chegada de Colombo à América e Portugal tem a sua Expo nos 500 anos da chegada do Gama à Índia. Coincidências só possíveis a partir dum etnocentrismo que entende a civilização branca como condutora do mundo e que, por isso, aprova tão sabiamente estes calendários de exposição. Ainda assim, é certo que nas publicações oficiais da Expo, ao referir-se o Pavilhão de Portugal — cujo traço arquitectónico é da autoria do prestigiado Siza Vieira —, se declara a ideia de realçar «o notável contributo de Portugal, ao longo dos séculos, para a exploração e descoberta das rotas oceânicas que permitiram ligar povos, nações e culturas». E logo: «Numa fascinante retrospectiva, são sublinhadas as etapas capitais de um legado de dimensão planetária, no qual avultam feitos e protagonistas com lugar de destaque na História da Humanidade».

Mas, por muito que nos esforcemos, não nos conseguimos lembrar dos nomes dos brilhantes geógrafos, dos linguístas, dos biólogos, dos sociólogos, que deram corpo a esse encontro de culturas tão celebrado. Alguns dos poucos que nos foi dado conhecer, como Garcia de Orta — que dá, é verdade, o nome a uns jardins na EXPO —, viram até os seus ossos queimados pela Inquisição, que levou até à Índia, com larga cópia de autos-de fé — isto é, assassínios —, o seu papel civilizador; outros, como Damião de Góis, tiveram que se lhe opor, a essa mesma Inquisição, numa perspectiva humanista e essa, sim, digna de realce, mas aqueles que hoje se celebram com destaque — os que dão o nome às grandes pontes contíguas à EXPO — chamam-se Vasco da Gama, e os que dão o nome à grande torre que domina a exposição e onde funcionará um excitante restaurante panorâmico, voltam a chamar-se Vasco da Gama, e não queremos acreditar tratar-se de um caso de mera falta de imaginação, parecendo mais o recitar de uma lição referente ao já falado en-

contro de culturas que nos parece demasiado cruel para sequer ser citado como tal, tendo-se concretizado com largo uso do tráfico e do trabalho escravo, do saque, do massacre sangrento e da destruição massiva de culturas. Desse contributo de Portugal para o mundo, resultam mesmo algumas estatísticas mal conhecidas. Como a dos seis milhões de índios à chegada dos portugueses ao Brasil, hoje reduzidos a 260 mil pessoas. Como a da saída de Angola, nos primeiros 300 anos de colonização, de 4,5 milhões de escravos para o Brasil e América do Norte. Como a de 100 milhões de pessoas tornadas escravas e afastadas para sempre do continente africano, ou ainda como a de cerca de 800 pessoas mutiladas com corte de mãos, narizes e orelhas às ordens do precisamente glorificado Vasco da Gama. Da responsabilidade de Portugal e das outras nações ocidentais é ainda a destruição da agricultura de subsistência, responsável pelas actuais grandes fomes em África, e o endividamento resultante da imposição de um modelo económico alheio e apresador.

Mas apesar de tudo, não vamos nós agora adjectivar aqueles que participam com o seu espírito e o seu engenho numa tão grande manifestação tecnológica e cultural como esta. Robert Oppenheimer não deixou de ser um grande físico da teoria quântica por ter sido arregimentado, em 1943, pelos militares norte-americanos para, em Los Alamos, dar vida à bomba atómica que havia de matar centenas de milhares de pessoas em Hiroxima e Nagasaki. Mas era uma boa causa, disse então, em uníssono, a propaganda ocidental. E nessa altura, ainda se permitia a um homem, como Oppenheimer, arrepender-se amargamente da sua participação. Hoje já não há lugar ao arrependimento. Porque tudo está legitimado.

3

George Orwell, no seu “1984”, antecipou estes tempos de hoje.

Precisamos de reaprender a ler. Às vezes, só conseguimos ler como um arqueólogo, reunindo cacos perdidos, bocadinhos, ou como um astrónomo interpretando sinais dispersos que escapem do ruído de fundo ensurdecedor da propaganda.

Os principais jornais dedicam páginas, todos os dias e desde há meses à EXPO´98. É uma devoção inesperada à cultura? O mundo, afinal, não está assim tão mau, ou há que procurar as razões mais abaixo, escondidas nas profundidades de um acontecimento como este, em que todas as coincidências poderiam acontecer por acaso, não fosse dar-se o caso de serem coincidências de mais? E é que, também, apesar de tudo, nos espanta tamanha unanimi-

dade. Talvez que, simplesmente, nas páginas dedicadas à EXPO só possam figurar os anúncios relativos a questões do programa, à divulgação das iniciativas, às entrevistas com os responsáveis e tudo o mais, fique, digamos, tecnicamente, sem possibilidade de publicação…

Lemos ou ouvimos dizer que os mortos na EXPO não existem. Só acidentados, que morrem sempre mais tarde noutro sítio.

Lemos ou ouvimos dizer que, na margem esquerda do Tejo, agora ligada pela ponte Vasco da Gama, tinha sido liberalizada a construção urbanística, fonte de uma desenfreada corrida à especulação imobiliária e golpe final nos paúis do Samouco, que os ecologistas procuraram defender quando se delineou o traçado da ponte. Tudo tão estranho, quando a EXPO, acarinhada pelo Governo (este e o outro) está tão perto e se declara tão atenta às questões da água e da vida…

E já que falamos em água, lemos ou ouvimos dizer que não haverá sardinhas na EXPO. Podíamos pensar tratar-se de uma perspectiva civilizadora, iluminada, de respeito pela vida natural. Enfim, atitude lógica de uma exposição que declara o respeito pela fauna e pela flora. Mas tivemos que duvidar, ao saber que no famoso oceanário, excelentemente decorado por especialistas com toda a espécie de materiais sintéticos pintados, como plástico e betão, para iludir os nossos olhos e assemelhar a vegetação marítima, foram descarregados vinte mil animais de centenas de espécies retirados ao seu habitat natural, numa demonstração brutal de poderio da espécie humana idêntica à dos grandes caçadores de feras que se glorificava nos filmes de Holywood há umas décadas atrás. Sendo, assim, uma exposição tecnológica, de vanguarda, pasmamo-nos que reflicta sobre as questões biológicas um obscurantismo mais próprio da primeira metade do século XX, quando nos encontramos à porta de um celebrado novo século que esta exposição diz também querer anunciar. E, cruelmente dando razão às nossas dúvidas, os primeiros animais já começaram a morrer, como três tubarões no período de quarentena.

Mas que não tivéssemos de nos preocupar, porque o oceanário é um empreendimento chave na mão e, por isso, as empresas responsáveis se encarregariam, sem despesas para a EXPO, de capturar outros três animais para voltar a colocar no lugar dos anteriores.

Que se trata de uma questão ideológica, ao contrário da neutralidade que a EXPO pretende exibir, demonstra-o o facto de no mesmo recinto, com o recurso às novas tecnologias, ser possível, com vantagem pedagógica e ecológica inquestionáveis, mostrar-se aos visitantes todas e mais algumas das maravilhas vivas do mundo. Pois se é possível caçar, também é possível desenhar, animar, filmar, gravar e difundir tudo isso junto dos apaixonados do saber.

4

Mas as sardinhas assadas, tão comuns nos festejos populares portugueses, que razões haveria, então para as afastar, a não ser o *diktat* de alguma das multinacionais do *fast food* com nome terminado em *nalds* ou *ola* ou qualquer outra coisa assim? Certamente, neste caso também não teremos razão e estaríamos a dar ouvidos a boatos, pois é certo encontrarem-se no recinto da feira, perdão, da exposição, não apenas as especialidades culinárias da Iglo, especialista dos produtos congelados, como também, entre um ou outro dos 80 restaurantes que entretanto serão abertos na EXPO, a oferta de peixe fresco, para além de outras especialidades portuguesas.

A ser, assim, verdade, mas não… a história da sardinha, isso não deveria senão resultar de uma necessidade de pôr as coisas nos seus de-

vidos lugares — uma questão, talvez, de higiene —, pois bem se sabe que os negócios das pizzas, esparguetes, hamburguers, gelados, queijadas, grelhados, frango, batatas fritas, bifanas, panados, cachorros, bolinhos de bacalhau, presunto, tacos, crepes, bifes, mariscos, salsichas, peixe fumado, queijo e até ovas da mesma sardinha, entre outras iguarias — são, evidentemente bem mais limpos, mesmo que o não fossem de um ponto de vista dietético, mas talvez isto seja também discutível. Acima de tudo, num assunto de tamanha envergadura, há que respeitar o objectivo principal de todas estas empresas que negoceiam neste tão sensível sector da restauração, o bem alimentar dos visitantes.

Lemos ou ouvimos dizer que as populações de Moscavide se indignaram por terem ficado, de repente, sem ligação ferroviária, por causa do encerramento do apeadeiro em que tomavam o comboio. Quase não acreditamos. Então a ideia não era reabilitar a zona ribeirinha a nordeste da capital? Promover a habitabilidade, os transportes, a qualidade de vida, em benefício da população? Talvez da população vindoura, não da residente, ainda hesitamos antes de compreender a coragem que foi precisa para pôr um fim à paragem dos comboios em benefício da celeridade das obras.

5

Lemos ou ouvimos dizer coisas de mais. bocadinhos apanhados aqui e ali, num puzzle que, afinal
começa a fazer sentido. O interesse pela EXPO, pela cultura, das grandes petrolíferas, não parece estranho, assim ao princípio? Até porque, todas elas deveriam estar zangadíssimas por terem sido obrigadas a abandonar o local para aí se criar o frondoso jardim que se antevê, com as espaçosas e cómodas casas de uma nova zona chique da capital. E para onde foram, agora, essas instalações das companhias petrolíferas, que ninguém nos diz nada? E que obrigações têm agora que cumprir para não rebentarem aí também o ambiente como fizerem em Cabo Ruivo e Moscavide? E que razões têm elas para patrocinarem, como tantas outras empresas,

como tantas poderosíssimas multinacionais, a EXPO´98? Perguntas, perguntas vãs, certamente. Vale bem mais a palavra de qualquer comissário, sub ou principal, do que a nossa, pouco informada, sem números, descabida…

E, além disso, como pode contestar-se uma iniciativa que une e mobiliza na mesma colossal grande cruzada, vontades e ideias tão diversas como Maria João Pires, o Partido Socialista, a Coca Cola, a Siemens e a Império, a Efacec, a Igreja Católica, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, o Diário de Notícias, a Iglo e a Matutano, a Galp, o PP e o PSD, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Teatro da Cornucópia e Luís Miguel Cintra, a Rank Xerox, a Cabos Electro 98, a Sanitana, a Tecniquitel, a Inapa, a Sumolis e a Kodak, o Teatro Nacional D. Maria II e Jorge Silva Melo, o PCP, a Compaq e a Steelcase, a Delta, a Sogrape, Diogo Infante, Cutty Sark, Ricardo Pais, Bacardi Martini, Teresa Roby, Ariston, Nuno Carinhas, Unicer, Portugal Telecom, Caixa Geral de Depósitos, Vitorino e Janita Salomé, BP e Rover, Pedro Abrunhosa, Microsoft e Alcatel, o Teatro da Garagem, a Sony, a Swatch e os CTT, Fernando Pinto do Amaral, a Shell, a TAP, a Thyssen, o Bando e tantos outros nomes tão presentes na nossa vidinha quotidiana ou nos nossos devaneios à *soirée*…

Mas, apesar de assim esmagados na nossa insignificância, ainda lemos ou ouvimos dizer, sem indiferença, que agora, quando se aproxima já a finalização dos trabalhos de construção civil da EXPO, a 11 de Abril mais precisamente, o Governo aprovará, em Conselho de Ministros, uma nova lei restritiva, anti-imigração. Isso já o adivinháramos, já contávamos que viesse a acontecer, mas surpreendeu-nos a rapidez fulminante com que se procedeu. Sim, porque, em mais uma daquelas obras de ligação de Portugal a África, não foram poucos os trabalhadores africanos contratados por tuta e meia para os pesados trabalhos da EXPO, não pelo Estado, certamente, mas por aqueles a quem o Estado delegou a contratação. Agora, dispensados pelos empreendedores “arquitectos da utopia e do futuro”, não lhes resta mais, a estes novos escravos do trabalho assalariado, desapossados de tudo pela economia, a tal que, supostamente não teria ideologia, não lhes resta mais, dizíamos, do que serem vilipendiados, perseguidos, encurralados. Os batalhões de polícia que hão-de proteger a EXPLO talvez não consintam a exposição da dissidência, da pauperização, do abandono, que possam ostentar na sua fachada cor-de-rosa os sonhadores de outra utopia, os trabalhadores e desempregados, os imigrados, os jovens estudantes. Esperamos bem que não, agora que Torres Campos já reuniu com os responsáveis da CGTP e da UGT para os sensibilizar da necessidade de uma união nacional neste tempo que corre. Porque toda a dissidência seria uma afronta e isso seria prejudicial. Porque, de facto, a EXPLO, sobretudo, é NEGÓCIO!

É preciso vender. É preciso vender. É preciso vender. E cada qual deve fazer o seu papel. Há quem venda casas, quem venda carros, seguros, telemóveis, viagens, bebidas, livros, concertos, ideias, sensações, espectáculo. São precisos os restaurantes panorâmicos, os pavilhões de congressos, os super-aquários, são precisos se se puderem vender. Se restasse ainda um pouco de humanidade, talvez também se pudesse deixar algum vão mais sombrio para um sem-abrigo dormir ou um toxicómano se injectar com mais alguma intimidade. Ah sim, mas tudo isso daria mau aspecto, e a EXPLO, sobretudo, é NEGÓCIO!

[1] Informação posterior de um funcionáro da Expo viria a esclarecer terem morrido bem mais de três animais.
[2] Este texto foi escrito para ser lido num debate sobre a Expo realizado no dia 27 de Março de 98.

A Ratoeira das Instalações

É interessante pensar no fenómeno artístico, obrigatoriamente actual, que é a *Instalação.* Não tenho nada contra o conceito, quem me dera ter oportunidade de pôr algumas em prática. Queria apenas pôr em causa o seguinte: porque é que, das que vi expostas, não tenho prazer, muito menos um orgasmo intelectual, em vivê-las? Julgo que não é o conceito que está errado mas o que dele se tem feito. Não contesto que o seu aparecimento foi mais uma revolução importante na arte de Novecentos. E que os seus precursores, desde Duchamp aos dadaístas, tiveram um extraordinário interesse e continuam a ser uma *fonte* de inspiração. Os actuais supostos inovadores vivem na sombra desse brilho inicial.

O que se encontra nestes acontecimentos culturais é uma espécie de tendência bem enquistada que ameaça tornar-se absoluta. A sua suposta superioridade e inacessibilidade ao comum mortal surge num mundo dessacralizado em que a arte funciona com uma religiosidade residual.

As instalações surgem assim como uma espécie de totalitarismo estético. Quem, como eu, pense que as instalações, na sua esmagadora maioria, são uma merdeca, bem pode arrumar os seus chinelinhos de artista.

O artista é um demiurgo. O crítico vem atrás, descodificando com uma vontade de encobrir ainda maior. Porque o crítico é o Sacerdote, sem se ler a recensão não se compreende a *instalação*. Os textos sobre arte (há excelentes excepções, claro) são um bocadinho mórbidos. A Crítica é o sacerdote que em latim dita a missa para os incultos.

O discurso intrínseco às instalações é o de uma arrogância e de um desdém paternalista em relação a toda a arte que não siga o cânone da pobreza, da não-expressão, da não-comunicação. Aqueles que não aceitam o papel desta nova escolástica são os que, coitados, ainda pintam ou esculpem. Enfim, os não sofisticados e actuais artistas.

Quando observamos uma obra, altamente conceptualizada, despojada e monótona, já sabemos de antemão o que fica bem comentar: *que os sacos de plástico espalhados pelo chão são uma manifestação do artista contra o consumismo, que esses mesmos sacos significam o esgotamento de uma sociedade, que os plásticos são a subversão dos valores na arte, que apelam para a não comunicação, por estarem vazios, que é importante a descontextualização do lixo como valor estético, e blá, blá, blá…*

Como se sabe, o riso *até é* uma coisa inteligente. Mas as *instalações*, como são solenes e uma grande chatice, só provocam o riso pelo absurdo e pelo enfado. Aliás são sempre um absurdo que nem faz pensar muito, são de uma pobreza que vive do espírito morto das vanguardas. Além disso, alguém que se tenha em estima de inteligente não pode votar ao descrédito estas manifestações, porque isso é crime de lesa-arte.

Criticar um monte de sacos de plástico é estar fora da cena artística, é estar fora da

regra. O que implica excomunhão imediata. Pior do que isso, o espírito das instalações impele quem não delas goste para um papel de conservador, de retrógrado e passadista. O medo de se ser com estes adjectivos conotado faz com que o espectador (principalmente se com pretensões artísticas, e conhecedor da história da arte) seja obrigado a achá-las *muito interessantes.*

Este é o vício da arte do fim de século, devemos todos estar com medinho do fim do mundo, é o vício das vanguardas chocas. Quem gritar, em silêncio como as *instalações* gritam, *Morte ao Dantas!*, ganha de antemão a partida. Mas o coitado do Dantas está já bem enterrado!

As *instalações* são uma cilada à reflexão porque: 1º – se o conteúdo é inexistente é porque o artista é inteligente; 2º – quem não compreende, quem não acha muito interessante, é porque não está na via sacra e certa da arte; 3º – quem ri a bom rir é burro, a paródia é banida pelo aborrecimento e pelas profundezas da arte; 4º – recusar as *instalações* é próprio dos conservadores, que já estão ultrapassados pelo devir da arte.

Mas eu julgo que: 1º a arte não está esgotada; 2º as *instalações* são coisas que só estão desaproveitadas nas suas inesgotáveis potencialidades; 3º as *instalações* não podem ter a presunção de que as outras manifestações artísticas estão em extinção.

Por isso, propõe-se: 1º – campos de trabalho para os artistas, acompanhamento psiquiátrico e, nos casos mais renitentes, uma banhoca de electrochoques; 2º – avacalhamento de toda e qualquer *instalação* e humilhação pública do autor; 3º – proibição de todo e qualquer contacto sexual com ungulados domésticos; 4º – reeducação pelo método do salto-em-comprimento-e-atchim.

Rafael Dionísio

A Fala do Louco
em
Delirose
Descontaminante

•

Do encontro da
imaginação com a
realidade nasceu
este livr'olhar surreal
sobre aspectos
do real quotidiano.
Um livro
para
Rir e Reflectir!
Um livro
para inconformistas
e teimosos que não se
rendem à padronização
das mentes.
Um livro
para todos
os gostos e desgostos!
Um livro em que a
plasticidade mental não
dá tréguas à esclerose
do pensamento.
Um Livro
para
Amar ou Odiar!

•

Eu, Ator e Anarquista

Através do teatro libertário, cheguei ao anarquismo. Ao tanger, compreender e sentir a mais elevada concepção de vida social e humana que as utopias projetaram, compreendi e senti quão nobre, generosa e emancipada é a missão do ator.

Todas as injustiças, todas as misérias da sociedade em que vivemos com seus privilégios e ambições de poder; as paixões que emergem da imensa gama de contradições que refletem o comportamento e a psicologia humanas, desfilam por muitos textos e toda a complexidade dessa realidade é assumida pelo ator, que através de suas personagens e suas interpretações passa para o público uma mensagem que pode ser transformadora quando desperta uma centelha de revolta, que consola quando transmite um sentimento de solidariedade, de bondade e de esperança, que pode provocar o riso e a alegria, mas que terá sempre uma perspectiva política.

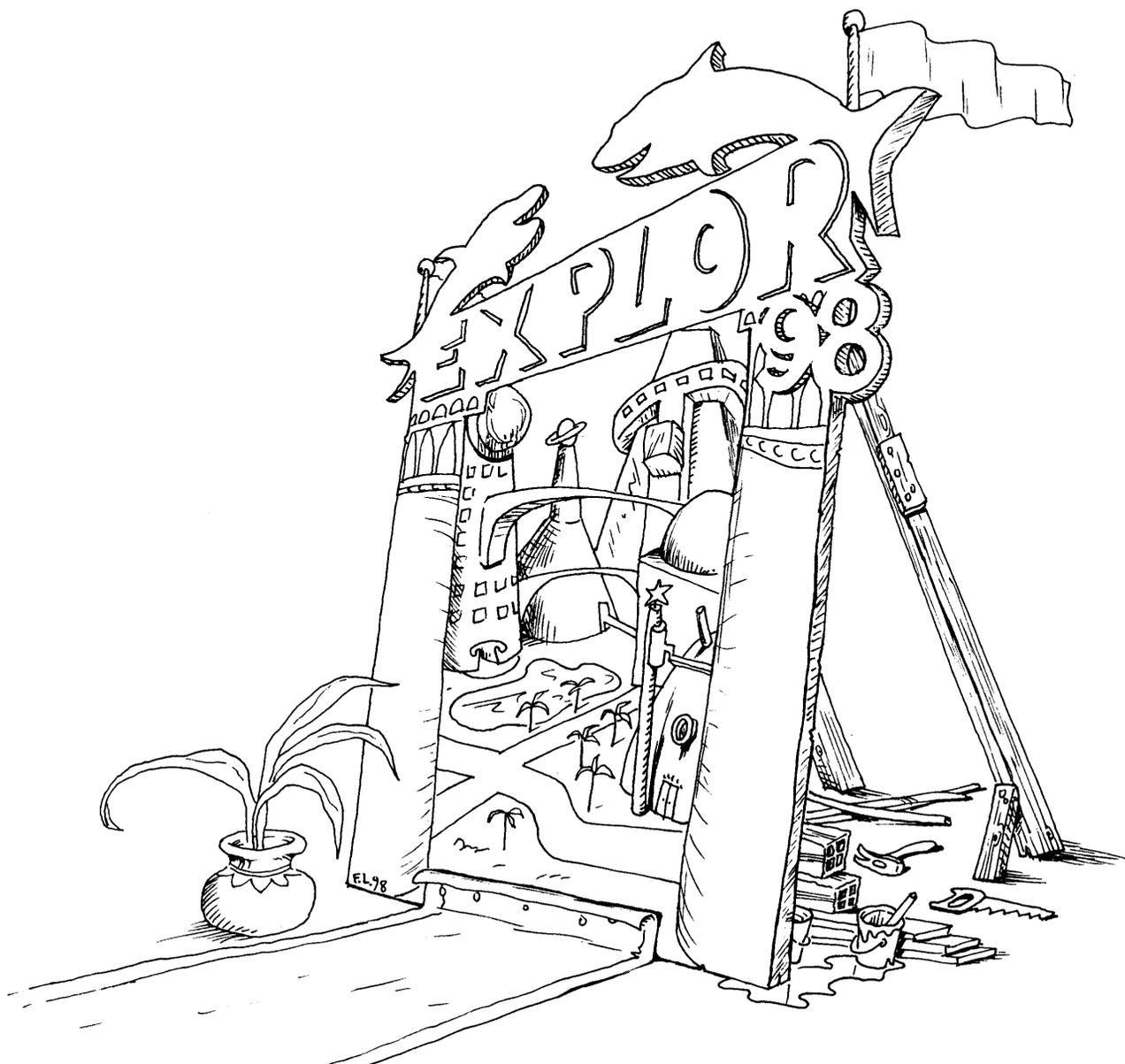
Para mim, o teatro tem uma essência libertária e o ator, mesmo sem uma adesão racional, é em certo sentido anarquista. O ator tem que compreender e sentir a realidade em que vive e será tanto mais livre na medida em que suas decisões forem pessoais. Para isso, ele dependerá de seu desenvolvimento intelectual, político, físico, intelectual, afetivo e volitivo. Sua liberdade é relativa pela convivência e relação com os outros. A liberdade não é fazer tudo o que se quiser, mas querer tudo o que se fizer.

Ao adotar um padrão de valores onde todos os interesses se subordinam a princípios éticos, e a liberdade fundamenta a solidariedade constituindo-se em condição básica para o desenvolvimento do potencial criativo do ser humano — um dos aspectos mais gratificantes da vida — como anarquista sou contra todas as instituições opressoras. O Estado e os organismos que o sustentam com todas as suas imposições: o voto obrigatório, o serviço militar obrigatório e as mil sujeições obrigatórias. Sou contra todas as castrações, limitações e restrições que anulam a personalidade humana. Como anarquista, sou contra os organismos que sustentam e reproduzem um sistema de exploração e opressão do homem: partidos políticos, com toda imbecilidade caricata de seus profissionais; instituições militares, policiais, judiciais, educacionais e religiosas ao serviço de um sistema que corrompe e ofende a dignidade humana.

Como ator, penso num teatro agente transformador e não reprodutor de uma sociedade dirigida contra as mais legítimas aspirações do homem. Penso na mensagem poderosa que o teatro sempre transmitiu; na consciência crítica que o informa, através da História, desde a Grécia até à Modernidade. Ésquilo, Sófocles ou Eurípedes; Shakespeare, Molière ou Ibsen; Tchekhov, Brecht, Lorca ou tantos outros que refletiram os conflitos humanos das épocas, com tragédias, dramas e comédias, mas transmitindo o universal da existência humana. E o ator foi sempre o portador da mensagem,

dando mais significado ao seu texto, quanto maior fosse a consciência de sua realidade e de sua perspectiva futura.

Para mim, ator e anarquista, a maior gratificação, a grande recompensa de cada instante é o júbilo que a busca permanente das positividades humanas proporcionam. A limpidez da alma na busca da superação, transmitindo o otimismo de um peregrino do ideal, de um militante da alegria, contente de viver, de estar no meio da procela, porque ainda há muito amor entre os homens.

Cuberos Neto

30 ANOS: MAIO 68 E A MISTIFICAÇÃO CORRENTE

Se, logo a seguir à derrota do movimento social desencadeado em Maio-Junho de 1968 em França, se deu uma mistificação desenfreada do que acontecera, isso foi revelador do grande pânico que então atingiu as classes dominantes. Com efeito, o que neste Maio libertário se mostrou essencial e determinante e que depois se viu sistematicamente censurado, foi a constituição espontânea de um movimento radical de ocupações da propriedade estatal e privada, inserto num movimento grevista que mobilizou dez milhões de pessoas (metade da população activa) e revelou o papel de cães de guarda do Estado e do capital desempenhado pelos partidos da esquerda reformista e sindicatos seus satélites. Se Maio 68 se tivesse limitado a um movimento de estudantes, a sua importância terá sido, senão nula, pelo menos negligenciável. Maio 68 foi a maior greve geral e selvagem da História. [J.H.]

«Se numa só fábrica, entre 16 e 30 de Maio, uma assembleia geral se tivesse constituído em Conselho detentor de todos os poderes de decisão e execução, expulsando os burocratas, organizando a autodefesa e apelando os grevistas de todas as empresas a estabelecer ligação com ela, este último passo qualitativo teria podido conduzir de imediato o movimento para a luta final de que traçou historicamente todas as directivas. Um grande número de empresas teria seguido a via assim descoberta. Imediatamente, esta fábrica teria podido substituir-se à duvidosa e, de todos os pontos de vista, excêntrica Sorbonne dos primeiros dias, para se tornar o centro efectivo do movimento das ocupações; e teriam aderido a esta base comum verdadeiros delegados dos numerosos conselhos já virtualmente existentes em certos edifícios ocupados, bem como dos outros que podiam impor-se em todos os ramos da indústria. Uma tal assembleia poderia então proclamar a expropriação de todo o capital, incluindo o estatal; anunciar que todos os meios de produção do país eram doravante propriedade colectiva do proletariado, organizado em democracia directa; e desafiar directamente – por exemplo, apoderando-se por fim de alguns dos meios técnicos das telecomunicações – os trabalhadores do mundo inteiro a apoiarem esta revolução.»

Encontro com Luce Fabbri

Continuamos aqui a entrevista a que demos início no número anterior a Luce Fabbri, histórica militante anarquista uruguaia.

Mesmo estando afastada, não foi nos anos 50 que nasceu a FAU (Federação Anarquista Uruguaia?

Sim, eu intervim na fundação da FAU. Parece-me ter sido mais no início dos anos 60. O meu irmão trabalhou muito nisso. Foi um trabalho lindo, gostei muito de como se estruturou. Depois vieram as cisões…

Que cisões foram essas, podes precisar?

Cisões acerca da natureza do regime comunista implantado em Cuba. Como a FAU era anarquista, foi algo de muito doloroso. Por via dessa cisão, fundámos a Aliança Libertária Uruguaia mais ou menos em 1960 ou 1961. Foi quando Castro se declarou marxista-lLeninista.

Mas tinha muita importância o Movimento Operário na FAU?

Sim, tinha. Dávamos muita importância ao movimento sindical, muito mais a este que a outros, o que era uma situação complicada. O meu pai não concordava muito com o ambiente sindical que existia. Ele queria um sindicalismo anarquista. Quando o meu pai aqui chegou, eram em número muito reduzido os que assim pensavam. Mas depois esse número foi aumentando. Desejávamos um sindicalismo único, e fizemos bastante propaganda nesse sentido, porque pensávamos que se houvesse um sindicato por cada tendência ideológica, então ninguém conseguiria defender os interesses dos trabalhadores.

Deu-se então a cisão e tu e alguns companheiros fundaram as revistas *Volontad* e a *Opción Libertaria* não foi?

A *Opción Libertaria* surge depois da ditadura, em 1976. A Argentina com Peron viveu períodos de semi-ditadura. Aliás, a Argentina viveu sempre entre uma ditadura militar e outra. Nós, no Uruguai, pensámos associarnos aos refugiados argentinos. O movimento inseriu alguns refugiados argentinos no movimento anarquista durante a ditadura de 1973. A Argentina teve várias ditaduras militares nesse período. O Uruguai é um país muito original, muito particular, porque permitiu sempre governos ideologicamente distintos. Mas teve sempre uma tradição no que respeita ao pensamento. Admite pensamentos muito variados. A ideia de que cada um pode pensar o que quiser está muito enraizada. Eu, neste aspecto, estou muito optimista quase pareço, neste sentido, nacionalista.

A publicação da *Opción Libertaria* perdura até aos dias de hoje não é verdade?

Sim é verdade. Está mesmo para sair um número que se quiseres podes adquiri-lo.

Colaboram muitos companheiros na realização da revista?

Sim, eu, o Beto (o companheiro da Débora) e começam também a aparecer no local muitos jovens.

Que local é esse?

De manhã, juntamo-nos em assembleia num local a que designamos ESPAÇO A. É um espaço de jovens anarquistas, jovens que frequentam sobretudo o ensino secundário. A pouco e pouco tem surgido um fenómeno interessante, que espero que se repita noutros lados também. O aparecimento de jovens é crescente. Após a ditadura eu ensinei na Universidade.

Agora tens 89 anos, e ensinaste na Universidade até aos 84 anos?

Sim. Após a ditadura, logo no primeiro ano, os jovens mostraram-se muito eufóricos. Depois, a pouco e pouco, veio o desalento, desalento este que foi crescendo no meio universitário. O movimento socialista real foi, em simultâneo, uma surpresa e uma desilusão muito grande para eles. Notou-se um decepção espantosa, que levou a uma desorientação intensa em detrimento da ideia socialista. Apesar de surgirem muitas críticas, a desilusão adveio da verificação da não concretização do socialismo. O nível de ensino degradou-se bastante (antes era muito bom, melhor que o da Argentina). Os nossos jovens, com a ditadura, viveram 12 anos de obscurantismo. Desde 1985 até 1991, cada ano era pior que o outro. Os jovens perguntam-se então: para quê estudar? Vamos viver a nossa vida agora. Os concertos de jovens tinham desaparecido. As associações estudantis universitárias tinham muito pouca gente. O ano passado anunciou-se uma reforma universitária. Os jovens estão apreensivos.

Como não há critérios não-capitalistas, é preciso consultar os professores, sobre a reforma vocacional. Os jovens dos liceus levantaram-se em massa, insurgiram-se, ocuparam edifícios, pintando-os alegremente (azul e outras cores) porque estavam muito degradados. Foi um movimento muito engraçado e espontâneo. E o mais interessante é que eram jovens de 14, 15 anos. É espantoso!

As autoridades aparecem e perguntam com quem podem falar, ou que querem falar com o presidente do grupo ou daquela associação. Eles dizem que são todos iguais naquela comunidade.

É espantoso ver que estes jovens protestaram porque não foram ouvidos na reforma do ensino. Este movimento dá-me muita esperança. A juventude universitária começa a ter outro espírito.

Sabes se alguns deles têm tendências anarquistas?

Embora não saibam muito bem o que é a anarquia, eles dizem-se, contudo, anarquistas.

Que tipo de acontecimentos é que eles promovem?

Fazem algumas publicações, debates,

mesas redondas. Organizaram há pouco tempo um encontro onde se debateram vários problemas e pediram-me que dissesse algo sobre a Ética Anarquista.

Pensas publicar esse livro em breve?

Não sei se vamos conseguir. Já publicamos a *Opción Libertaria*.

Que pensas da crise neoliberal capitalista, a nível mundial? Face ao que foi e é hoje o anarquismo, que pensas sobre o seu papel no futuro?

O anarquismo pode vir a desempenhar um papel muito importante. Não estou muito optimista face ao futuro mas, antes, pessimista. É difícil evitar que aconteça uma crise mundial em grande escala, porque vai ser a crise do capitalismo. Vai ser inevitável essa crise, e chamem-lhe o que quiserem (fim do lucro, incompetência do mercado ou do socialismo). O que é um facto é que se os desempregados não compram, os robôs não compram, e se a tecnologia só serve para embaratecer o custo da mão-de-obra, então, os ricos deixarão de ter mercado (serão muito poucos os que podem comprar os seus produtos). Iremos ter uma sociedade de novos ricos e maquinaria. Veremos cada vez mais os novos ricos fechados em fortalezas, com medo dos outros.

Se sobrevivermos à contaminação dos resíduos atómicos e tantos outros perigos que nos ameaçam, então a nossa única salvação será, como em todas as grandes catástrofes, a solidariedade, porque quando surge uma crise, aparece muita coisa feia e muita coisa boa. Ela será necessária na crise limite que vamos enfrentar. A única réstea solidária estará no socialismo libertário que, no futuro poderá desempenhar um grande papel.

O socialismo autoritário ou democrático fracassou. Veja-se, por exemplo, González em Espanha, Miterrand em França. Quando estes chegam ao poder, o socialismo vira capitalismo. Aqui, os socialistas desviaram-se para convencer os investidores. Aqui têm-se neoliberais.

Começo a pensar que o grande papel do anarquismo está no futuro.

Tendo presente a tua visão actual e olhando todos os teóricos que leste, quais são, segundo a tua opinião, os que têm hoje mais actualidade?

Mira, que foi um escritor anterior à Segunda Guerra Mundial e à bomba atómica. É muito actual e foi contemporâneo de meu pai.

O anarquismo é a única tendência do socialismo que tem sobrevivido. O socialismo tem variado de linguagens, era antes o ideal da massa trabalhadora. Mas esta está a desaparecer. Agora temos homens e mulheres. O sentido de militância tem mudado. Neste momento temos que nos preocupar mais com os desempregados. Os que trabalham estão sendo pressionados, há um posto que querem muito preservar. Não ficaria pessimista para o longo prazo se conseguíssemos passar para o outro lado da crise. Se os nossos autores são convincentes é no ideal, é nos princípios, é nas suas propostas.

Queres acrescentar algo mais?

Os mais convincentes são os que menos têm falado das mudanças repentinas, os que

mais se têm ocupado de coisas práticas. Há um trabalho sobre auto-experimentação de meu pai – que considero muito actual – sobre a Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Há que insistir neste caminho. Há que reforçar o movimento cooperativo. Encará-lo de outra forma enquanto trabalho de equipa. Temos trabalhado nesse sentido. Fundámos mini-cooperativas para habitação e para consumo e estão neste momento a funcionar muito bem. Temos de continuar a trabalhar no aprofundamento destes sistemas sociais, experimentando sistemas paralelos que possam resultar (ou não), mas sempre aprendendo com eles.

Quando e onde nasceste?

Nasci a 25 de Junho de 1908 em Roma.

A tua mãe esteve perto de ti muito tempo, tendo vivido e trabalhado contigo não foi? Até quando?

Até 1972.

E o teu irmão?

Após a Segunda Guerra Mundial, veio para aqui trabalhar comigo. Morreu há 3 anos.

E o teu companheiro?

Morreu em 1970.

Tens mais família?

Sim. Estão na Patagónia. Tenho netos e em breve terei um bisneto. A minha neta mais velha está próxima dos ideais anarquistas, mas é mais pessimista que eu. Tem uma posição derrotista.

Muito obrigado pela entrevista que nos concedeste e espero que façamos um bom trabalho a partir das tuas declarações. Até à vista, Luce Fabbri! Muita saúde e anarquia.

Questões por J.M. Carvalho Ferreira

Notas & Comentários

1
A democracia revelada pelos seus modelos e imitadores

Com as eleições autárquicas de Dezembro de 97, tendo em vista a colocação de representantes políticos nos 305 concelhos e nas 4240 freguesias de Portugal, a classe política provou – pese, agora, o helicóptero estar no *top* de preferências dos políticos, a começar pelo primeiro-ministro – não ter nenhuma vocação para se elevar por cima dos interesses particulares e obter deste modo uma imagem aérea da sociedade.

Falcato

Mais uma vez, a democracia representativa existiu não, do fruto da cultura ou da praxis democrática (que para o homem comum consiste na subordinação ao acto de colocar o papel na urna, de quatro em quatro anos), mas como simples resultado dos interesses particulares de poucos indivíduos e de grupos económicos.

Dois dias antes da eleição, os jornais deram conta da agitação dos bancos para disputarem os negócios que estão ligados às câmaras municipais: mais de 700 milhões de contos[1]. Ao frenesi bancário correspondeu a agitação dos políticos para serem eleitos representantes desses negócios. Correlativo do facto de muitos eleitos do partido U, terem em outras eleições sido eleitos pelo partido Z. Não porque, «é muito difícil gerir uma Câmara quando não se pertence ao partido governamental»[2] mas como consequência do triunfo da estreita ponte universal entre todas as formas de poder, o grande unificador, irreal e trivial do presente império espectacular mercantil e da sua miscelânea religiosa: o dinheiro. Foi o dinheiro que, entre outras *grandes coisas*, permitiu encher salas e pavilhões onde se realizaram as sessões de propaganda dos principais partidos que, para o conseguir, recorreram à esperteza *saloia* do tudo *à borla* e ofereceram comida e bebida em quantidades suficientes para atraírem povo. Foi ainda e só o dinheiro que inequivocamente se exprimiu, em Campo Maior (e este exemplo está longe de ser único), apresentando, na *corrida eleitoral*, um presidente candidato e um candidato a presidente que são simultaneamente os monopolistas da actividade económica desses municípios[3].

Desta forma, a actividade política demonstra ser uma função de mercado onde se determina o valor dos interesses em presença.

Outros factos firmes surgiram, por vezes, da nublada obscuridade, como se viessem do

nada, para desaparecerem a caminho do esquecimento. Assim, as *notícias* mais *incríveis* enviaram a imagem invertida da *corrida*, surgindo e desaparecendo, como fantasmas. Tal aproximação foi possível ser apreciada nos *incidentes* que o senhor presidente da República desvalorizou[4]. Os insultos e acusações ferozes, as batalhas de rua com agressões físicas, a destruição recíproca da propaganda dos partidos em disputa pela gestão e manipulação da realidade[5]. Num intercâmbio verbal entre profissionais de interesses, a acusarem-se entre si de fazerem o que cada um exerce na perfeição dispondo para isso dos seus gigantescos aparatos.

Afinal, esta profissionalização política dos interesses, é uma variada escaramuça entre aparelhos partidários e económicos. Uma luta de todos contra todos. Um confronto onde a vontade de poder de cada indivíduo, de cada facção do Poder, não conhece outro limite do que a vontade de poder do vizinho.

Nada se discutiu, nem nada é neste âmbito para se discutir. Aliás, como costume, aquilo a que chamam de *debate* foi organizado em torno de problemas previamente escolhidos e não de princípios. A *Máquina* (com a televisão à frente do pelotão e processados os eventos que ganharam o estatuto mediático) impõe o ritmo.

Esta realidade é a perversão total e a sua *verdade* permite o nascimento dos *pseudo debates*, em que o facto desaparece na névoa manipulada dos faladores.

Assim, para ilustrar, e destacando só dois dos casos ocorridos na última *corrida*, foi, o primeiro deles, eleito o homem que todo o programa de entretenimento projectou, durante vários meses, em concursos, *talk shows* e *futebóis*: o ex-secretário de estado da cultura Santana Lopes. O actor e o animador por excelência. Ganhou a Câmara da Figueira da Foz porque existe na televisão. A provar que a actividade do homem político consiste em jogar em qualquer campo onde se possa exibir, para poder estar o maior número de vezes presente nos inúmeros psicodramas que enchem todos os anos os écrans da televisão e as páginas dos jornais. E desta forma se organizam as percepções colectivas.

O segundo que destaco, é o caso da televisão SIC que comprou as siglas ao grupo trotskista FER (Frente de Esquerda Revolucionária), para promover o candidato cigano à Câmara de Vila Verde. Este abraço ao povo cigano, demonstrando a paralisação crescente do movimento social à custa da imobilidade desamparada de vários e largos estratos da população, é uma entrega aparente à inquietude. Um momento do falso, servindo o poder ao restabelecer o realismo hierárquico que persiste em desaparecer para logo se refazer e, desta forma, evitar a todo o custo ser substituído pelo realismo rebelde.

Notas:

[1] Semanário Económico de 12 de Dezembro

[2] Declaração de Raul Castro: um monárquico e ex-presidente da Câmara da Batalha, candidato do PS em Leiria e curiosamente director de finanças em Ponta Delgada. Jornal de Leiria de 15 de Novembro de 1997.

[3] Ver jornal Expresso de 25 de Outubro passado:«Guerras do clã Nabeiro abalam autárquicas».

[4] Diário de Noticias de 14 de Dezembro.

[5] Eis alguns exemplos dos *incidentes* ocorridos: a 30/11/97 dois indivíduos foram hospitalizados após envolvimento entre apoiantes do PSD e do PS. A 2/12/97, em Vila Nova de Gaia, a gritaria dos candidatos na televisão ocasionou confrontos na rua. A 3/12/97 o candidato socialista à Câmara de Óbidos definiu as afirmações do presidente, social-democrata, da C. de Caldas da Rainha como «só um imbecil, malcriado, ordinário e rancoroso podia fazer». Em Leirosa, Figueira da Foz, no dia 10/12, houve confrontos físicos entre PS e PSD. Manuel Alegre foi ameaçado com uma navalha, enquanto outro socialista candidato foi internado no Hospital. Tudo isto, na presença da Ministra da Saúde que teve de ser retirada do local pela porta dos fundos. Fonte: *A-infos P. - recortes malditos & comunicações* n°11.

2
O silêncio da abstenção*

Cercado entre a miragem da eficácia na dissolução dos problemas sociais e uma noção de futuro enquanto representação abstracta e geral, como ficção política despersonalizante, o eleitor ao votar, reconhece as leis e o *show* que envolvem todo o espectáculo de «guerra eleitoral», facilitando o prolongamento da hierarquia e do seu avassalador Frankenstein: as mercadorias. Reconhece as leis que admitem o regime do *salariato* e as desigualdades económicas, culturais e sociais e que sancionam as injustiças.

Quem não reconhecer leis, desta forma rejeitando um regime que é imposto e que se quer continuar a impor, recusando o mundo da vida alienada, saberá dar a si próprio a acção que corresponde de forma completa à sua ética. Negar-se a votar, nestas condições, não é um acto de inércia, é um acto de rebeldia!

Na presente sociedade emaranhada de leis obscuras e contraditórias e que por essência são opressivas porque simplesmente as leis são feitas pelos Homens contra outros Homens, o direito é por toda a parte muito pouco conhecido e poucas e raras vezes abandona a abstracção em que o tornaram, para poder ser exercido como força real. E para volver abstracto o direito, é necessário que a mentira política alienante surja, uma vez mais, omnipotente sobre aquilo de que a classe política não é dona.

O direito, resultante dos atributos e da maneira de ser de cada um e de todos os indivíduos, é irrevogável e não se pode alienar ou transmitir a outrem, ele é inerente ao indivíduo e à comunidade humana.

Há milhares de anos, hoje como amanhã, todos os indivíduos têm o direito de viver e serem livres. De possuírem, não um qualquer direito abstracto concedido por favor da lei estabelecida por uma qualquer classe política ou social, por um chefe e, ou, por uma entidade divina mas, pela força real do direito natural de comer, de se vestir, de se abrigar, de se cultivar, de se desenvolver moralmente sem sanção, nem obrigação, enfim, de cada um usufruir de todas as coisas disponíveis. Independentemente de classes, cor, crença…, e sem criar poder sobre os demais.

Se a presente barbárie, que se move lentamente, não devorar todas as condições de existência, é possível na *comunidade livre e universal da espécie humana*, no respeito de cada um e de todos, a lei despótica de um ou da maioria ceder o lugar ao contrato, a todo o momento modificável e revogável e ao qual o indivíduo se associa, momentaneamente cedendo algo, às decisões tomadas de comum acordo porque isso o beneficia.

E retornamos à questão das eleições, isto é, ao espectáculo político eleitoral. É justo que a vontade do grande número se deva impor? É absurdo que esse número tenha alguma relação com a lógica. Muito pelo contrário, quantas vezes os abstencionistas, inconscientes e conscientes, constituem o maior número? Quantas vezes os eleitos são aquilo a que denominam «maioria relativa»? Por outro lado, tenha-se em conta que na comprida e larga História da humanidade, todos os progressos significativos foram alcançados através de luta árdua levada a cabo por minorias ou muitas das vezes por um só indivíduo amante da filosofia e, ou, da ciência.

Decididamente as eleições para representantes políticos e, ou, delegação de poderes nada têm que ver com questões de filosofia ou de ciência. Será que têm alguma relação com questões políticas? Todavia, a maioria, a população real, não só não vive disso como, mostrando-se fatigada, se está a marimbar para a política. E esta recusa da política ameaça suprimi-la e lançar as suas figuras ao desemprego. Para tanto, bastaria que a abstenção não fosse um acto de inércia mas um claro acto de rebeldia. Os governos compreenderão que o abstencionista não é um indiferente. E o abstencionismo activo dificultaria o exercício do governo. Que autoridade teria um governo eleito por poucos eleitores? Que autoridade teria um parlamento com deputados eleitos por claras e evidentes minorias? Que autoridade teria o poder executivo governado em nome de tais parlamentos?

Finalmente, *porque monstruosa aberração, a liberdade natural do indivíduo em regular os seus interesses na coisa pública pode ser confundida com a delegação de poder, a representação política que rouba aos indivíduos a sua soberania para a investir num pequeno grupo de Homens?*

Ora, é justamente em nome da soberania que os indivíduos devem recusar eleger os seus mandantes nas pessoas que se dizem seus representantes e que os governam em nome da classe, qualquer classe, ou do abstracto direito do governado, ou do *interesse nacional* , ou da maioria hipotética mas, sempre, segundo o seu *belo querer e gosto* .

Convém registar que não se pode fazer uso de uma força que se desconhece. Porém, pelo contrário, não há exemplo de que os indivíduos, e particularmente os desapossados, não utilizem uma força revelada para assim exercerem o direito à abstenção. Trata-se, talvez, de um esforço para que isto, como muitas outras coisas, se saiba. Para se demonstrar com este acto de rebeldia que os desapossados, e todos os indivíduos interessados, não são fracos de recursos, que não obedecem, que não suportam a escravidão, que recusam o espectáculo eleitoral da classe política a perpetuar a hierarquia e o modo de produção compulsório e totalitário. Esta *greve do eleitor* , como lhe chamou o escritor francês Octave Mirabeau, é uma greve fácil, porque não sendo o abstencionista castigado, o abstencionista não arrisca nada.

As actividades e as preocupações políticas, correctas ou incorrectas, estão arreigadas, é certo, mas, como todas as preocupações fundamentadas na mentira, podem combater-se com argumentos lógicos e nada resiste à lógica.

* Este texto foi inicialmente escrito para as edições NIHIL OBSTAT, de Coimbra, como prefácio à obra de Octave Mirbeau «A Greve do Eleitor».

3
O deslizar da serpente

A interiorização da ideia acrata pode ser dupla: ela pode ser consequente, se for uma maturação interior dos seus princípios – a negação de todo o tipo de poder – e uma busca da sua realização, o que exige um máximo de engenho social e de imaginação prática e requer que cada um saiba muito bem o que quer (é o oposto à obediência das ideias abstractas da vida e da acção negligenciada pelo pensamento); ou pode ser bastarda, se à sua interiorização corresponder uma pervertida manipulação do seu sentido em prol do marxismo ou doutra ideologia qualquer, encaminhando-a para causas tradicionalmente libertárias, recuperando partes de história acrata para a empregar em estratégias des-

tinadas à conquista e à utilização do poder, estratégias de afirmação política.

Contudo, é suposto acreditar que o comunismo está morto e enterrado e há quem imagine a vitória final do capitalismo neoliberal como inelutável. Demasiado depressa se deu crédito a estas *verdades*.

O defunto marxismo, nos países onde ele foi *pensamento único,* tem dado mostras de alguma boa saúde por via de uma roupagem social-democrata, ressuscitando lenta e prudentemente em cinco de sete países do leste da Europa e com os herdeiros dos carrascos de ontem a suscitar, ainda, a esperança de numerosos descontentes com as «delícias» e as «vantagens» do capitalismo privado.

Os cadavéricos textos do marxismo--leninismo servem, ainda, aqui na Europa ocidental, como algures, de análise e estudo para alguns dos seus filhos perdidos. E se os velhos ortodoxos se arriscam a serem substituídos no interior do seu «glorioso partido comunista» por manhosos aprendizes que vêem na roupa social-democrata o *new look* capaz de reformular o partido, outros, esses marxistas e, ou, ex-leninistas que navegam entre a ambiguidade e o oportunismo, órfãos de regimentos e de «amanhãs que cantavam», reduzidos a si próprios e ainda doecados com as audiências e com *«a acção de massas»*, empreendem análises endurecidas e mórbidas da doutrina marxista e, ou leninista num faz de conta de descoberta daquilo que nunca possuiu: a crítica e a ideia libertária.

Para quem, como eu, viveu o período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 – quando existiam inúmeras organizações marxistas e leninistas e os seus membros de uma intolerância brutal e inteiramente empedernidos com essa verdade desprezavam, entre tantas coisas, toda a participação anarquista na história, adulterando e apagando os factos e obviamente anulando com a chacota e perseguindo, quantas vezes, os poucos anárquicos que se atreviam a intervir nas assembleias, ou, inclusive, em colagem de cartazes, na distribuição de panfletos, na venda de publicações anárquicas – se surpreenderá de ler hoje, em publicações que são o que resta do movimento marxista: entrevistas a milicianas anarquistas que participaram na revolução e guerra de Espanha de 1936-39, a divulgação de ensaios e experiências anarquistas, a biografia de autores e homens de acção libertários, o emprego de termos tradicionalmente libertários. Mais vale tarde que nunca! Acho muito bem, porreiro! Quando essas publicações para além disso, defendem com clareza e frontalidade a sua perspectiva marxista. Certo! Mas, critico o confusionismo de ideias que outras pequenas publicações oriundas dos «salva vidas» do «Titanic» marxista-leninista divulgam. De conteúdo essencialmente, ainda marxista e comunista mas, insinuando-se libertárias e usando o pleonasmo libertário quando acham conveniente, recolhem endereços de grupos e organizações libertárias, talvez, para deste modo alargar o auditório e paralelamente, movem-se em acções políticas conjuntas com organizações partidárias da esquerda marxista eleitoralista. Tudo parecendo encaminhar-se para a revisão da matéria já dada: a afirmação política da doutrina do materialismo histórico e do seu partido.

Revisitemos alguns aspectos fulcrais da velha polémica.

O conflito entre Marx e os anarquistas na Primeira Internacional mostra claramente que Marx não compartilhava, quer na prática orgânica como no programa revolucionário, a negatividade anárquica perante o poder. Marx exigia o controle da organização central sobre as secções. Insistia na unidade programática para reforçar a conveniência na confiança das elites dirigentes. Deste modo, Karl Marx, preferiu destruir a Internacional a permitir que esta se convertesse numa associação de solidariedade diversificada. Rejeitou enfaticamente a tese

acrata de que a abolição do Estado fosse um objectivo importante para o momento.

Para Marx, assim como para o marxismo, a não existência do poder é algo que não existe senão para além da história, enquanto que para os partidários da anarquia a dita situação existe na história, no presente, inerente às possibilidades do presente.

O marxismo é de opinião que o poder económico é a chave da libertação do qual o poder do partido, o poder do governo e o poder de uma dada classe são – ou estão destinados a ser – instrumentos. Os partidários da anarquia são de opinião oposta, de que a abolição do domínio e da tirania depende da sua negação, no pensamento, e, quando seja possível, na acção. E isto, independentemente do estado de consciência de todas as classes sociais. Levada a cabo em toda a etapa, progressivamente, por todo o grupo.

Identicamente, na opinião dos anárquicos, as opções e as acções dos indivíduos são importantes para estes, para o seu meio e para todos nós. Na opinião dos marxistas, só as acções colectivas têm um significado real – segundo a interpretação de Marx sobre as famosas «Teses de Feurbach» sobre o indivíduo.

Consequentemente, os partidários da anarquia vêem no marxismo uma ilusão de libertação e a criação de novas estruturas de poder que sem cessar atrasam a libertação e anulam as libertações espontâneas toleradas momentaneamente.

A acracia é, pois, a filosofia que propõe a erradicação de todas as divisões entre os poderosos e os desapossados, a dissolução e não a redistribuição do poder, a abolição de identidade do governo e sujeito, líder e seguidor, culto e ignorante, superior e inferior, senhor e criado. Se a acracia se realizar, todos os Homens na sua individualidade única se relacionariam entre si em múltiplas sociedades não estratificadas, escolhidas voluntária e livremente.

Todas estas questões permitiriam várias outras explicações que ultrapassariam os limites destas «*notas & comentários*». Atentemos brevemente a uma outra questão: o agrupamento dos esforços. Isto porque a luta da liberdade não será propriamente um ringue onde os partidários da anarquia seriam um só contra todos. Nada disso.

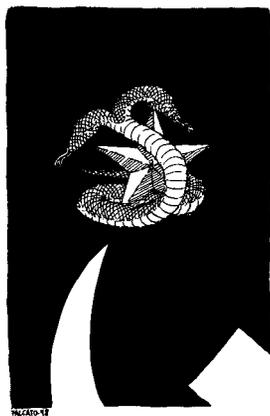
O agrupamento dos esforços é necessário para a luta, e é necessário também para assegurar no futuro o funcionamento da comunidade de indivíduos.

Mas como é que se deve efectuar este agrupamento? «Segundo as necessidades», dizem os autoritários de todas as matizes, marxistas e não marxistas e inclusive alguns comunistas ditos libertários. «Segundo as afinidades», respondem os partidários da anarquia.

Importa guardarmo-nos de ser absolutos e de ser castigados pelas palavras.

As necessidades não se violam, o que é óbvio, mas se, com o pretexto das necessidades, os elementos mais diversos se juntam, não existirá nada mais do que um coisa híbrida, sujeita aos dilaceramentos perpétuos, ao balanceamento em todas os sentidos e incapaz para o esforço que se requer. E se as acções forem num sentido claro de mera afirmação política – ameaçando com o terror que antigos *papões* inspiram, por via da necessidade de militantes tóxicos se agarrarem a *tábuas de salvação místicas* com o objectivo de despertar *as massas* para a acção política –, mais vale deixar essas actividades políticas entregues às mãos dos seus habituais manipuladores.

As associações que operam descuidadamente dissolvem-se rapidamente; só os gru-

pos baseados na liberdade individual e na diferença dos seus membros e simultaneamente sobre a comunidade do objectivo, na simpatia e íntima solidariedade dos interesses resiste ao tempo e aos obstáculos. O que explica porque é que a «união dos revolucionários» de diferentes escolas, desejada por um grande número, é impossível e não aconselhável. Cada um quer fazer prevalecer as suas ideias e preferências teóricas. Enquanto que a livre associação de indivíduos em determinados pequenos grupos, fundada no entendimento e na amizade, foi sempre um espaço livre e inabalável.

É certo que, quer os transtornos dos períodos revolucionários, quer a luta quotidiana da libertação individual e colectiva de todas as tutelas levar-nos-ão, por vezes, a coligações desarmónicas, disparatadas, a alianças singulares, mas estas coligações e estas alianças dissipar-se-ão com os eventos que as proporcionaram e o indivíduo retoma a liberdade para se associar com aqueles cujo carácter e o género de vida mais lhe convém e maior deleite lhe oferece.

*

Apesar dos aprendizes se encontrarem turvados pelo lucro máximo, a única moral da sua economia bárbara, manejando o *pensamento único* que tece louvores à sacrossanta rentabilidade, o pensamento neoliberal quer no leste, como aqui e quase por todo o mundo, longe de fazer a unanimidade, encontra-se distante de poder cantar vitória. Será o inverso que está em vias de acontecer, o protesto das massas populares, ou dos «excluídos» do lucro que aumentam de mês para mês revelam um sistema também ele totalitário. A lei do mercado é a lei do mais forte, do mais rico, do menos escrupuloso.

Nesta confusa situação, todas as esperanças são permitidas aos manipuladores de toda a espécie, aos ideólogos integristas ou fascizantes, aos sectários mais remexidos. A partida que se joga vai ser rude. Não podemos ter rodeios ou hesitações, se quisermos salvar o essencial. É tempo de propor sem peias uma outra voz, uma «*terceira via*» ao serviço da pessoa, uma alternativa progressista e rebelde no sentido anárquico do termo.

J.T.

Bibliografia:

Écrit contre Marx, fragmentos do «L'Empire Knouto-Germanique» de M.Bakunine

Les Prétendues Scissions dans l'Internationale de Karl Marx e Friedrich Engels

L'Internationale de J.Guillaume

Max Stirner, fragmento da «*Ideologia Alemã*» de K.Marx e F.Engels

Der Einzige und Sein Elgenthum de Max Stirner

La revolution inconnue de Voline

Los Anarquistas Españoles y el Poder de César M. Lorenzo

Le Néant Monétaire: au service d'une économie libertaire

A Sociedade Contra o Estado de Pierre Clastres

Errata da Utopia nº6

Sumário, onde aparece «Encontro Anárquico: Izeda 97» deve estar «**Memória de outros acampamentos**»

Ficha Técnica, na *Capa* deve aparecer o título **«Embate entre dois homens com um terceiro a assistir»**

Pág.26, linha 22, onde aparece um ponto de exclamação «...esta memória volta à estaca zero!» deve aparecer um ponto final.

Pág.42, o título «Encontro anárquico de Izeda 97» leia-se somente «**Memória de outros acampamentos**».

Pág.55, onde aparece repetido o título «A forma extrema de privatização: o anarco-stalinismo», leia-se «**A forma extrema de provocação: o "anarco"-stalinismo**»

Pág.55, segunda coluna, linha 10, onde aparece «das recitas da "droga"» deve-se ler «**das receitas da "droga"**.

E..., ficamo-nos por aqui empregando as palavras do companheiro Edgar Rodrigues. O ser humano é falível...

Livros e Leituras

A VIRGEM DO HAITI

Olivier Rolin, *A Invenção do Mundo*, Asa, 1998
Tradução de Margarida Barahona e Maria do Rosário Mendes

Olivier Rolin, escritor francês já conhecido do público português (*Porto-Sudão*, Asa, e *O Bar da Ressaca*, Dom Quixote), desafia-nos, com *A Invenção do Mundo*, a segui-lo durante mais de 500 páginas — de sexo, morte, violações, imposturas e excessos policiais que cobrem outras páginas, as da história pessoal de um narrador aventureiro que mira o mundo em directo, seguido de perto pelo seu Autor.

Toda esta enorme e narrável aventura se concentra numa jornada do mundo, o dia 21 de Março de 1989, equinócio da Primavera em que, numa parte do planeta, a luz e as trevas ficam em igualdade. Para o fazer, Rolin, com a ajuda de muitos colaboradores, examinou 491 jornais diários em 31 línguas.

Este paquidérmico tabuleiro de xadrez constitui uma verídica história do mundo. Cronista de um dia, o autor abarca cidades, vidas inteiras, dramas, oceanos, exímio em dar relevo à lenda, ficção que se desprende do real e que amiúde contém maior verdade. Apesar dos receios que Rolin mostra perante a literatura e, em especial, perante a sua própria obra, este legado da escrita que testemunha, projecta três votos. 1) Premunir-se e premunir-nos contra a precariedade que faz de nós clones em preparação. 2) Lançar por toda a parte as sementes, para que a vida renasça. 3) Manter a flâmula da liberdade de pensar e escrever, cujo desgraçado símbolo se encarna em Salman Rushdie. E é a palavra humana, por conseguinte, que há-de levar a melhor sobre «a veneração medrosa a *qualquer* palavra divina»!

Estes três votos não são rezas nem deveres, são aspirações borgesianas, força e ligeireza, uma espiral deslumbrante sem tempo desapossado. É este o projecto heróico de Olivier Rolin, utilizando o verbo negro do tão mal chamado *livro policial* para dar forma ao bloco em bruto da vida contemporânea, «reconstituição moderna e policial do Gólgota», na última subversão possível para confundir o caos do conformismo.

Romance negro de amor, é escrito por um poeta insubmersível, antigo cábula bêbado à beira dum tédio em que se estafa. Sem sombra de vulgaridade, o domínio poderoso que Rolin exerce neste xadrez, vivendo «o ar pesado da terra e a grande liberdade das nuvens», ressoa no «movimento de embate dos mares». Como em Boris Pasternak, o que domina em Olivier Rolin é a paixão pela língua e o cinzelá-la, revelando-nos um escritor que casa o excesso romântico (sempre de intervenção) com um classicismo de ordem e pudor. Desarmante união esta, para onde o leitor se lança como a criança se atira para dentro duma empatia desfraldada.

A exibição de Rolin, sobressaindo na corrente intimista ou anedóctica actual, apesar de feroz nem por isso estabelece uma clivagem entre ele e o leitor. Caso um instante distraído nos assalte, ele logo acorre. Esta ausência de desatenção faz do seu «exibicionismo» uma ordem ofuscante na qual a obra lhe pertence plenamente. E de facto é inconfessável: «Sou impossível porque existo demais».

A escrita de Olivier Rolin parte em busca dum elo antigo, de novo atravessando o orgulho das bandeiras e das chamas, de novo nadando sob os olhos horríveis das barcaças, para revitalizar as suas seivas inauditas, não exauridas mas cansadas, nestas imensas e imputrescíveis marmitas (ou tonéis) das Danaides, «mais fortes do que o álcool, mais vastas que as nossas liras» (Rimbaud, no *Barco Ébrio*).

Entraremos nós neste *blue bus* guiado por tão temível condutor, ou ficaremos à espera, como a jovem operária do Porto, Penélope industrial, de que Ulisses regresse, concluída a viagem?

Desvendando-se, Rolin consegue mostrar aos seus leitores que não é ele o verdadeiro narrador e que perante a literatura toda até prefere o corpo deslumbrante e sugestivo duma companheira. Ora esta amante tão próxima poderá também executá-lo como escritor, fazendo oscilar o andaime borgesiano da *Invenção do Mundo:* «O teu olhar tem o brilho dum sabre de Kandahar, sinto que poderá cortar-me na garganta a fonte das palavras, mas está bem assim, porque as narrativas não podem existir sem o risco de se verem logo de manhã decapitadas».

Movimento de fénix, a escrita-oceano de Olivier Rolin mascara o seu corpo na busca de «delicadas jaulas de tinta» capazes de testemunhar, melhor do que qualquer rito funerário, que a palavra silenciosa apreende a enigmática alma universal. Este corpo de narrador entre «*cojones e alma*» acompanha Agony, virgem do Haiti, e acompanharia até à morte o de Ana Karenina, se a tivesse criado.

Assim surge justamente um dos *fios* do «conjunto destes milhões de reescritas simultâneas» que fazem o labirinto do mundo, no qual monstruosamente concentramos a nossa instabilidade e dissipação: ao fazermos, ante a vida real (a única que se concretiza) alarde de virtualidades.

Oscilando entre a nostalgia do desejo de possuir e a amarga injustiça (a do hábito, secando tudo), travestindo a emoção em bazófia e a fidelidade em obra, Rolin repõe a escrita no seu papel repetitivamente salvador em que ele, autor, encontra uma pacificação, a da realização esporádica dos seus votos por força da submissão voluntária a este intermediário imperativo: «Comecei a escrever, iniciei um sacrifício».

Joëlle Ghazarian

EU E O COMÉRCIO, OU DA MERDA CULTURAL EM TEMPO DE NOVO-RIQUISMO

Não falarei do sentido comercial e do estereótipo mundano e citadino dum produto lançado para o mercado por volta do Natal de 1997, falarei apenas duma coisa: da ridicularização de tudo, e aqui da poesia, ou seja, das entranhas de certas pessoas.

O produto é um disco compacto fabricado pela editora Assírio & Alvim sobre poemas ditos por poetas por ela editados, com um acompanhamento musical fabricado pelo chefe do agrupamento Madredeus, o tal que já vai cantar ao Vaticano as suas emproadas cantilenas. Não comprei o tal DC, gravaram-mo em cassete. Assinalo-o porque convém dizer que não esbanjo dinheiro em produtos abastardados.

Ligo a cassete, esperando quase ansiosamente ouvir poemas magníficos ditos por quem os havia escrito, pronta para todo o erro e até para toda a exibição. Pronta, porém, para o possível desazo de poetas e não para o de terceiros. E que ouço eu? Uma musiqueta lacrimejante e sentimental, quase tonitruante. Enervada, a custo consegui escutar, e dolorosamente, aquelas vozes humanas em fundo humano — como rouxinóis tentando escapar à asfixia nas areias movediças da tecnologia sonora.

Percebi. Era simples, afinal: a editora Assírio & Alvim e o grupo musical Madredeus aproveitaram a deixa para ganhar prestígio às costas dos demais. «Antes ser absolutamente ininteligível perante uma inteligência senhora de si do que ser devorado pelas partes que os outros escolham, em puro abuso, para a satisfação da própria inteligibilidade deles, estrangeiros.» (Herberto Helder, *Photomaton*.) Ao agir assim, esta dupla empresarial martirizou-me a audição e provou que não é necessário compreender a poesia para se abusar dela e ridicularizá-la. Sem contar que eu (mas isto é um caso particular) provenho duma antiga família de músicos e que para mim a música é uma linguagem nítida, feita de frases, expressões, sentidos, e que por isso uma misturada de vozes instrumentais com vozes de homens e mulheres, possuidoras dum nexo anterior e próprio, só não são cacofonia se o conjunto for harmonioso.

Ora a música deste DC não só não está em sintonia com os textos (as vozes) que pretensamente «comenta», como ainda por cima é uma xaropada pretensiosa, a armar ao pingarelho, que não foi motivada pelo objectivo de servir (ou pelo menos de acompanhar) aquelas vozes. «O equívoco é só esse de confundirem a nossa dificuldade com a sua facilidade. E esta ilusão de suficiência é dramática: porque pode atrasar-nos na direcção dos destinatários verdadeiros.

Quando se compreenderá que se trata de cumplicidade?» (*Idem, ibidem*).

Vi-me assim, mais uma vez, perante a força demagógica dum mundo efectivamente canibal obcecado pela ideia de nos fazer crer que a única realidade possível é a sua. Mas habituada a resistir a todos os ventos, este DC remeteu-me para a minha própria cólera e para a única realidade estimulante, a da realidade duma outra realidade de que a poesia é mãe. E já que assim é, abusarei aqui de Herberto Helder, em forma de lembrete: «Qualquer poeta que tenha atravessado os túneis pode assinar a palavra "merda".»

Sakarina

ECOLOGIAS SOCIAIS

David Watson, *Beyond Bookchin: Preface for a Future Social Ecology*, Detroit/NY: Black&Red/Autonomedia, 1996. O livro pode ser encomendado para Black & Red, P.O. Box 02374, Detroit, MI 48201.

Este livro de David Watson faz uma análise e uma crítica do conjunto da obra do pensador norte-americano Murray Bookchin, um dos principais teorizadores do movimento da *ecologia social*. Bookchin, que começou a publicar no início dos anos 70, tentou ligar a teoria do movimento ecologista, a teoria marxista e a crítica anarquista da tecnologia e da civilização. Além de diversos artigos, entre as obras de Bookchin que são minuciosamente escrutinadas nesta análise contam-se: *Toward an Ecological Society* (1980), *The Ecology of Freedom* (1982), *The Modern Crisis* (1986), *The Rise of Urbanization and the Decline of Citizenship* (1987), *Remaking Society: Pathways to a Green Future* (1990), *Which Way for the Ecology Movement?* (1994) e *The Philosophy of Social Ecology* (1995). Watson, por seu lado, além de colaborador e editor da revista de Detroit *Fifth Estate*, é também autor de *How Deep Is Deep Ecology?* (1989).

A ecologia social tem como programa construir uma representação capaz de transcender as dicotomias *ser humano/natureza*, numa visão holística da actividade social humana enquanto elemento da esfera ecológica. Uma tal teoria implica uma profunda crítica da organização social do trabalho, do desenvolvimento urbano e da coisificação da natureza, que resultaram do desenvolvimento tecnológico, da ideologia do progresso e da glorificação da civilização.

Segundo David Watson, a ecologia social de Bookchin, no entanto, fica muito aquém das suas intenções. Ao mesmo tempo que identifica exaustiva e claramente muitas limitações e contradições na obra de Bookchin, Watson é particularmente demolidor em relação ao autoritarismo de Bookchin, que se tem furtado ao confronto com outras versões da ecologia social dentro dos movimentos ecologista e anarquista norte-americanos. Esta obra tem portanto um carácter eminentemente polémico, mas está longe de se esgotar aí.

A sua estrutura é definida, em boa parte, por uma série de conceitos que Watson vai expor e criticar na formulação bookchiniana: razão, civilização, técnica, progresso, natureza, espiritualidade, cidade e primitivo. Watson mostra, nomeadamente, *até que ponto a ecologia social de Bookchin está prisioneira da racionalidade tecnocrática e da ideologia do progresso*, não apenas nos conceitos muito restritos de razão e de civilização, ou através de uma confiança contraditória na tecnologia, mas também por via de uma conceptualização logocêntrica da natureza e da espiritualidade. Há também um capítulo dedicado à injustificada profissão de fé de Bookchin nas virtudes do municipalismo democrático norte-americano, em face da organização das cidades contemporâneas e da natureza burocrática da política. Nos dois últimos capítulos, dedicados à representação das culturas ditas primitivas, Watson contesta as análises economicistas das duas últimas décadas, considerando que as teorias revisionistas da antropologia pós-moderna acabam por re-mistificar as culturas primitivas.

Uma das grandes qualidades desta obra está em fazer plena justiça ao seu título, tornando-se uma excelente introdução para quem, como eu, desconhecia quase por completo a ecologia social norte-americana. Em vez de oferecer uma doutrina panfletária, auto-satisfeita com as suas próprias análises e palavras de ordem, Watson optou por inspeccionar atentamente o vocabulário crítico de um dos seus expoentes e mostrar

como a ecologia radical de Bookchin se encontra ainda ideologicamente dependente das categorias que quer contestar, o que compromete muitas das suas intuições mais valiosas.

David Watson conseguiu assim uma relativa descolonização dos conceitos da ecologia social de Bookchin, revelando as insuficiências da sua linguagem erigida em sistema e abrindo caminho para outras ecologias sociais. A técnica de fazer falar de outro modo as inúmeras citações de Bookchin tem, de resto, um elucidativo paralelo visual: cada capítulo é introduzido por uma gravura dos *Caprichos* de Francisco Goya, através da qual a interpelação céptica de David Watson comenta o dogmatismo de Murray Bookchin. A argumentação polémica do livro abre-se por isso inteiramente para o leitor, que ganha uma viva consciência dos problemas de uma conceptualização ecológica da razão, da natureza e da sociedade.

Manuel Portela

ANATOPIA

Anatopia nº2, 1998, Apartado 21290, 1131 Lisboa.

Ao olharmos para os princípios editoriais da revista anarquista Anatopia, n.°2, depressa nos apercebemos que estamos perante uma publicação com objectivos de assumir uma intervenção radical na sociedade portuguesa. Sem quaisquer espécie de paternalismos, penso que é sempre salutar uma iniciativa que pretenda erradicar do nosso planeta a dominação e a exploração do homem pelo homem. Sabendo das dificuldades que existem para manter uma publicação libertária, trata-se agora de construir à sua volta uma comunidade suficientemente activa e fraterna, por forma a que possa persistir.

Dos diferentes artigos que integram este número, na minha opinião, destacam-se *Neoruralismo e Okupação Rural* e *Sem-Terra - Ocupar, Resistir, Produzir*.

Em relação ao primeiro artigo, mais uma vez a voz da lucidez nos transmite os sinais da destruição do mundo rural realizado pela lógica do progresso e do crescimento económico capitalista. Luis Emilio Herrero Martinez não só caracteriza os mecanismos negativos da destruição do solo e do ambiente provenientes dos modelos de produção e de consumo, como ainda observa a destruição da vida quotidiana e dos laços comunitários que persistiam no campo.

Como estratégias possíveis para superar a realidade existente, em termos estratégicos, propõe a "criação de espaços livres de exploração dotados de um carácter comunitário em que o uso colectivo se imponha sobre a apropriação privada. De espaços que fomentem a criatividade, a auto-suficiência, a participação, a experiência, a relação de respeito com o envolvente, a contínua aprendizagem, a saúde integral..., que rompam com as relações de dependência com o consumo, o trabalho e o sistema de mercado, em favor da reapropriação do nosso tempo, do nosso trabalho e da nossa vida". Tratar-se-ia, assim, de reconstituir grande parte das práticas económicas tradicionais no mundo rural, mas onde a solidariedade, a liberdade e a igualdade estariam presentes. É sem dúvida um grande desafio, cuja sustentabilidade levará inevitavelmente a um grande esforço colectivo e a uma reconciliação ambiental no campo. No entanto, é preciso ter a noção dos efeitos negativos da racionalidade instrumental do capitalismo. A força do dinheiro, do mercado, do Estado, do lucro e do trabalho assalariado far-se-á sentir. Sem uma grande capacidade de auto-governação e de auto-organização aos níveis local, regional e internacional, dificilmente essa estratégia comunitária neorural perdurará.

Com a entrevista realizada a Luís Henrique, do Centro de Cultura Libertária de Belo Horizonte, ficamos a saber que a inexistência da Reforma Agrária no Brasil é uma realidade secular que ainda levará muitos anos a resolver. Lendo atentamente a entrevista, é possível fazer duas leituras cruciais. Em primeiro lugar, a luta do Movimento dos Sem Terra (M.S.T.), que começou em 1979, resulta de uma situação de extrema pobreza, de desemprego e de iniquidade do sector agrícola e da estrutura da propriedade fundiária no Brasil. Camponeses pobres e trabalhadores assalariados agrícolas vêem-se muitas vezes constrangidos a adaptarem-se a condições sócio-económicas pautadas pela

escravidão, com atropelos sistemáticos dos direitos políticos e sindicais. Quase sempre, a arbitrariedade dos senhores da terra e dos caciques locais em assassinatos, violência e formas despóticas de dominação dissuadiram o aparecimento de lutas reivindicativas e revolucionárias nos campos do Brasil. Esse tempo de resignação acabou no Brasil.

Em segundo lugar, partidos e sindicatos clássicos têm alguma dificuldade em integrar nos seus programas algum conteúdo radical e práticas espontâneas de luta inscritas na acção colectiva e reivindicações do M.S.T. . Mesmo sabendo que alguns partidos (caso do Partido dos Trabalhadores) e o sector progressista da Igreja Católica Apostólica Romana têm uma relativa influência na liderança desse movimento social, e, ainda, que existem desvios do programa definido pelo M.S.T. na materialização prática de algumas ocupações, tudo isso não invalida a justiça das suas reivindicações e das suas formas de luta. Não se pode dizer que são experiências de luta tipicamente libertárias. Mais do que uma opção libertária, a luta do M.S.T. revela-nos uma forma de resistência e uma luta pela sobrevivência no quadro de um capitalismo retrógrado.

Toda a parte restante da revista Anatopia, n.°2, é interessante, embora se verifique uma certa fragilidade analítica nos artigos de opinião que se debruçam sobre a situação do movimento libertário em Portugal. A crise do movimento libertário não é específica a Portugal e os problemas que nos afectam são muito mais profundos do que aqueles que foram sublinhados.

J.M. Carvalho Ferreira

Anarquismo Negativo Anarquismo Positivo

Peter Heintz, *Anarchisme négatif - Anarchisme positif,* Lyon, Atelier de Création Libertaire, 1997.

Com a edição de *Anarchisme négatif - Anarchisme positif*, da autoria de Peter Heintz (1920--1983), o Atelier de Création Libertaire conseguiu introduzir alguns elementos de reflexão que são imprescindíveis para todos aqueles que se reclamam do anarquismo. São reflexões importantes porque o livro envolve uma série de postulados que são simultaneamente heterodoxos e modernos. Deles se deduz que não podemos ficar eternamente agarrados ao passado, nem tampouco submetidos a formas de acção passivas que decorrem de uma visão utópica do anarquismo.

Para Peter Heintz, o anarquismo negativo significa todos os tipos de pensamento e de acção que se corporizam em formas de revolta espontânea contra a autoridade hierárquica formal do Estado, mas também todas as outras que envolvam dominação (despotismo, democracia, ditadura do proletariado, hierarquia). O legado do anarquismo histórico polarizado à volta da vida e da obra de William Godwin, Michel Bakounine, Pierre-Joseph Proudhon e Pierre Kropotkine personifica bem essa revolta.

Neste sentido, o anarquismo, como forma de pensamento e de acção, não se coaduna com posições utópicas, na estrita medida em que só é possível erradicar qualquer tipo de dominação com uma revolução anarquista concreta. O anarquista é essencialmente um revoltado, daí que a revolta pura, sem fundamento ideológico, seja a matriz básica do anarquismo negativo. A revolta não emerge só como consequência dos aspectos negativos da dominação desenvolvida pela autoridade hierárquica do Estado e de outras instituições, mas é também uma manifestação inequívoca da emancipação espiritual dos seres humanos em relação à ordem social vigente.

O anarquismo negativo também é contrário a qualquer tipo de representação universalista, já que esta contém em si sempre fenómenos de natureza totalitária e transcendental, sempre estruturados por uma organização hierárquica. Estas formas universais de dominação são visíveis na existência de um ser humano "superior" (Deus), ou numa instituição (Estado).

Da mesma forma que o anarquismo negativo se reporta basicamente aos postulados clássicos que tiveram grande visibilidade social no passado, o anarquismo positivo decorre essencialmente do presente e baseia-se numa acção e num pensamento anti-universalista. O anarquista positivo tende a ultrapassar a realidade universal que cerceia a sua liberdade e o sentido genuíno e soberano da sua revolta. Para qual-

quer ser humano, acima de tudo importa fazer viver a sua subjectividade anarquista no momento presente, ultrapassando todas as barreiras que o impedem de ser livre. Na opinião de Peter Heintz, qualquer atitude de um anarquista positivo não necessita de justificação teórica. Este tem uma dignidade inalienável que se legitima a si próprio, sem recorrer a qualquer ordem hierárquica ou metafísica. A acção e o pensamento do anarquismo positivo é balizado pela acção e o pensamento possível de cada indivíduo, de cada situação concreta.

Contrariamente às premissas materialistas do modelo de produção e de consumo em massa de mercadorias que deduz totalitariamente do que deve ser ou não vivido, para o anarquismo positivo trata-se de empiricamente viver as múltiplas experiências que se lhe apresentam hoje como realizáveis.

Discordando de alguns pressupostos analíticos do autor em relação à suas concepções de universalismo e de utopia, não deixa de ser interessante a sua análise do anarquismo positivo enquanto forma de interpretação da realidade anárquica, que é por essência plural, já que é composta por uma série de realidades distintas. Cada uma destas realidades tem virtualidades intrínsecas irredutíveis, sendo por isso estranha a qualquer tipo de posição dogmática ou ortodoxa. O federalismo proudhoniano exprime bem essa delimitação que existe entre diferentes realidades. Por outro lado, para o autor, a cooperação, a reciprocidade e a moral anarquista da vida quotidiana estruturarão as bases plausíveis de experiências realizáveis numa sociedade anarquista. Segundo Peter Heintz, persiste, contudo, uma contradição na teoria anarquista que é difícil de superar, já que não é lícito pensar que a capacidade de raciocínio autónomo de cada indivíduo seja capaz de ultrapassar os constrangimentos do sistema universalista. Na sua óptica esse problema pode ser resolvido desde que se adopte uma teoria psicanalítica identificada com os pressupostos de uma psicologia anarquista.

Para o autor, "o anarquismo positivo não propõe uma solução perfeita para cada problema geral que se apresente; ele aspira somente a um mundo à medida de cada homem, e o homem representa para o anarquismo uma possibilidade maravilhosa que personifica toda a sua dignidade. Não é uma utopia, mas somente a aspiração a uma relação positiva do homem com a realidade anárquica, tal como ele a percebe". Se tivermos a capacidade e a possibilidade de aprendermos a viver a anarquia todos os dias, ler o livro de Peter Heintz é um bom método para esse efeito.

J.M. Carvalho Ferreira

CULTURA LIBERTÁRIA

Actes du Colloque Internationale, *La culture libertaire*, Lyon, Atelier de Création Libertaire, 1997. (pedidos para: A.C.L./ Boite Postale 1186, 69202 Lyon Cedex 01, France)

Em Março de 1996, o Atelier de Création Libertaire e o Centre de Sociologie des Représentations et des Pratiques Culturelles organizaram em Grenoble um Colóquio Internacional subordinado ao tema Cultura Libertária. Estiveram presentes cerca de uma centena de participantes da Europa e da América, e foram apresentadas 34 comunicações.

Não se pode afirmar que todas as comunicações foram objecto de uma reflexão e discussão em torno da cultura libertária. A complexidade e a extensão do tema, em termos de objecto de observação e de objecto científico, tornam difícil discernir sobre a sua distinção e identidade. De facto, se olharmos para a generalidade das comunicações, encontramos abordagens díspares que pretendem realizar a análise em torno do tema central: cultura libertária; anarquismo em mutação; educação libertária; a casa anarquista; Foucalt e a anarquia; anarquismo e direito; anarquismo e cultura; presença proudhoniana; fundamentalismo científico; individualismo e liberdade; cultura anarquista, arte e contestação; imaginação e revolta; cultura da natureza; edições libertárias na Polónia; edições libertárias na França; revolução anarquista; movimento anarquista e movimento libertário, anarquismo após a queda do muro de Berlim, subjectividades anarquistas e subjectividades modernas, por amizade; etc....

No essencial, as comunicações atravessam três dimensões fundamentais: 1) a pertinência da actualidade das proposições dos autores clássicos; 2) a função histórica da militância e da vida quotidiana do anarquismo na estruturação de uma cultura libertária; 3) as várias manifestações contemporâneas de cultura libertária.

Fazendo uma leitura muito sumária dos autores clássicos anarquistas, é fácil verificar a enorme importância que dão à cultura libertária como factor de emancipação social dos oprimidos e dos explorados. Quer em William Godwin e Proudhon, quer em Bakounine ou Kropotkine, encontramos elementos de análise que nos induzem a perceber essa função crucial. Na sua opinião, é uma cultura que implica uma relação social determinada pelo diálogo permanente, pelo interconhecimento, pela espontaneidade, a criatividade e a liberdade. O seu grande objectivo passa não só pelo desenvolvimento de seres humanos livres e soberanos, mas também e sobretudo por ser um meio fundamental de emancipação social.

Para quem já teve oportunidade de ler a história do movimento operário dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, ter-se-á apercebido da enorme importância que o imaginário colectivo anarquista teve nesse processo. De facto, em termos da teoria e da prática, os sindicatos anarco-sindicalistas, as escolas, as cooperativas, e as associações de várias matizes que, entretanto, se desenvolveram no contexto das sociedades industriais capitalistas, tiveram um enorme impacto na aprendizagem social e cultural dos seus membros. Conferências, manifestações, piqueniques, jornais, revistas, aulas, e a vida quotidiana em geral, serviam para estruturar uma educação e uma formação libertaria. Era uma educação e uma informação de tipo integral, associando e desenvolvendo conhecimentos sobre a natureza física, psíquica e mental do corpo humano, da sociedade, da geografia, da história, da cultura de cada país e do mundo. Não admira assim, que a C.G.T (Confederação Geral do Trabalho) francesa e portuguesa, a FORA (Federação Operária Regional Argentina) argentina, a CNT (Confederação Nacional do Trabalho) espanhola, e outras organizações anarco-sindicalistas em outras regiões do mundo, tenham enveredado por um tipo de educação libertária. Através desta educação não só conseguiam estruturar um tipo de acção colectiva revolucionária, mas conseguiam ainda promover a emancipação social do operariado.

Modernamente, a cultura libertária emerge através de formas polissémicas. Desde a pintura, passando pelo cinema, a música e a canção, o teatro, a literatura, e outras formas de expressão cultural, hoje, é possível observar uma série de manifestações que se enquadram no imaginário colectivo da cultura libertária. Os contornos estéticos e ideológicos destes tipos de cultura libertária são difíceis de determinar, porque muitas vezes essas manifestações não são ideologizadas. A liberdade, a criatividade e a transgressão da norma e da ordem social capitalista são o denominador comum dessas formas de cultura libertária. É preciso ainda referir que a cultura libertária tem formas modernas de expressão prática e teórica que não estão ainda suficientemente consolidadas mas que se distinguem e negam de forma incisiva a cultura dominante.

Por tudo o que acabei de referir, importa ler com atenção o livro recentemente editado pelo Atelier de Création Libertaire. Diga-se, em abono da verdade, que o trabalho de edição dos companheiros de Lyon em prol do ideal acrata tem sido notável e já perdura há vários anos.

J.M. Carvalho Ferreira

"HIROSHIMA", MEU AMOR?

John Hersey, *Hiroshima*, Antígona, 1997

Vem este título a propósito da minha leitura recente do livro "*Hiroshima*", de John Hersey, editado pela Antígona em 1997. Da sua leitura, e presenciando o que por todo o lado se ouve dizer sobre as barbáries ambientais (para além de outras como as genéticas) a que pacificamente vamos assistindo, constato da sua enorme actualidade. O autor debruça-se exaustivamente sobre o quotidiano de alguns dos sobreviventes da bomba atómica lançada "*(...) exactamente às oito horas e quinze minutos da manhã do dia 6 de Agosto de 1945 (...)*". Fica-me a angústia de constatar, à medida que avanço na leitura do livro, que o livro descreve não acções de há cinquenta anos atrás, mas sim acções do presente (de hoje), porque é forte a sensação de *déja vu*. Ou seja, o que aqueles seres sofreram, por sobreviverem à catástrofe de então, é o mesmo tipo de sofrimento que irmãos nossos continuam a sofrer diariamente por força dos amores de alguns em continuar a infligir a outros (que por acaso estão em maioria) os métodos de destruição que perfilham (adoram). Parece de facto ter-lhes ficado o gosto, por parte das grandes potências (EUA, Reino Unido, Rússia e outras) em desenvolver/implementar, em países que não os seus (e aí também certamente só que menos divulgados) experiências (morbidamente jocosas) cujos efeitos pouco lhes importa, mas apenas os seus resultados.

É aterradora, pela impotência implícita, a ideia com que se fica após a leitura do livro, dada a sua aderência à realidade. O que os sobreviventes de então sofreram, continuamos hoje ainda a sofrer. Se antes as consequências foram "*(...) nem todos apresentavam o conjunto de sintomas principais. Os que haviam sofrido queimaduras provocadas pelo clarão estavam protegidos, num grau considerável, dos efeitos de radiação. Os que permaneceram deitados e imóveis durante dias, ou até horas, a seguir ao bombardeamento, tinham muito menos probabilidades de ficar doentes do que aqueles que se tinham mantido activos. Os cabelos brancos raramente caíam. E, como se a natureza quisesse proteger o homem do seu próprio engenho, o processo de reprodução foi afectado durante algum tempo: os homens ficaram estéreis, as mulheres abortavam, a menstruação parava. (...)*" *(pag.108)*, hoje idênticos sintomas se constatam das barbáries cometidas quer na ex-Jugoslávia, quer em África, quer no Médio Oriente, quer por todo o lado. As experiências, porque é de facto do que se tratou e trata "*(...) mas mesmo que soubessem a verdade, na sua maior parte estavam demasiado ocupadas, ou demasiado cansadas, ou demasiado feridas para se importarem com o facto de serem o objecto da primeira grande experiência prática com a energia atómica, que (como afirmaram as vozes nas ondas curtas) nenhum país excepto os Estados Unidos, com a sua tecnologia industrial, com a sua predisposição para gastar dois mil milhões de dólares numa importante jogada militar, teria sido capaz de desenvolver (...)*", como dizia as experiências sucedem-se por todo o lado. São ainda recentes os testemunhos de sobreviventes do desastre de Chernobyl, cujas consequências são semelhantes senão piores às do lançamento de Hiroshima e Nagasaki. Sucedem-se os desastres ecológicos como o incêndio actual na Amazónia.

Ficou-lhes, pois, o grande amor pelas experiências atómicas, nucleares, bem como o gosto pelos resultados consequentes sobre seres humanos que nada têm a ver com as ambições políticas dos que as fazem. O futuro parece balancear permanentemente entre a incerteza de quem será capaz de desenvolver a experiência mais potente (veja-se o conflito Iraque - Estados Unidos, quem receia quem neste contexto? É tudo uma questão de mais átomo menos átomo, mais neutrão menos neutrão) e os resultados cada vez mais aterradores a que muitos seres humanos estão sujeitos. Como se diz na contra-capa do livro e que se mantém actual "*(...) Ao mesmo tempo que o holocausto produzido pelo nazismo se encontra presente na memória social, o <u>outro holocausto</u> seu contemporâneo parece ter-se diluído na existência irreal dos homens. (...) Auschwitz e Hiroshima são duas marcas do terror absolutamente contíguas, constituindo as figuras máximas da descivilização no sec. XX: os campos da morte e o emprego militar da energia atómica. (...)*". Mas, rapidamente o "gosto" pelas experiências atómicas se esgotou, tendo entretanto todos os países feito já os seus próprios testes atómicos ou inventado a bomba de hidrogénio, senão vejamos a cronologia dos factos: "*(...) no dia 1 de Julho de 1946, antes do 1° aniversário do bombardeamento, os Estados Unidos testaram uma bomba atómica no atol de*

Bikini, anunciando no dia 17 de Maio de 1948 o êxito (em que termos?) do novo teste; (...) no dia 23 de Setembro de 1949, a Rádio Moscovo anunciou que a União Soviética tinha produzido uma bomba atómica; em Outubro de 1952, a Grã-Bretanha testou uma bomba atómica pela primeira vez e os Estados Unidos fizeram o primeiro teste com uma bomba de hidrogénio (onde? E com que efeitos?). Em Agosto de 1953, a União Soviética testou igualmente uma bomba de hidrogénio.(...) No dia 1 de Março de 1954, um barco de pesca japonês foi atingido por poeiras radioactivas provenientes de um teste efectuado pelos norte-americanos no atol de Bikini.(...) No dia 15 de Maio de 1957, a Grã--Bretanha efectuou o seu primeiro teste com uma bomba de hidrogénio na Ilha do Natal, no Oceano Índico.(...) No dia 13 de Fevereiro de 1960, a França testou uma arma nuclear no deserto do Saara. No dia 16 de Outubro de 1964, a China efectuou o seu primeiro teste nuclear, e a 17 de Junho de 1967 fez explodir uma bomba de hidrogénio.(...) No dia 18 de Maio de 1974, a Índia efectuou o seu primeiro teste nuclear."

Quantos mais testes serão necessários, e com que potência, para que sejamos todos exterminados, ou não o sendo, fiquemos todos estropiados? Que consequências resultaram de todos os testes anteriores? Quem sabe?

A quem querem apregoar a defesa de um melhor ambiente quando estão continuamente a aniquilá-lo, degradá-lo? Quanta hipocrisia por todo o lado!! De facto, "*(...) Parece inquietar pouca gente que as mais emblemáticas democracias estatais, e os mais seguras dos seus dispositivos de autocontrole, estejam assentes, não sobre baionetas, mas sobre as forjas do inferno. Uma tal situação obriga-nos a ser, como diz o filósofo alemão Günther Anders, utopistas invertidos: «É este o dilema fundamental da nossa época: somos mais pequenos que nós mesmos, somos incapazes de nos representarmos o que nós próprios fizemos (...) Ao passo que os utopistas se definem como os que não podem produzir o que se representam, nós não podemos representar-nos o que produzimos.»*"

Guadalupe Subtil

ASSINATURAS

Entre as várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

Nome ______________________________

Morada ______________________________

____

Assinatura anual (2 números) Portugal 1500$ ☐

Estrangeiro 2000$ ☐

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de «Associação Cultural A Vida»

Apartado 2537 · 1113 Lisboa codex · Portugal

Publicações Recebidas

Acontecimiento
Revista de Pensamiento Personalista y Comunitario, Ano XIII, nº 44, Verano 1997
Do Sumário: Cinquenta anos de la independencia de la India; Las elecciones autonómicas gallegas; Afrontar el paro; El paro, elemento central de la derrota de los trabajadores; El Estado enemigo de los parados; Aquellos obreros, nuestros mayores; A grandes males, grandes remedios; Nina, militante del Movimiento de los Sin Tierra, Rio grande do sul, Brasil; Jeremy Rifkin: El fin del trabajo: Nuebvas tecnologias contra puestos de trabajo. El nascimiento de una nueva era. (Instituto Emmanuel Mounier, Melila, 10-8º D.; 28005 Madrid, España)

A-Infos
Recortes Malditos & Comunicações, nº 11, Ano IX, Nova Série, 1998
Do Sumário: Fendas na muralha; Cautelas do amigo; Corrupção & logro; desvelos remotos; Casos de polícias; masmorras; Estragos diversos do $; partidos do Partido da Ordem e da Norma; Especial circo eleitoral autárquico. + sarilhos e pontuação; Sombras do Leviatão; Coisas...; Lutas... ainda lamechas; Protestos: parcelares, revirados; Contestação estudantil; Da frente; Comunicações: relato sobre a intervenção dos grupos libertários nas manifestações estudantis; Resposta dos "anarquistas" aos "provocadores" da nossa praça; Políticos? Deixem-me rir...; O de fora. (Crise Luxuosa, Apartado 21477, 1134 Lisboa Codex)

Albatroz
Literatura de aguarrás, nº 16, Outubro 1997
Do Sumário: A Andre Laude; Notre peuple a perdu raison; La man de fer en Palestine; Si je n'arrive pas a payer mon avocat, il est certain que je mourrai; Ce que je connais de la situation de Farley Matchett; Zélande; Albatroz hors impasse ; Expo/97 (chronique de moeurs); Une mise en échec du régime; Lisbonne cadavre; Passado Presente Futuro; Limiar/No epílogo o propósito. (Albatroz, B. P. 404, 75969 Paris Cedex 20, France)

Albor
Periódico Anarquista, nº 23, Março 1998
Do Sumário: Editorial; Los solidarios en el banquillo; Recordando a Galo Díez; Los contratos indefinidos en UGT s´lo son el 35% de la plantill; Servicio de libreria Albor. (Albor, Apartado 699, 01080 Vitoria, España)

Alternative Libertaire
Le Résignation Est Un Suicide Quotidien, nº 204, Mars 1998
Do Sumário: Syndicalismes; Pour l'autonomie sociale; La renaissance de la CNT; De la jouissance aux bouts du chaos; Les horreurs médiatiques; L'alternative, c'est par où?, L'utopie est trop sérieuse pour la laisser uniquement aux anarchistes; Cauchemar; Pour en finir avec le chômage et l'exclusion; Est-ce ainsi que les hommes vivent?; Castoriadis, le rebelle; L'expérience antipatriarcale; Le nobel à l'esprit de résistance. (Alternative Libertaire, Boite Postal 103, 1050 Ixelles 1, Belgique)

Anatopia
Boletim Anarquista, nº 2, 1998
Do sumário. Editorial; Neoruralismo e okupação rural; Sem-Terra – ocupar, resistir, produzir; Por uma ecologia realmente eco-lógica; New age travellers; Odio e Amor – Clarificando as posições: Anarquismo e nacionalismo radical no país basco; Tudo o que sempre quiseste saber sobre anarquismo mas nunca pensaste (parte I); O N.S.D.A. P em Portugal; Afinal, para que servem as prisões?Proibição não!!! Não compres, planta!; En la linea del frente. (Anatopia, Apartado 21290, 1131 Lisboa)

Black Flag
For Anarchist Resistance, nº 212, 1997
Do Sumário: Race class and organisation; Eurodemo! Lorenzo Kom'Boa Ervin arrested; Black autonomy; Scotland yardies; Doctrines$ & reality; The rape of socialism; De rich getting rich. (Black Flag, BM Hurricane, London WC1N 3XX, England)

Courant Alternatif
Organisation Communiste Libertaire, nº 77, Mars 1998
Do Sumário: Rubrique flics; Dossier chômage; Sans papiers; Rubrique: Social; Salut les copains; Réseau proféministes, Algérie: le RAJ; Gandhi: mythes et réalités; Brésil: réforme agraire; Rubrique. Le mouvement. (OCL/Egregore, B. P. 1213, 51058 Reims Cedex, France)

Diógenes
Revista de Difusión Cultural y Comunicación, Nº 11, Novembro, 1997
Do Sumário: Dossier: relativismo cultural; Los "medios" del poder; Los medios de "formación" de massa; Diez años de "Feminaria"; Che: "un Bolivar de los tiempos modernos"; Nos ponemos eróticas; Sobre Francisco Urondo: esa fugitiva memoria; Julio César de la Vega. (Chel. Rodriguez 482, Cdad (5500) Mendoza, Argentina)

El Acratador
Boletín Contrainformativo Libertario, nº 60-61, Janeiro 1998
Do Sumário: Acratorial; Viva Zapata, Cabrones! Beceite en lucha; El laberinto vasco; Estricalla o faxismo; Pensamiento único y control de la información; Internacional; Okupación; Sase vive; Laboral; Anarcosindicalistas absueltos. (Ateneo Libertario; Apdo. 3141, 50080 Zaragoza, España)

Estrela Negra
Agência de Contra-Informação e Resistência Global, nº 2, Janeiro/Fevereiro 1998
Do Sumário: Gandalf 6. 3 anos de prisão para editores do Green Anarchist; Mineiros en luta põem Asturias en chamas; Casa okupada da montanha ameaçada de desalojamento; Caso Mumia Abu Jamal – Juiz Albert Sabo destituido do cargo; Embaixada do México, em Lisboa, bloqueada por uma hora; Anarquista e prisioneiro político atacado pelo sistema de prisões; Protesto contra sequestro de insubmisso acaba com morte inesperada – Virginia nunca te olvidaremos, en nuestra lucha siempre te recuerdaremos; Jornadas ateias em Madrid; Comunicado de imprensa sobre o ocorrido no bairro de Sants (Barcelona). (Estrela Negra, Apartado 41086, 1500 Lisboa)

Etcétera
Correspondencia de la guerra social, nº 30, Dezembro 1997
Do Sumário: La otra generación del 98;

España 1997: la reforma laboral; El arte de Kati Horna; Correspondencia; Hemos recibido. (Editorial Etcétera, Aparatado Correos 1.363, 08080 Barcelona, España)

Fysga
Folha informativa libertária
Do Sumário: Expo 98 – Um grande empreendimento. (Fysga, Apartado 4720, 4012 Porto)

Iconoclasta
Informativo trimestral do Koletivo de Resistência Anarco Punk, Ano III, n° 14, 1997
Do Sumário: Viva o que pensa! Abaixo os pensadores!!!; Movimento anarco punk e juventude libertária em São Paulo; Zine-se; Poesias...; Globalização. mito e verdades; Extremamente machista!; Notas internacionais; Cuidado com falsas informações!; Femme revolté!. (Caixa Postal 3297, CEP 01060-970 São Paulo, Brasil)

Inquietação
Boletim, n° 8, Novembro 1997
Do Sumário: Editorial; Insegurança; O sabor do tempo; Transformar a resistência em afronta; Comentário de "Inquietação"; Como falar como um situacionista; A queda do capitalismo de estado; A razão das causas; Uma carreira preenchida; Unidade e divisão; Processo de aprendizagem. (Colectivo Inquietação, Apartado 4013, 4001 Porto)

Insurreição
N° 12, Outubro 1997
Do Sumário: Ateneu Libertário Ricardo Mella; Non Nova Sed Nova – Xandâo e Sandol; Daniel Hipólito – Fábio Góis; Experimental Distro; Centro de Cultura Libertária; António Jorge Silva; Ekintza Zuzena; Alexandre Samis; Colectivo Inquietação; Col. Punk e de Ação Directa Contraste; Marceliro Rodrigues de Pontes. (Insurreição, Apartado 4013, 4001 Porto Codex)

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, 2-8 Abril 1998
Do Sumário: Contre le fascisme: les luttes sociales; Modifiez les gênes: vous multiplierez les dollars!; Procès contre Le Monde Libertaire: Solidarité; Nouvelles de la librairie; Kosovo: Milosevic repart en guerre? Révolte de masse au Zimbabwe; Bordeaux – Arrêtez vos salades et balancez l'oseille! (Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France)

Oiseau-tempête
n°2, Automne 1997
Do sumário: L'immigré et la"loi de la population" dans le capitalisme moderne; Quoi de neuf chez les grecs?; Juin 36: L'envers du décor; Serge Bricianer, des nuances du noir et du rouge vif; Les mythes de la science expérimentale; Les amours de l'art et de l'argent; Dechervelage. (C/O Ab Irato, B. P. 328, 75525 Paris Cedex 11, France)

Polémica
Información, Crítica, Pensamiento; Ano XV, n° 65, Novembro 1997
Do Sumário: Por la humanidad contra el neoliberalismo; Otra reforma neoliberal; La contrarreforma laboral; La campaña del cerosiete; La crisis del movimiento libertario; Polémica – libros; El fin del pacto social-demócrata; Anarcosindicalistas en la lucha antifranquista; Teresa y Diana; La exposición Francisco Ferrer I Guardia y la Escuela moderna se internacionaliza. (Polémica, Apartado Correos 21005, 08080 Barcelona, España)

Política Operária
Revista comunista, Ano XIII, n° 63, Janeiro/Fevereiro 1998
Do Sumário: O "Livro Negro do Comunismo"; Reforma do ensino em questão; Salazar e o ouro saqueado pelos nazis; Argélia: povo descartável; Dilemas da esquerda latina-americana; Carta a um camarada; Alguns 8 de Março diferentes, Comunismo e emancipação feminina; Quando Cunhal excomungou os chineses. (Política Operária, Apartado 1682, 1016 Lisboa Codex, Portugal)

Singularidades
...modos de ser inconformista, Ano IV, n° 10, Novembro/97
Do Sumário: Português, artista exilado...; Relações perigosas: campo de tiro – Quercus; Proudhon; Ventos livres do nordeste; Lutas no México e na Grã-Bretanha. (Singularidades, Apartado 13117, 1000 Lisboa Codex)

Slingshot
Berkeley, Number 60, Spring 1998
Do Sumário: Troops out! – Zapatista communities resist army; Anti-bilingual bill heads to ballot; Eco-racism rising; Oakland tentants' union forming; Mumia flights for his life; Labor pages; Corporations target – the free radio movement; Sierra club votes on immigrants. (Slingshot Newspaper, 3214 Shattuck Avenue , Berkeley, CA 94705, USA)

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, Ano 78, n° 11, 29 de Março de 1998
Do Sumário: Liberare sofri per liberarci da sofri; Quando l'incriminazione dei politici? Grave incidente ferroviario a Firenze basterá?; Dopo l'8 marzo viene sempre il 9; L'ENEL brucia Orimulsion a Brindisi Sud senza valutazione di impatto ambientale; Aria nuova nelle stanza dei fascisti... pacificati dal signor Violante; Storia ed evoluzione dei Centre Rousseau, Ai compagni anrchici e libertari impegnati nel lavoro sindacale; Scuola: contributo al dibattito (Umanità Nova, c/o G.C.A. Pinelli, via Roma 48 – 87019 Spezzano Albanese (CS), Itália)

Livros e outros documentos

CULLA, Daniel de, Paisa, Burgos, 1997, Edição do Autor.
CULLA, Daniel de, He lechos, Burgos, 1997, Edição do Autor.
CULLA, Daniel de, El abuelo "Bufa", Burgos, 1998, Edição do Autor.
CULLA, Daniel de, El "si" de mi ninã, Burgos, 1998, Edição do Autor.
CRESPO, Alexandre, Vínhamos fazer o cerco, Lisboa, Rugido, 1997.
GRUA, Exposição permanente, Porto, 1997.
FLOSSI, Histórias, Lisboa, Rugido, 1997.
MONTSENY, Frederica, Impresiones de un viaje por Galicia, A Coruna, Ateneo Libertário "Ricardo Mella", 1996.
ROBYNSKY, Los amores de Bakunin y Nechaev, Burgos, 1998 (Edição e tradução de Daniel de Cullá).
RODRIGUES, Edgar, Companheiros 4, Florianópolis, Editora Insular, 1997.
RODRIGUES, Edgar, Companheiros 5, Florianópolis, Editora Insular, 1998.
SCHWARTZ, Barthélémy, Un art d'économie mixte, Paris, Ab Irato, 1997.
TWAIN, Mark, Onanismo, Burgos , 1997 (Edição e tradução de Daniel de Cullá).

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.
O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.